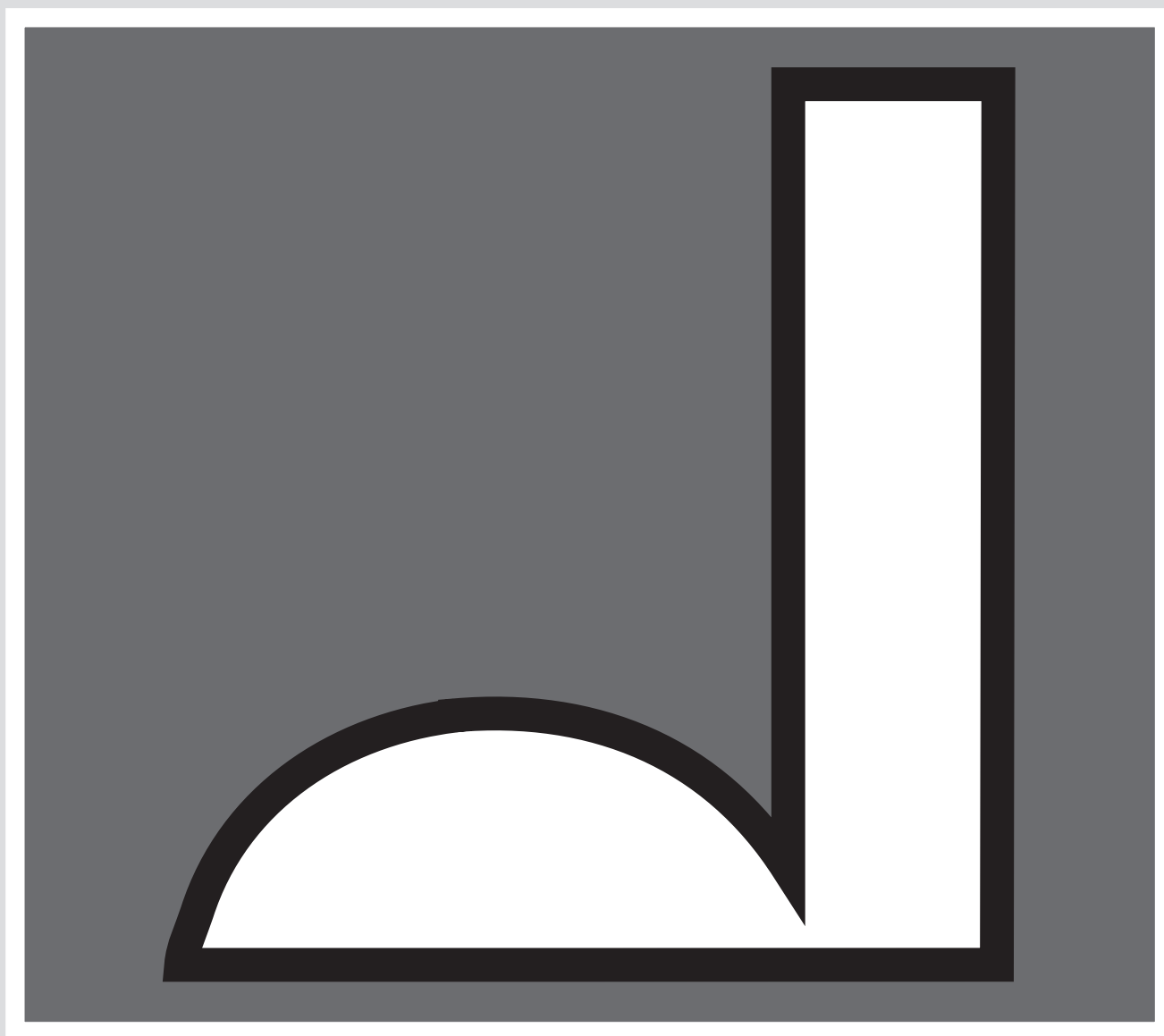




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 024 - SÁBADO, 10 DE MARÇO DE 2007 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Álvaro Dias – PSDB-PR 1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB 2º Secretário Gerson Camata – PMDB-ES	3º Secretário César Borges – PFL-BA 4º Secretário Magno Malta – PR-ES Suplentes de Secretário 1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP 2ª - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE 3ª - João Vicente Claudino – PTB-PI 4ª - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS		
MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER (vago) VICE-LÍDERES (vago) LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB (vago)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 25 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES (vago) LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT (vago) LÍDER DO PTB – 4 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR (vago) LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB (vago) LÍDER DO PC do B – 1 (vago) LÍDER DO PRB – 1 (vago) LÍDER DO PP – 1 (vago)	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30 LÍDER (vago) VICE-LÍDERES (vago) LÍDER DO PFL – 17 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL (vago) LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB (vago)
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT (vago)	LÍDER DO P-SOL – 1 (vago) LÍDER DO PRTB – 1 (vago)	LÍDER DO GOVERNO (vago) VICE-LÍDERES DO GOVERNO (vago)
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 23ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 9 DE MARÇO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. 04785

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003 – Complementar, cujos pareceres foi lidos anteriormente. 04794

ramApresentação de cinco emendas, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007 (nº 7.569/2006, na Casa de origem). 04794

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 5, de 2007. 04797

Estabelecimento de calendário para tramitação e remessa da Medida Provisória nº 356, de 2007, à Secretaria da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas. 04797

1.2.3 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera o art. 207 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para conceder à servidora gestante licença por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos. 04798

Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera o art. 495 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código

de Processo Civil, e amplia o prazo da ação rescisória quando referir-se a precatório judiciário. 04798

Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera os arts. 121 e 147 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever como circunstância que agrava a pena a hipótese de a vítima ser agente público integrante de carreira policial, no exercício da função ou em razão dela. 04799

Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências. . 04800

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI – Defesa da flexibilização da maioria penal. 04802

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Críticas à parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) destinada à Amazônia. 04806

SENADOR VALTER PEREIRA – Repúdio ao fisiologismo do PMDB. 04810

SENADOR ALVARO DIAS – Visita do Presidente Bush à América Latina. Críticas à decisão do governo de reduzir a rentabilidade das cadernetas de poupança. 04813

SENADOR GILVAM BORGES – Presença do Presidente norte-americano, George W. Bush, no Brasil. 04817

SENADOR PAULO PAIM – Projetos incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento direcionados ao Estado do Rio Grande do Sul. 04819

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Questionamentos à postura adotada pela Câmara dos Deputados na criação de Comissões Parlamentares de Inquérito. 04822

SENADOR VALDIR RAUPP – Necessidade da adoção de políticas públicas para o setor de energia elétrica, que viabilizem a execução do denominado PAC. 04825

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Importância da reforma política e a questão da representação da sociedade. Defesa do turismo como instrumento para o desenvolvimento econômico... 04827

SENADOR *MÃO SANTA* – Reflexões sobre a eleição para o Diretório Nacional do PMDB. 04831

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Indicação de S.Exa. para Líder do Governo no Senado Federal, da Senadora Roseana Sarney para Líder do Governo no Congresso Nacional e do Deputado José Múcio para Líder do Governo na Câmara dos Deputados. 04834

SENADOR *MARCELO CRIVELLA* – Considerações a respeito da segurança de edificações antigas, tendo em vista acidentes ocorridos recentemente. Proposta para modificar a legislação referente aos processos de reconhecimento de paternidade..... 04835

SENADOR *JOSÉ MARANHÃO* – Análise da renúncia do Ministro Nelson Jobim à disputa pela presidência do PMDB. Questões econômicas envolvidas na visita do Presidente dos Estados Unidos ao Brasil..... 04838

SENADOR *LEOMAR QUINTANILHA* – Regozijo pelo apoio recebido ao projeto de decreto legislativo que cria o Estado do Planalto Central. Comemoração, ontem, do Dia Internacional da Mulher. Preocupação com a violência no Brasil.... 04843

SENADOR *PAULO PAIM* – Homenagem de pesar pelo falecimento, hoje, do escritor Gerardo Mello Mourão, Presidente da Academia Brasileira de Filosofia (**Requerimento nº 184, de 2007**, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Mão Santa). *A Presidência encaminhará o voto de pesar.*..... 04848

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Remessa à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2003, para orientar a Comissão Diretora na elaboração do texto a ser remetido à Câmara dos Deputados. 04849

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 2.518 e 2.519, de 2007. 04850

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 23ª Sessão Não Deliberativa, em 9 de março de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Alvaro Dias, Mão Santa e Marcelo Crivella

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECERES Nº 109 E 110, DE 2007

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.

Parecer nº 109, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para exame e decisão, o Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do eminente Senador Antonio Carlos Magalhães.

A proposição está estruturada como se descreve a seguir.

No **caput** de seu art. 1º, é proposto o acréscimo do art. 45-A à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, com o objetivo de atribuir ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica competência para prevenir e reprimir as infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

No mesmo artigo determina-se, ainda, que as operações e as instituições do Sistema Financeiro Nacional se submetem aos controles conferidos pela Lei nº 8.884, de 1994, à Secretaria de Direito Econômico

do Ministério da Justiça e à Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

No art. 2º propõe-se nova redação para a alínea **c** do inciso X do art. 10 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, com o fim de submeter à prévia apreciação e autorização do Cade qualquer transformação, fusão, incorporação ou alteração do controle acionário das instituições financeiras.

No art. 3º estipula-se que a vigência da lei em que se converter o projeto se iniciará noventa dias após a publicação dela.

O art. 4º revoga o § 2º do art. 18 da Lei nº 4.595, de 1964, com vistas a retirar do Banco Central do Brasil a atribuição de zelar pela defesa da concorrência no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), já que, em razão das alterações retrocitadas, essa atribuição não caberia mais ao referido Banco.

Ao justificar a sua iniciativa, o autor argumenta:

“Os bancos no Brasil têm baixa eficiência, são pouco competitivos e funcionam como um oligopólio em que poucas instituições controlam o mercado”. Esta é a conclusão de recente estudo realizado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e que teve ampla divulgação na imprensa brasileira. Apesar dessa constatação, que, de forma empírica, já era do conhecimento de todos, a sociedade brasileira não tem observado ações satisfatórias do Banco Central do Brasil, órgão responsável pela supervisão do Sistema Financeiro Nacional (SFN), para sanar os males causados por essa falta de competição em tão importante segmento econômico. Assim, temos acompanhado suas consequências que são a crescente elevação das tarifas, dos juros e dos **spreads** bancários e um desmesurado aumento da lucratividade do setor, somente comparável àquela de atividades econômicas não-legais. (...) A presente proposição não se coloca contra o Banco Central e a favor do Cade, cuida apenas de dar maior efetividade à defesa da concorrência no SFN. Acredito mesmo, que, ao retirar atribuições estranhas ao exercício do poder de autoridade monetária, o projeto de lei complementar que ora apresento contribuirá para ajustar o Banco Central à introdução do novo modelo institucional que prevê a sua autonomia operacional.

Ouvido este Colegiado, o mérito da matéria será apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O projeto recebeu uma emenda de autoria do Senador Arthur Virgílio, para alterar a redação do art. 10 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, no sentido substituir no inciso XIV e no § 3º do citado artigo, as expressões “confiabilidade e segurança” por “higidez”, e ainda acrescentar dois novos parágrafos, a primeira a fim de fixar prazo de sessenta dias para que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE decida sobre atos de concentração entre instituições financeiras, e outra para determinar a aprovação dos atos não apreciados durante esse prazo.

II – Análise

Compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa do projeto de lei sob comento, em conformidade com o art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal.

Mencione-se, também, que a matéria é da competência legislativa da União, e sua análise é atribuição do Congresso Nacional, com fundamento no art. 48 da Constituição Federal.

Sobre o assunto, vale assinalar que a livre concorrência constitui um dos princípios da ordem econômica (CF, art. 170, inciso IV).

Note-se que a presente proposição, elaborada na forma de projeto de lei complementar, guarda perfeita consonância com o disposto no art. 192 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 29 de maio de 2003, o qual dispõe que o Sistema Financeiro Nacional será regulado por leis complementares.

O projeto de lei não contraria, assim, disposições constitucionais, infraconstitucionais ou regimentais.

No que concerne à técnica legislativa, há reparos a fazer. No final do parecer, são oferecidas seis emendas. A primeira visa a aperfeiçoar a ementa do projeto, tornando-a mais precisa. A segunda e a terceira propõem o acréscimo, respectivamente, de artigo à Lei nº 4.595, de 1964, e de parágrafo único aos arts. 7º, 14 e 38 da Lei nº 8.884, de 1994, atendendo às normas de técnica legislativa e, sobretudo, à necessidade de ajustamento desses diplomas legais aos objetivos da proposição. A quarta emenda altera a redação das alíneas **c** e **g** do inciso X do art. 10 da Lei do Sistema Financeiro Nacional, a fim de preservar a coerência das modificações introduzidas no projeto.

A quinta emenda acrescenta inciso e parágrafo ao artigo 10 da Lei nº 4.595, de 1964, e visa dar ao Banco Central do Brasil a competência para decidir acerca

de atos de concentração entre instituições financeiras que afetem a confiabilidade e segurança do Sistema Financeiro Nacional.

A sexta emenda propõe a inclusão de artigo à Lei nº 4.595, de 1964, para que os atos de concentração e a punição das condutas lesivas à concorrência praticadas por instituições financeiras antes da vigência da nova lei continuem a ser analisados pelo Banco Central de modo a preservar a segurança jurídica e garantir maior racionalidade à análise dos processos.

É importante ressaltar que a quinta e a sexta emendas decorrem de sugestões que foram apresentadas pelo Banco Central do Brasil e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, com a aquiescência da Liderança do Governo.

Quanto a Emenda nº 1, apresenta pelo nobre Senador Arthur Virgílio, embora meritória sua intenção, esclareço que a primeira parte dela foi parcialmente acatada na redação de emenda sugerida por este relator ao inciso XIV e no § 3º do art. 10 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e quanto a pretensão de prazo de até sessenta dias para deliberação pelo Cade, entendo esse espaço de tempo muito exíguo, diante da atual falta de recursos material e humano da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (SEAE) e Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE), órgãos encarregados da instrução dos processos para deliberação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o que virá na prática impedir as funções de julgamento do Cade.

III – Voto

Diante dos argumentos expendidos, é de concluir pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003–Complementar, com as emendas a seguir indicadas e pelo acatamento parcial da Emenda nº 1–CCJ, de iniciativa do Senador Arthur Virgílio, na forma da emenda deste relator ao inciso XIV e no § 3º do art. 10 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003–Complementar, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e a Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, para definir como competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) a defesa da concorrência no Sistema Financeiro Nacional, e dá outras providências.”

EMENDA Nº 2 – CCJ

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003 – Complementar, a redação abaixo:

“Art. 1º A Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 46-A:

Art. 46-A. Compete ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), observado o disposto no § 3º do art. 10, prevenir e reprimir as infrações contra a ordem econômica no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, nos termos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994.”

EMENDA Nº 3 – CCJ

Acrescente-se ao Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003 – Complementar o art. 2º abaixo, renumerando-se os artigos subsequentes:

“Art. 2º A Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 7º

Parágrafo único. Compete, também, ao Plenário do Cade zelar pela defesa da concorrência no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. (NR)

.....

Art. 14.

Parágrafo único. As atribuições constantes deste artigo se aplicam às operações e instituições do Sistema Financeiro Nacional. (NR)

.....

Art. 38.

Parágrafo único. As atribuições constantes deste artigo se aplicam às operações e instituições do Sistema Financeiro Nacional. (NR)”

EMENDA Nº 4 – CCJ

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, a seguinte redação:

“Art. 3º As alíneas **c** e **g** do inciso X do art. 10 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passarão a vigorar com a redação abaixo:

‘Art. 10.

.....

X –

c) ser transformadas, fundidas, incorporadas ou ter alterado, por alienação ou transferência a qualquer título, seu controle acionário, respeitado o exercício da competência do Cade;

.....

g) alienar ou, por qualquer outra forma, transferir o seu controle acionário, respeitado o exercício da competência do Cade;

..... (NR)”

EMENDA Nº 5 – CCJ

Acrescente-se ao Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003 – Complementar o art. 4º abaixo, renumerando-se os artigos subsequentes:

“Art. 4º O art. 10 da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passa a vigorar acrescido do inciso XIV e do § 3º, com a seguinte redação:

Art. 10.

.....

XIV – decidir acerca de atos de concentração entre instituições financeiras que afetem a confiabilidade e segurança do Sistema Financeiro Nacional.

§ 3º No exercício da competência a que se refere o inciso XIV deste artigo, se o Banco Central do Brasil, após concluído o exame do caso, entender que o ato de concentração não afeta a confiabilidade e segurança do sistema financeiro, encaminhará, de imediato, a matéria às autoridades responsáveis pela defesa da concorrência.”

EMENDA Nº 6 – CCJ

Acrescente-se ao Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003 – Complementar o art. 5º abaixo, renumerando-se os artigos subsequentes:

“Art. 5º A Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 46-B:

‘Art. 46-B. Compete ao Banco Central do Brasil o exame dos atos de concentração e a punição das condutas lesivas à concorrência praticadas por instituições financeiras anteriormente à vigência desta Lei Complementar.”

Sala da Comissão, 3 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 412 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/08/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	
RELATOR: <i>César Borges</i> <i>senador César Borges</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
CÉSAR BORGES (RELATOR)	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
ALMEIDA LIMA	6- TASSO JEREISSATI
ÁLVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN <i>Leonel Pavan</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	9-GERALDO MESQUITA JUNIOR(*)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA <i>Magno Malta</i>	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO <i>Sibá Machado</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA <i>Ney Suassuna</i>
JOÃO BATISTA MOTTA <i>João Batista Motta</i>	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
MAGUITO VILELA	4-GERSON CAMATA
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS <i>Osmar Dias</i>

Atualizada em: 08/06/2005

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(**) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

PARECER Nº 110, DE 2007

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003 – Complementar, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional, e dá outras providências.

Relator: Senadora Serys Slhessarenko

I – Relatório

É submetido à apreciação desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003 – Complementar, de autoria do eminente Senador Antonio Carlos Magalhães, para, nos termos do art. 99, incisos III e IV do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre seu mérito.

A proposição em apreço tem por objetivo estabelecer a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, no que tange a prevenção e repressão de infrações contra a ordem econômica e a concorrência no Sistema Financeiro Nacional – SFN.

Composto por quatro artigos, a proposição visa a alterar a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política monetária, com o objetivo de atribuir ao Cade competência para prevenir e reprimir as infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

A proposição já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, onde foi relatada pelo nobre Senador César Borges, que apresentou parecer favorável pela constitucionalidade e juridicidade e pelo acatamento parcial da Emenda nº 1 apresentada pelo Senador Arthur Virgílio e nos termos das Emendas nºs 2 a 6 do relator.

II – Análise

Atestadas a constitucionalidade, a juridicidade e a boa técnica legislativa do PLS nº 412, de 2003 – Complementar, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabe a esta Comissão examinar o mérito da proposição.

O nobre Senador Antonio Carlos Magalhães justifica sua proposição com a constatação do Fundo Monetário Internacional – FMI, de que no Brasil os bancos têm apresentado baixa eficiência, são pouco competitivos e funcionam como um oligopólio, em que

poucas instituições controlam o mercado. Acessória a esta conclusão o Senador destaca a insatisfação da sociedade brasileira em não observar ações satisfatórias do Banco Central do Brasil – BACEN, para sanar os problemas causados pela falta de concorrência no Sistema Financeiro Nacional.

O projeto é meritório ao definir as competências para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, no que se refere à concorrência no Sistema Financeiro Nacional, concedendo maior eficiência na regulação do SFN, uma vez que o Banco Central, hoje responsável pela regulação da concorrência no setor financeiro, está exercendo controle que está fora de sua competência, uma vez que sua atuação deve ser referente à Política Monetária, não devendo entrar neste escopo a concorrência econômica. Colocando esta responsabilidade sob as atribuições do Cade ganharemos em eficiência, por ser este o órgão responsável pela regulação da concorrência econômica.

Com as emendas acatadas pela CCJ contribuíram para solucionar alguns pequenos problemas relacionados à técnica legislativa, a saber, as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ são puramente de melhoria de técnica legislativa, alterando a emenda e o número do parágrafo a ser introduzido pelo art. 1º do projeto, enquanto as Emendas nºs 3 a 6 – CCJ buscam harmonizar a legislação existente e conceder maior clareza às alterações pretendidas pela proposição em tela.

Apesar do inquestionável mérito das alterações originalmente propostas pelo projeto e do aprimoramento obtido com as emendas da CCJ, merece ainda o projeto receber emenda aditiva para que, no sentido da propositura do ilustre senador autor, o Cade tenha nova competência administrativa.

A emenda ora propugnada busca modernizar os procedimentos daquele conselho, de forma que, a exemplo dos termos de ajustamento de conduta patrocinados pelo Ministério Público, possa o Cade firmar termo de compromisso de cessação da prática investigada ou dos seus efeitos lesivos com o representado, desde que especifique as obrigações, fixe valor da multa para o caso de descumprimento e fixe valor da contribuição pecuniária ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos, quando cabível.

Com a emenda busca-se capacitar o Cade com importante e célere instrumento para solução de práticas lesivas que estejam sob processo administrativo.

Pelas razões acima enumeradas, a avaliação do PLS nº 412, de 2003-Complementar, é positiva,

especialmente por permitir maior eficiência para a regulação da concorrência no sistema financeiro e que se reverterá em benefícios para toda a sociedade, em virtude da redução dos abusos que tanto aflige a população.

III – Voto

Diante do exposto concluímos pela aprovação do projeto com as Emendas de nºs 1 a 6 – CCJ, e mais a aprovação de uma emenda desta relatoria, nos seguintes termos:

EMENDA Nº 7 – CAE

Acrescente-se ao Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003 – Complementar o art. 6º abaixo, renumerando-se os artigos subsequentes:

“Art. 6º A Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 53:

‘Art. 53. Em qualquer das espécies de processo administrativo, o Cade poderá tomar do representado compromisso de cessação da prática sob investigação ou dos seus efeitos lesivos, sempre que, em juízo de conveniência e oportunidade, entender que atende aos interesses protegidos por esta Lei.

§ 1º Do termo de compromisso deverão constar os seguintes elementos:

I – a especificação das obrigações do representado no sentido de fazer cessar a prática investigada ou seus efeitos lesivos, bem como obrigações que julgar cabíveis;

II – a fixação do valor da multa para o caso de descumprimento, total ou parcial, das obrigações compromissadas;

III – a fixação do valor da contribuição pecuniária ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos, quando cabível.

§ 2º Tratando-se da investigação da prática de infração relacionada ou decorrente das condutas previstas nos incisos I, II, III ou VIII do art. 21, entre as obrigações a que se refere

o inciso I do § 1º figurará, necessariamente, a obrigação de recolher ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos um valor pecuniário que não poderá ser inferior ao mínimo previsto no art. 23.

§ 3º A celebração do termo de compromisso poderá ser proposta até o início da sessão de julgamento do processo administrativo relativo à prática investigada.

§ 4º O termo de compromisso constitui título executivo extrajudicial.

§ 5º O processo administrativo ficará suspenso enquanto estiver sendo cumprido o compromisso e será arquivado ao término do prazo fixado, se atendidas todas as condições estabelecidas no termo.

§ 6º A suspensão do processo administrativo a que se refere o parágrafo anterior dar-se-á somente em relação ao representado que firmou o compromisso, seguindo o processo seu curso regular para os demais representados.

§ 7º Declarando o descumprimento do compromisso, o Cade aplicará as sanções nele previstas e determinará o prosseguimento do processo administrativo e as demais medidas administrativas e judiciais cabíveis para sua execução.

§ 8º As condições do termo de compromisso poderão ser alteradas pelo Cade se comprovar sua excessiva onerosidade para o representado, desde que a alteração não acarrete prejuízo para terceiros ou para a coletividade.

§ 9º O Cade definirá, em resolução, normas complementares sobre cabimento, tempo e modo da celebração do termo de compromisso de cessação. (NR)”

Sala da Comissão, 6 de março de 2007.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003 - COMPLEMENTAR
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/03/07, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)

EDUARDO SUPLÍCY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2-PAULO PAIM (PT)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-IDELI SALVATTI (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4-SIBÁ MACHADO (PT)
FERNANDO COLLOR (PTB)	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)
DYSS SLHESSARENKO (PT)	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	9-JOÃO RIBEIRO (PR)
PMDB	
ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5-JOAOQUIM RORIZ
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GARIBALDI ALVES FILHO	7-JARBAS VASCONCELOS

PFL

ELMIR SANTANA	1-JONAS PINHEIRO
EDISON LOBÃO	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
ELISEU RESENDE	3-DEMÓSTENES TORRES
JAYME CAMPOS	4-JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	5-MARCO MACIEL
RAIMUNDO COLOMBO	6-ROMEU TUMA

PSDB

CÍCERO LUCENA	1-ARTHUR VIRGÍLIO
FLEXA RIBEIRO	2-EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	3-MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	4-JOÃO TENÓRIO

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES
------------	-------------------

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003)

TÍTULO VII
Da Ordem Econômica e Financeira

CAPÍTULO I

Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

IV – livre concorrência;

CAPÍTULO IV

Do Sistema Financeiro Nacional

Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)

I – (Revogado)

II – (Revogado)

III – (Revogado)

a) (Revogado)

b) (Revogado)

IV – (Revogado)

V – (Revogado)

VI – (Revogado)

VII – (Revogado)

VIII – (Revogado)

§ 1º – (Revogado)

§ 2º – (Revogado)

§ 3º – (Revogado)

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 40,
DE 29 DE MAIO DE 2003

Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

Art. 10. Compete privativamente ao Banco Central da República do Brasil:

.....
X – Conceder autorização às instituições financeiras, a fim de que possam: (Renumerado pela Lei nº 7.730, de 31-1-89)
.....

c) ser transformadas, fundidas, incorporadas ou encampadas;
.....

g) alienar ou, por qualquer outra forma, transferir o seu controle acionário. (Incluído pelo Del nº 2.321, de 25-2-87)
.....

Art. 18. As instituições financeiras somente poderão funcionar no País mediante prévia autorização do Banco Central da República do Brasil ou decreto do Poder Executivo, quando forem estrangeiras.
.....

§ 2º O Banco Central da República do Brasil, no exercício da fiscalização que lhe compete, regulará as condições de concorrência entre instituições financeiras, coibindo-lhes os abusos com a aplicação da pena (Vetado) nos termos desta lei.
.....

Art. 45. As instituições financeiras públicas não federais e as privadas estão sujeitas, nos termos da legislação vigente, à intervenção efetuada pelo Banco Central da República do Brasil ou à liquidação extrajudicial.
.....

Parágrafo único. A partir da vigência desta Lei, as instituições de que trata este artigo não poderão impetrar concordata.
.....

LEI Nº 8.884, DE 11 DE JUNHO DE 1994

Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências.
.....

CAPÍTULO III

Da Competência do Plenário do Cade

Art. 7º Compete ao Plenário do Cade:

I – zelar pela observância desta Lei e seu regulamento e do Regimento Interno do Conselho;

II – decidir sobre a existência de infração à ordem econômica e aplicar as penalidades previstas em lei;

III – decidir os processos instaurados pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça;

IV – decidir os recursos de ofício do secretário da SDE;

V – ordenar providências que conduzam à cessação de infração à ordem econômica, dentro do prazo que determinar;

VI – aprovar os termos do compromisso de cessação de prática e do compromisso de desempenho, bem como determinar à SDE que fiscalize seu cumprimento;

VII – apreciar em grau de recurso as medidas preventivas adotadas pela SDE ou pelo conselheiro-relator;

VIII – intimar os interessados de suas decisões;

IX – requisitar informações de quaisquer pessoas, órgãos, autoridades e entidades públicas ou privadas, respeitando e mantendo o sigilo legal quando for o caso, bem como determinar as diligências que se fizerem necessárias ao exercício das suas funções;

X – requisitar dos órgãos do Poder Executivo Federal e solicitar das autoridades dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios as medidas necessárias ao cumprimento desta Lei;

XI – contratar a realização de exames, vistorias e estudos, aprovando, em cada caso, os respectivos honorários profissionais e demais despesas de processo, que deverão ser pagas pela empresa, se vier a ser punida nos termos desta Lei;

XII – apreciar os atos ou condutas, sob qualquer forma manifestados, sujeitos à aprovação nos termos do art. 54, fixando compromisso de desempenho, quando for o caso;

XIII – requerer ao Poder Judiciário a execução de suas decisões, nos termos desta Lei;

XIV – requisitar serviços e pessoal de quaisquer órgãos e entidades do Poder Público Federal;

XV – determinar à Procuradoria do Cade a adoção de providências administrativas e judiciais;

XVI – firmar contratos e convênios com órgãos ou entidades nacionais e submeter, previamente, ao ministro de Estado da Justiça os que devam ser celebrados com organismos estrangeiros ou internacionais;

XVII – responder a consultas sobre matéria de sua competência;

XVIII – instruir o público sobre as formas de infração da ordem econômica;

XIX – elaborar e aprovar seu regimento interno dispondo sobre seu funcionamento, na forma das deliberações, normas de procedimento e organização de seus serviços internos, inclusive estabelecendo férias coletivas do colegiado e do procurador-geral, durante o qual não correrão os prazos processuais nem aquele referido no § 6º do art. 54 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 9.069, de 29-6-95)

XX – propor a estrutura do quadro de pessoal da autarquia, observado o disposto no inciso II do art. 37 da Constituição Federal;

XXI – elaborar proposta orçamentária nos termos desta Lei.

XXII – indicar o substituto eventual do procurador-geral nos casos de faltas, afastamento ou impedimento. (Incluído pela Lei nº 9.069, de 29-6-95)

Art. 14. Compete à SDE:

I – zelar pelo cumprimento desta Lei, monitorando e acompanhando as práticas de mercado;

II – acompanhar, permanentemente, as atividades e práticas comerciais de pessoas físicas ou jurídicas que detiverem posição dominante em mercado relevante de bens ou serviços, para prevenir infrações da ordem econômica, podendo, para tanto, requisitar as informações e documentos necessários, mantendo o sigilo legal, quando for o caso;

III – proceder, em face de indícios de infração da ordem econômica, a averiguações preliminares para instauração de processo administrativo;

IV – decidir pela insubsistência dos indícios, arquivando os autos das averiguações preliminares;

V – requisitar informações de quaisquer pessoas, órgãos, autoridades e entidades públicas ou privadas, mantendo o sigilo legal quando for o caso, bem como determinar as diligências que se fizerem necessárias ao exercício das suas funções;

VI – instaurar processo administrativo para apuração e repressão de infrações da ordem econômica;

VII – recorrer de ofício ao Cade, quando decidir pelo arquivamento das averiguações preliminares ou do processo administrativo;

VIII – remeter ao Cade, para julgamento, os processos que instaurar, quando entender configurada infração da ordem econômica;

IX – celebrar, nas condições que estabelecer, compromisso de cessação, submetendo-o ao Cade, e fiscalizar o seu cumprimento;

X – sugerir ao Cade condições para a celebração de compromisso de desempenho, e fiscalizar o seu cumprimento;

XI – adotar medidas preventivas que conduzam à cessação de prática que constitua infração da ordem econômica, fixando prazo para seu cumprimento e o valor da multa diária a ser aplicada, no caso de descumprimento;

XII – receber e instruir os processos a serem julgados pelo Cade, inclusive consultas, e fiscalizar o cumprimento das decisões do Cade;

XIII – orientar os órgãos da administração pública quanto à adoção de medidas necessárias ao cumprimento desta Lei;

XIV – desenvolver estudos e pesquisas objetivando orientar a política de prevenção de infrações da ordem econômica;

XV – instruir o público sobre as diversas formas de infração da ordem econômica, e os modos de sua prevenção e repressão;

XVI – exercer outras atribuições previstas em lei.

Art. 38. A Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda será informada por ofício da instauração do processo administrativo para, querendo, emitir parecer sobre as matérias de sua especialização, o qual deverá ser apresentado antes do encerramento da instrução processual. (Redação dada pela Lei nº 9.021, de 30-3-95)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com referência aos pareceres que acabam de ser lidos a Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003 – Complementar**, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências*, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência comunica ao Plenário que durante o prazo único previsto no art. 122, II, **b**, combinado com o art. 375, inciso I, do Regimento Interno, foram apresentadas cinco emendas, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao **Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007** (nº 7.569/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica*.

As emendas vão à publicação no **Diário do Senado Federal** e em avulsos para distribuição às Senhoras e aos Senhores Senadores, na forma regimental.

A matéria volta às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Ciência, Tecnologia, Inovação,

Comunicação e Informática e de Educação, para exame do Projeto e, nos termos do art. 124, III, do Regimento Interno, o exame das emendas.

São as seguintes as emendas apresentadas:

EMENDA Nº 1

1 – Dê-se ao § 2º do art. 2º da Lei n.º 8.405 de 2006, alterada pelo art. 1º do Projeto de Lei em debate, a seguinte redação:

“Art. 1º

“§ 2º No âmbito da educação básica, a Capes terá como finalidade induzir e fomentar, inclusive em regime de colaboração com Estados, Municípios e o Distrito Federal, e exclusivamente mediante convênios a serem firmados com instituições de ensino superior públicas ou privadas, a formação inicial e continuada de profissionais de magistério, utilizando especialmente recursos e tecnologias de educação a distância, respeitada a liberdade acadêmica.

”

2 – Dê-se aos arts. 2º e 3º do PL a seguinte redação:

“Art. 2º

I – vinte cargos de Assistente em Ciência e Tecnologia; e

II – quarenta cargos de Analista em Ciência e Tecnologia.

Art. 3º

I – um DAS-5;

II – dois DAS-4;

III – cinco DAS-3;

IV – três DAS-2 e

V – um DAS-1.

.....”

Justificação

A modificação feita pelo PL, confere à Capes a finalidade de “induzir e fomentar, inclusive em regime de colaboração com Estados, Municípios e Distrito Federal, a formação inicial e continuada de profissionais de magistério”, no âmbito da educação básica. Entretanto, é norma constitucional expressa no art. 211 que a “União, Estados, Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.”

Desta forma, a ingerência da Capes também na formação de profissionais do magistério da educação básica deve ser feita de em regime de colaboração,

conforme preceitua a Carta Maior. Entretanto, a Capes não deve preparar e distribuir diretamente os conteúdos programáticos desses cursos, atuando exclusivamente mediante convênios a serem firmados com instituições de ensino superior públicas ou privadas, garantida a liberdade acadêmica.

A julgar pelo número de cargos que se propõe criar, o projeto traz embutido como objetivo não explícito a possibilidade de a Capes vir a oferecer diretamente os cursos ou pelo menos os seus conteúdos programáticos. Isso se traduziria num desvirtuamento das funções da Capes e do próprio Ministério da Educação, que passaria a impartir cursos diretamente, deixando de lado a sua função clássica de entidade encarregada da formulação de políticas, de supervisão da educação de gestão do sistema público federal, de promoção da equidade e de avaliação do sistema de ensino. Além disso, esta proposta traria consigo o risco de uma padronização nacional nos programas de formação de professores que conspira contra a liberdade acadêmica e a diversidade cultural e regional de nosso País.

Por conseguinte, faz-se necessário diminuir o número de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS – no âmbito do Poder Executivo Federal, uma vez que, o fomento e incentivo à formação inicial e continuada de profissionais de magistério deverá ser feita exclusivamente mediante a celebração de convênios entre a Capes as instituições de ensino superior públicas e privadas. Desta forma, a competência para organização e estruturação desta educação continuada, a nível da educação básica, é matéria a ser definida quando da celebração dos convênios com cada instituição, conforme suas prioridades e necessidades peculiares.

Sala da Comissão, março de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

EMENDA Nº 2

Dê-se aos arts. 2º e 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007, a seguinte redação:

“Art. 2º

I – vinte cargos de Assistente em Ciência e Tecnologia; e

II – quarenta cargos de Analista em Ciência e Tecnologia.

Art. 3º

I – um DAS-5;

II – dois DAS-4;

III – cinco DAS-3;

IV – três DAS-2; e

V – um DAS-1.

.....”

Justificação

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 10, de 2007, intenta criar quatrocentos e dez novos cargos efetivos para a Capes, sendo cento e quarenta de Assistente e duzentos e setenta, de Analista em Ciência e Tecnologia. Além disso, cria cinquenta e dois novos cargos em comissão para o órgão, praticamente dobrando sua estrutura.

A julgar pelo número de cargos que se propõe a criar, o projeto traz embutida, implicitamente, a possibilidade de que a Capes venha a oferecer diretamente os cursos de capacitação de professores da educação básica, ou seus conteúdos programáticos. Isso levaria a um desvirtuamento das funções daquela fundação, e do próprio Ministério da Educação, que passaria a impartir cursos diretamente, deixando de lado suas funções precípuas de formulação de políticas, supervisão da educação, gestão do sistema de ensino federal, promoção da equidade e avaliação da qualidade dos sistemas de ensino. Ademais, tal proposta acarretaria o risco de uma padronização nacional dos programas de formação de professores, o que conspira contra a liberdade acadêmica e a diversidade cultural e regional de nosso País.

Por esses motivos, faz-se necessário diminuir o número previsto de cargos efetivos e em comissão, do Grupo de Direção e Assessoramento Superior (DAS), considerando, em particular, que o fomento à formação inicial e continuada dos professores da educação básica deverá ser feito, exclusivamente, mediante a celebração de convênios entre a Capes e as instituições de ensino superior públicas e privadas, que seriam as entidades competentes para organizar e estruturar a educação continuada desses profissionais.

Sala das Sessões, 7 de março de 2007. – Senador **Heraclito Fortes**.

EMENDA Nº 3

Dê-se aos §§ 2º e 3º do art. 2º da Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, nos termos do disposto no art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007, a seguinte redação:

“ Art. 1º

'Art. 2º

.....

.....

§ 2º No âmbito da educação básica, a Capes terá como finalidade induzir e fomentar, inclusive em regime de colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, e exclusivamente mediante convênios a serem firmados com instituições de ensino superior

públicas ou privadas, a formação inicial e continuada de profissionais do magistério.

§ 3º A formação inicial e continuada de profissionais do magistério utilizará, especialmente, recursos e tecnologias de educação a distância, respeitada a liberdade acadêmica das instituições conveniadas.

..... (NR)"

Justificação

O texto do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 10 de 2007, confere à Capes a finalidade de “induzir e fomentar, inclusive em regime de colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, a formação inicial e continuada de profissionais de magistério”, no âmbito da educação básica. Entretanto, o regime de colaboração já está expresso nos termos do art. 211 da Constituição Federal, relativo à organização dos Sistemas de ensino dos entes federados.

Nesse sentido, é certo que a ingerência da Capes também na formação de profissionais do magistério da educação básica deve seguir o preceito constitucional e obedecer ao regime de colaboração. Contudo, a Capes não deve preparar e distribuir diretamente os conteúdos programáticos dos cursos a serem oferecidos, devendo atuar, exclusivamente, mediante convênios a serem firmados com instituições de ensino superior públicas ou privadas, garantidas suas prerrogativas de liberdade acadêmica na organização dessas atividades.

Esse é o objetivo da emenda que ora apresentamos.

Sala das Sessões, 7 de março de 2007. – Senador **Heráclito Fortes**.

EMENDA Nº 4

Transforme-se o § 5º do art. 2º da Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007, em § 2º do art. 6º da mesma Lei, renomeando-se o parágrafo único deste como § 1º.

Justificação

O § 5º do art. 2º da Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007, estabelece que as reuniões deliberativas do Conselho Técnico-Científico da Capes serão sempre públicas. Com isso, busca-se dar maior transparência às deliberações do órgão, o que nos parece iniciativa louvável.

No entanto, o referido parágrafo encontra-se indevidamente situado no âmbito do art. 2º da Lei, que trata das finalidades e competências da Capes, e não de seus órgãos de direção, entre os quais se encontra o Conselho Técnico-Científico. O dispositivo, portan-

to, deveria ser transportado para o art. 6º, que dispõe sobre os diferentes órgãos daquela fundação, transformando-se em seu § 2º.

Sala das Sessões, 7 de março de 2007. – Senador **Heráclito Fortes**.

EMENDA Nº 5

Altere-se o § 5º do art. 2º da Lei nº 8.405, de 1992, modificado pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 10, de 2007, acrescentando o inciso abaixo transcrito e passando a redação à seguinte forma:

“Art. 1º.....

‘Art. 2º

§ 5º As reuniões do Conselho Técnico-Científico serão sempre públicas, quando envolverem apreciação de cursos de pós-graduação de Instituições públicas ou privadas, dando ao interessado o direito da ampla defesa e do contraditório, seja de forma oral ou escrita.

I – O disposto no parágrafo anterior não se aplica quando a pauta da reunião envolver matéria cujo sigilo seja imprescindível ao interesse privado e da coletividade, interesse este que deve ser previamente justificado pelo Conselho Técnico-Científico.”

Justificação

O objetivo primordial da presente emenda é dar publicidade aos atos administrativos praticados pelo Conselho Técnico-Científico da Capes. Reza o art. 37 da Constituição Federal, que são princípios da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.

Ademais, o referido princípio consta também da Lei nº 9.784, de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

A presente emenda tem ainda o desiderato de assegurar a ampla defesa, o contraditório e o devido processo legal aos interessados em matérias constantes da pauta das reuniões do Conselho, que, em regra, são fechadas à comunidade acadêmica.

Sala das Comissões, 7 de março de 2007. – Senador **Neuto de Conto** (PMDB – SC).

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 5, de 2007**, de autoria do Senador Wellington Salgado, que *acrescenta inciso no art. 104-C, do Regimento Interno do Senado Federal, Resolução nº 93, de 1970, alterado pela Resolução do Senado Federal nº 1, de 2007, para dispor sobre a apreciação de indicação de autoridade que menciona* (dispõe sobre indicação de nomes de Presidente e Diretores de Agências Reguladoras do Setor de Telecomunicações).

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Tendo em vista que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização ainda não foi constituída, nos termos da Resolução nº 1, de 2006 – CN, a Presidência comunica que a **Medida Provisória nº 356, de 2007**, que “abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Esporte, no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), para os fins que especifica”, será encaminhada à Secretaria da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV 356, DE 2007

Publicação no DO	8-3-2007
Emendas	até 14-3-2007 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	8-3-2007 a 21-3-2007 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	21-3-2007
Prazo na CD	de 22-3-2007 a 4-4-2007 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	4-4-2007
Prazo no SF	5-4-2007 a 18-4-2007 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	18-4-2007
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	19-4-2007 a 21-4-2007 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	22-4-2007 (46º dia)
Prazo final no Congresso	6-5-2007 (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 2007

Altera o art. 207 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para conceder à servidora gestante licença por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 207 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 207. Será concedida licença à servidora gestante por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que trata do regime jurídico dos servidores públicos federais, estabelece o direito a 120 (cento e vinte) dias de licença à gestante, sem prejuízo da remuneração. Trata-se do prazo mínimo fixado pela Constituição Federal, no art. 7º, XVIII.

No entanto, além de ser fundamental para o pleno desenvolvimento físico e afetivo do bebê, a amamentação nos seis primeiros meses de vida constitui medida eficaz de combate a doenças. Segundo Relatório anunciado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em novembro de 2005, seis milhões de bebês estão sendo salvos a cada ano devido ao aumento de 15% (quinze por cento) da taxa de amamentação exclusivamente por leite materno entre as crianças com menos de seis meses de vida.

Diante desses dados, diversos municípios, como Maranguape e Beberibe, no Ceará, e Vitória e Serra, no Espírito Santo, além do Estado do Amapá, já adotaram a licença à gestante de 180 (cento e oitenta) dias para as respectivas servidoras públicas.

Assim, apresentamos o presente projeto, que estende para 180 (cento e oitenta) dias o prazo de licença à gestante das servidoras públicas, a fim de que a mãe possa ter o direito de cuidar da saúde da criança,

bem como de amamentá-la pelo prazo mínimo de seis meses recomendado pelo Ministério da Saúde.

Diante do exposto e da relevância da proposta, contamos com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 9 de março de 2007. – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

.....
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Publicação Consolidada da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, determinada pelo art. 13 da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 207. Será concedida licença à servidora gestante por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º A licença poderá ter início no primeiro dia do nono mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica.

§ 2º No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.

§ 3º No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico, e se julgada apta, reassumirá o exercício.

§ 4º No caso de aborto atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de repouso remunerado.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 87, DE 2007

Altera o art. 495 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e amplia o prazo da ação rescisória quando referir-se a precatório judiciário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 495 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 495. O direito de propor ação rescisória se extingue em 2 (dois) anos, exceto se relativo a precatório judiciário, que se extingue

em 8 (oito) anos, contados, em qualquer caso, do trânsito em julgado da decisão.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

As causas judiciais promovidas contra a Fazenda Pública Federal, Estadual ou Municipal nem sempre alcançam os melhores resultados no âmbito processual. Entre elas há as que, decorrentes de manipulação em algum momento do processo, como restou demonstrado pela CPI dos Precatórios, geram defeitos insuportáveis, quer quanto ao montante do débito, irreal, estratosférico e incompatível com as receitas dos estados e municípios, quer, nor outro lado, pela forma escusa de seu alcance.

A consequência imediata dessa modalidade de fraude, praticada no processo judicial, é o favorecimento do vencedor da ação e o correspondente prejuízo da Fazenda Pública. Óbvio que nem sempre o vencedor de causa contra a Fazenda age mancomunado com servidores, mas quando esse fato ocorre, por serem os autos entremeados a outros, este de tramitação regular, mascaram-se as condutas em proveito do ilícito e, em maior ou menor grau, em desproveito de todo o povo brasileiro que recolhe impostos.

Esses fatos irregulares, ainda que eventuais, por si justificam se redimensione o prazo de propositura da ação rescisória de dois para oito anos, nas hipóteses em que o Erário possa ter sofrido ou vir a sofrer dilapidação, via de processo judicial inquinado de vício. A razão de se elastecer o prazo para a ação revisional é a mesma que justifica sua contagem em dobro ou em quádruplo, quando há interesse público.

No que concerne à revisão dos pagamentos por precatórios, em prazo de oito anos, o interesse é de toda a sociedade, em seus níveis federal, estadual e municipal, eis que esta expende em tributos absolutamente todos os meios de manutenção da máquina estatal. Não é justo, pois, que a sociedade esteja contribuindo para sustentar a fraude perpetrada contra ela própria, pelo uso irregular do mecanismo judicial dos precatórios, e, ao fim, reste desprovida de meios para defender-se desses procedimentos e rescindir o julgado.

Com estas razões, conclamo os ilustres Pares à aprovação do aprimoramento da norma processual, nos moldes da presente proposta.

Sala das Sessões, 9 de março de 2007. – Senador **Alvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

LIVRO I

Do Processo de Conhecimento

TÍTULO I

Da Jurisdição e da Ação

CAPÍTULO I

Da Jurisdição

.....
.....
.....

Art. 495. O direito de propor ação rescisória se extingue em 2 (dois) anos, contados do trânsito em julgado da decisão.

.....
.....
.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 2007

Altera os arts. 121 e 147 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever como circunstância que agrava a pena a hipótese de a vítima ser agente público integrante de carreira policial, no exercício da função ou em razão dela.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 121 e 147 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passam a vigor com as seguintes alterações:

“Art. 121.

§ 2º.....

VI – contra agente público integrante de carreira policial, no exercício da função ou em razão dela:

..... (NR)”

“Art. 147.

§ 1º Se o agente comete o crime contra agente público integrante de carreira policial, no exercício da função ou em razão dela, a pena é aumentada de um terço a dois terços.

§ 2º (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei tem dois objetivos. O primeiro é criar uma nova circunstância qualificadora para o crime de homicídio (art. 121 do Código Penal): para o caso de a vítima ser agente público ocupante de carreira policial. O segundo objetivo é criar uma causa de aumento de pena para o crime de ameaça (art. 147 do Código Penal), também para o caso de a vítima ser agente público ocupante de carreira policial.

É notório o fato de os policiais serem vítimas cada vez mais freqüentes dos crimes de homicídio e de ameaça, condutas que intimidam a atuação desses agentes públicos, fato particularmente grave num cenário de crise da segurança pública em nosso País. Tais ações constituem verdadeiros atentados contra o Estado, única instituição que detém o monopólio do uso legítimo e legal da força, mas que, entretanto, se vê ameaçado e acuado por agentes criminosos cada vez mais atuantes em seus Estados paralelos.

Julgamos, com essas inovações, fornecer valiosa contribuição para o aperfeiçoamento de nosso ordenamento jurídico e, assim, revalorizar o trabalho dos agentes do Estado responsáveis pelo resguardo de sua segurança interna.

Sala das Sessões, 9 de março de 2007. – Senador **Álvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

Anterioridade da Lei

.....
.....
.....

Homicídio simples

Art 121. Matar alguém:

Pena – reclusão, de seis a vinte anos.

Caso de diminuição de pena

§ 1º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta

provocação da vítima, ou juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

Homicídio qualificado

§ 2º Se o homicídio é cometido:

I – mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II – por motivo fútil;

III – com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV – à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

V – para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime:

Pena – reclusão, de doze a trinta anos.

.....
.....
.....

Ameaça

Art. 147. Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave:

Pena – detenção, de um a seis meses, ou multa.

Parágrafo único. Somente se procede mediante representação.

.....
.....
.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania – decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 2007

Altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar acrescido das seguintes disposições:

“Art. 2º

.....
§ 4º Independentemente do disposto no art. 4º e 5º desta Lei, não formalizada a participação nos lucros pelos procedimentos definidos neste artigo até o dia 30 de junho de cada ano, competirá à empresa reservar para distribuição entre seus empregados, pelo me-

nos cinco por cento de seu lucro líquido no ano anterior.

§ 5º A distribuição dos lucros a que se refere o parágrafo anterior deverá ser efetivada no mês de julho de cada ano, constituindo crédito do empregado.

§ 6º A empresa, que reiteradamente, por mais de dois anos, negar-se a fixar para seus empregados, por intermédio de negociação coletiva, a participação nos lucros ou resultados, terá suspensa a concessão de financiamento por instituições financeiras federais controladas pela União, Estados e Distrito Federal pelo prazo de dois anos.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O advento da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, não foi suficiente para que a participação nos lucros ou resultados da empresa se tornasse uma conquista efetiva da classe trabalhadora.

Tanto é assim que o assunto praticamente saiu de pauta. O que pretendemos com esta proposição é dar efetividade ao princípio e ao direito que o empregado deve ter como colaborador de seu empregador no sucesso de sua atividade econômica.

Ao fixarmos um limite percentual estamos insistindo na necessidade de negociação coletiva entre os sindicatos de empregados e as empresas, inclusive as estatais na definição de uma efetiva política de participação nos lucros.

Assim, solicitamos o apoio de nossos nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 9 de março de 2007. – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.101, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000

Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 1.982-77, de 2000, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 2º A participação nos lucros ou resultados será objeto de negociação entre a empresa e seus em-

pregados, mediante um dos procedimentos a seguir descritos, escolhidos pelas partes de comum acordo:

I – comissão escolhida pelas partes, integrada, também, por um representante indicado pelo sindicato da respectiva categoria;

II – convenção ou acordo coletivo.

§ 1º Dos instrumentos decorrentes da negociação deverão constar regras claras e objetivas quanto à fixação dos direitos substantivos da participação e das regras adjetivas, inclusive mecanismos de aferição das informações pertinentes ao cumprimento do acordado, periodicidade da distribuição, período de vigência e prazos para revisão do acordo, podendo ser considerados, entre outros, os seguintes critérios e condições:

I – índices de produtividade, qualidade ou lucratividade da empresa;

II – programas de metas, resultados e prazos, pactuados previamente.

§ 2º O instrumento de acordo celebrado será arquivado na entidade sindical dos trabalhadores.

§ 3º Não se equipara a empresa, para os fins desta Lei:

I – a pessoa física;

II – a entidade sem fins lucrativos que, cumulativamente:

a) não distribua resultados, a qualquer título, ainda que indiretamente, a dirigentes, administradores ou empresas vinculadas;

b) aplique integralmente os seus recursos em sua atividade institucional e no País;

c) destine o seu patrimônio a entidade congênera ou ao Poder Público, em caso de encerramento de suas atividades;

d) mantenha escrituração contábil capaz de comprovar a observância dos demais requisitos deste inciso, e das normas fiscais, comerciais e de direito econômico que lhe sejam aplicáveis.

.....
(Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Os Projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi.

S. Exª dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, alguns estudiosos definem a violência a partir de duas modalidades: a violência originária e a violência reativa. Segundo eles, a violência originária se manifesta de forma sofisticada e é exercida por grupos que, apesar de terem o poder de mudar a realidade, comportam-se de tal forma que a realidade se mantém.

A violência reativa teria relação com a violência originária, se manifestando de forma caótica. Exercida por grupos que não possuem o poder de mudar a realidade, mas uma enorme capacidade de destruição.

Essas reflexões são de pessoas que dedicam suas vidas ao estudo e ao entendimento do comportamento humano e dos fenômenos sociais.

Trago à tribuna esta interessante tese na oportunidade em que o Senado Federal debate a redução da maioridade penal. Num momento de revolta social e clamores legítimos, a partir do cruel assassinato do menino João Hélio, com a participação de um menor de idade, é fundamental, que a voz das ruas se faça ouvir dentro do Congresso Nacional.

Além desse terrível acontecimento, que mereceu todas as manchetes do País, estamos acompanhando pela imprensa outros crimes, alguns extremamente graves, envolvendo menores de idade, em outros Estados, inclusive no nosso amado e querido Rio Grande do Sul, companheiro, amigo, Senador Paulo Paim.

Todavia, a redução da maior idade penal não é um tema fácil, absolutamente. Nem em nível de discussão, ou de formulação de teses; nem na equação correta para o avanço da nossa legislação e da nossa paz que todos desejamos.

Tanto assim que, enquanto temos hoje no Senado seis PECs propondo alteração nesse sentido, verificamos setores representativos da sociedade – Conanda, juízes das Varas da Infância e Juventude, ONGs e setores da OAB (para citar apenas algumas instituições) – manifestarem-se contrários à redução, apontando alternativas para punir menores infratores.

Não é tarefa fácil a nossa, uma vez que a decisão deste Poder estará mexendo com uma gama de conceitos e valores, como liberdade, justiça e igualdade. Então, como abordar o tema no sentido de contribuir verdadeiramente para o debate?

Talvez, o primeiro ponto a ser abordado, visando melhorar o foco da nossa discussão esteja no fato de que não devemos nos preocupar apenas com iniciativas de alguns países realidades totalmente diferentes da nossa.

Devemos também olhar para as nações que a nós se assemelham e buscar nelas iniciativas que porventura também tenham logrado avanços, êxitos no combate à criminalidade e à violência.

Nesse sentido, não creio que sejam suficientes as comparações entre o Brasil e Estados Unidos ou Inglaterra na questão da maioridade penal. É verdade que, naqueles países, ela se dá em média aos 16 e aos 12 anos de idade, respectivamente. Mas é também verdade que nesses países o Estado cumpre seu papel constitucional, vale dizer atende à maioria esmagadora da população em suas necessidades. Não servem, portanto, como parâmetros para nós, porque no Brasil, infelizmente, ainda ocorre o contrário.

Sr. Presidente Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, se uma criança perambula nas sinaleiras das cidades em vez de estar num banco escolar aprendendo – hoje pela manhã, aqui no Eixão, vindo para cá, vi uma mãe pobre, pés descalços, cabelos desgrehados, maltrapilha, com um bebê no colo, junto à sinaleira – isso não é justiça social. Se um jovem fuma *crack* e se alimenta de restos de lixo em vez de nutrir-se adequadamente e fazer esportes ou receber formação para o trabalho; se os pais dessas crianças estão desempregados e doentes, se não há trabalho, nem educação, nem esperança; se o Estado não cumpre o que a lei determina – inclusive no que tange ao sistema penitenciário –, podemos afirmar que tão-somente reduzir a maioridade penal não irá resolver a tragédia da violência e da criminalidade que se abateu sobre todos nós.

Chamar à responsabilidade menores infratores é necessário? Sem dúvida que é. Para isso, contamos com instituições as quais, estas sim, estão merecendo uma revolução no sentido de adequarem-se às exigências de eficácia e eficiência nos resultados a que se propõem.

Vejam, nobre Colegas, o exemplo da Fundação de Atendimento Sócio Educativo do Rio Grande do Sul, a FASE, que nos últimos anos não registrou casos de rebelião. Saímos das páginas policiais reabilitando um contingente enorme de jovens através de programas socioeducativos.

Um levantamento feito por aquela instituição, buscando dados dos relatórios a partir do ano de 2000, apontou que 85% dos casos de internação na instituição eram de adolescentes em primeiro delito que haviam cometido algum de dano ao patrimônio. Outros 6% eram por brigas casuais; e apenas os outros 9% por crimes mais graves, como tráfico, roubo, latrocínio ou assassinato.

Afora os 9% de casos graves a que o relatório faz referência, 91% dos delitos são considerados leves

e, portanto, passíveis da não reincidência e de serem novamente inseridos na vida familiar e social.

E enquanto o percentual de reincidência dos adultos apenados está em torno de 70%, o percentual de reincidência entre os jovens, conforme pesquisa daquela instituição, está abaixo de 30%. Isso significa que vale a pena lutar por eles, Senador Geraldo Mesquita.

Todavia, a imprensa do Rio Grande do Sul traz novas informações sobre mais um crime que abalou recentemente a todos nós gaúchos, o assassinato do soldado Ivonildo Gampert Biassi, que levou um tiro no rosto, dentro de um ônibus, em Porto Alegre, há poucos dias. Entre os capturados e apontados como responsáveis pelo crime, está um menor de idade que imediatamente assumiu a autoria, embora testemunhas tenham afirmado que não foi ele o autor do disparo.

Seu histórico está recheado de pequenos e grandes furtos, conflitos familiares, sofrimento mental, grande dificuldade de se comunicar (o adolescente não passou no primeiro ano do ensino fundamental), acusando deficiência psíquica. Ele tem 17 anos e já foi 14 vezes retido pela polícia. Hoje, está envolvido em latrocínio.

A vítima, o soldado Biasi, que foi imobilizado por uma gravata, dentro do ônibus, e executado com um tiro no rosto, na madrugada do dia 1º de março, sonhava tornar-se bombeiro, mas morreu durante um assalto a ônibus antes de realizar seu sonho. O soldado era instrutor do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), realizado entre crianças e adolescentes do bairro Restinga, na zona sul de Porto Alegre. Tinha apenas 32 anos.

Entre seus alunos, deixou ensinamentos importantes sobre as armadilhas e os perigos das drogas. O soldado acabou sendo morto por um adolescente e um jovem viciado em *crack*.

Pelas leis de hoje, um adolescente que mata durante um assalto está sujeito a um período máximo de internação de três anos. Isso realmente é inaceitável, sob todos os pontos de vista! O endurecimento penal nesses casos deve ocorrer, e a alternativa clara é o aumento do tempo de internação.

Em crimes de latrocínio ou homicídio qualificado, o adolescente envolvido deveria permanecer por mais tempo internado e, completados os dezoito anos, quem sabe, transferido para um presídio. Seria uma revolução nos padrões atuais. Note-se: em caso de crimes graves!

Mas, se juntarmos alguém que, aos 16 anos, quebrou a vitrine de uma loja e foi pego em flagrante, no mesmo cárcere em que se encontra um mandachuva do narcotráfico, se unirmos dois universos tão

distintos no mesmo cárcere, não tenho dúvida de que a solução estará fadada ao fracasso; e o papel do Estado, falido.

Entretanto, uma solução para a questão pode ser apresentada pelo Procurador de Justiça do Estado do Rio, Marfan Martins Vieira, que sugere que se mantenha o patamar de 18 anos como regra geral para a maioria penal, mas que, entre os 16 e os 18 anos, seja estabelecida uma presunção relativa, cabendo ao poder discricionário do magistrado dizer se o menor deve ou não ser considerado capaz para ser julgado nos termos do Código Penal ou para ser julgado nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os crimes cometidos por menores contra João Hélio ou contra o soldado Ivonildo foram cruéis demais, inaceitáveis, sob qualquer ponto de vista. E penso nisso todos os dias com enorme angústia. Não podemos negar e não negaremos esse terrível fato.

Mas não creio em soluções mágicas. Realmente, não creio que tão-somente diminuir a maioria penal para qualquer tipo de delito praticado por menor de 18 anos seja uma esperança de melhores dias, porque há delitos e delitos, porque a questão é de uma diversidade gigante e deve ser enfrentada como tal, sem soluções simplistas que sirvam para amortecer nossas consciências.

Precisamos discutir esse assunto com a seriedade de quem está planejando o futuro do País. Temos excelentes experiências nessa área que podem servir de parâmetro para essa discussão. Repito: nossa antiga Febem, no Rio Grande do Sul, deixou de ser notícia nas páginas policiais, passou a constar dos cadernos de educação e é reconhecida como modelo para outros Estados.

Na área da educação, o programa Escola Aberta, adotado pela Secretaria Estadual de Educação diminuiu em até 90% os índices de criminalidade nas comunidades onde foi implementado, Senador Paim. São dados reais, e vejam que magnífica e luminosa esperança este caminho nos aponta.

Sr. Presidente Alvaro Dias, naturalmente que mudanças na legislação não devem estar fora desse debate, notadamente quando se trata dos crimes considerados hediondos. Nesse sentido, ressalto aqui, nesta Casa, a PEC do Senador Tasso Jereissati, que ora tramita e dispõe com sabedoria: "A lei poderá, excepcionalmente, desconsiderar o limite à imputabilidade penal, definindo especificamente as condições, circunstâncias e normas de aplicação da exceção".

A proposta preserva o mandamento constitucional do limite aos 18 anos, como regra, abrindo, entretanto, a oportunidade para que a lei venha a desconsiderar o tal limite em casos excepcionais.

O Congresso Nacional terá, assim, a oportunidade de debater o tema, a quem caberá propor tal consideração, quem a concederá, a que crimes será aplicado, que instâncias deverão ser ouvidas, enfim, todas as formas de aplicação do novo limite.

Também entendemos que se deva repensar o tempo de internação de três anos para cinco, dez ou até mais e a possibilidade do cumprimento do restante da pena em presídios para quem completa os 18 anos de idade internado.

Caros Colegas, não me canso de citar exemplos de medidas alternativas no combate à violência. Para reverter os índices de criminalidade no Estado do Rio Grande do Sul, a Governadora Yeda Crusius lançou esta semana um projeto intitulado Comitê de Prevenção da Violência.

Formado pelas Secretarias de Segurança Pública, de Justiça e Desenvolvimento Social, da Saúde, da Cultura, do Turismo e da Administração, o Comitê atuará como uma espécie de segunda força, priorizando a prevenção e deixando a repressão exclusivamente para a Secretaria de Segurança Pública.

Com a participação de organizações não-governamentais e Ministério Público, as ações serão implementadas, num primeiro momento, nos bairros de maior índice de criminalidade de cinco Municípios. E a cada dois meses, outros cinco Municípios serão integrados, até alcançar 50 Municípios. O objetivo é reduzir, em quatro anos, 20% das mortes com causas violentas, estimadas em sete mil por ano.

Senador Paulo Paim, concedo um aparte a V.Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Zambiasi, faço este aparte – e não poderia ser diferente – para cumprimentar V. Ex^a, que traz dados, números e uma reflexão, mais uma vez, ao Plenário sobre um tema que está assustando, eu diria, chocando todos nós a cada dia que passa, que é a violência. Estou na Presidência da Comissão de Direitos Humanos, e V. Ex^a foi um parceiro muito grande para que esse fato se concretizasse, como também o Senador Mesquita e o Senador Mão Santa, que estão aqui neste momento. Por que digo isso? Porque V. Ex^a faz uma análise, no meu entendimento, muito, muito boa para que todos nós possamos refletir. Quero dizer que entendo que V. Ex^a está tão chocado quanto nós pela morte do menino, da menina ontem, daquela jovem anteontem; alguns por bala perdida e outros cruelmente assassinados. Quero dar um outro dado, com o qual sei que V. Ex^a vai concordar, porque conheço V. Ex^a. Quero registrar também neste aparte a minha solidariedade àqueles dois policiais que foram assassinados ontem, no Rio de Janeiro, com 60 tiros. Digo isso como Presidente

da Comissão de Direitos Humanos, da qual V. Ex^a é membro titular. E V. Ex^a está fazendo isso da tribuna. É um discurso equilibrado. Temos de olhar para todos lados. Digo isso porque sei também que esta é a sua posição: a busca da justiça, da igualdade, da liberdade, da punição e da solidariedade para as vítimas. Às vezes, são inocentes; às vezes, são marginais e, às vezes, são dois policiais, como exemplo de tantos outros já que foram assassinados. Esses dois policiais foram assassinados com 60 balas, ontem, no Rio de Janeiro. Faço este aparte a V. Ex^a porque conheço as suas posições. Meus cumprimentos pelo seu pronunciamento.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Obrigado, Senador Paulo Paim, a quem todos conhecem pelo seu enorme trabalho na área dos direitos humanos e também pelo equilíbrio com que trata este tema, que é a forma pela qual ele deve ser tratado.

A paixão deve ser contida, neste momento, para termos o equilíbrio na busca de uma solução possível. Este tema comove e repercute não apenas no Brasil, mas em toda a América do Sul pelo menos.

Hoje, pela manhã, assistimos a outro crime hediondo. Ele aconteceu na terra do Senador Alvaro Dias, nesta semana, quando uma jovem, que estava com algumas amigas, foi executada com quatro tiros por um ex-namorado, sem chance de defesa. Quer dizer, o tema da violência deve estar permanentemente na ordem do dia.

Senador Geraldo Mesquita, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Zambiasi, quero apenas parabenizá-lo pela persistência e coragem de trazer tema de tão relevante importância para nosso País e nossa população como este: segurança pública e violência. Quero me solidarizar com V. Ex^a no lamento que faz pela morte do policial na sua terra. Olha que ironia! V. Ex^a coloca uma ironia do destino: um jovem de 32 anos, que, de forma entusiasmada, procurava recuperar crianças e jovens envolvidos...

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Sim. A Brigada Militar, Senador Geraldo Mesquita, no Rio Grande do Sul, tem o Proerd.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Conheço esse programa. No nosso Estado, temos também jovens oficiais da Polícia Militar voluntários.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – São voluntários que fazem isso, são PMs voluntários que fazem esse trabalho.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – São voluntários que fazem esse trabalho. Já assisti a palestras de jovens policiais para jovens e crianças,

no meu Estado, emocionantes. Eles se envolvem de corpo e alma nessa tarefa de tentar resgatar e tirar do caminho do vício jovens e crianças. Então, quero me solidarizar com V. Ex^a, porque essa é uma morte que devemos lamentar muito. V. Ex^a, com seu discurso, reforça esse fato. Ontem, ouvi o Senador Magno Malta pregando a necessidade de instalarmos uma comissão permanente de segurança pública e violência. Não sei se seria o caso, Senador Zambiasi, mas talvez devêssemos-nos dedicar a pensar nesse assunto. Por que só a economia merece do Senado Federal uma comissão permanente para tratar de assuntos relacionados a ela? A violência, no nosso País, chegou a um ponto, Senador Zambiasi, que não podemos tratar da questão aos soluços: toda vez que ocorre algo dramático na nossa terra, voltamos a discutir o assunto. Por que não começar a ver com serenidade a perspectiva e a possibilidade de instalarmos algum organismo, nesta Casa, que discuta e pense no assunto, examinando-o permanentemente? Creio que só assim poderemos dar o melhor encaminhamento à questão, porque estaremos, diuturnamente, debruçados sobre uma questão tão candente e preocupante, que alarma o nosso País, apavora a nossa população e deixa intranquilos Parlamentares da sua envergadura, diariamente, nesta Casa.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS)

– Obrigado, Senador Geraldo Mesquita.

Completando a minha manifestação, eu falava, Sr. Presidente, do Comitê de Prevenção da Violência que acaba de ser instalado, no Rio Grande do Sul, pela Governadora Yeda Crusius.

O projeto foi muito bem recebido pelos Prefeitos dos Municípios onde as ações terão início. Com o êxito desse projeto, estaremos atacando as causas da violência e não apenas tentando minimizar consequências. E não se trata de sociologismo, como alguns podem pensar, porque o trabalho de repressão da Secretaria de Segurança, sob o comando do Deputado Federal Enio Bacci, foi, inclusive, intensificado com blitzes constantes, apreensão de armas ilegais, carregamento de drogas e mercadorias contrabandeadas, num Estado que tem 1,7 mil quilômetros de fronteira com a Argentina e o Uruguai – boa parte é fronteira seca, especialmente com o Uruguai.

Devemos reprimir o crime e encarcerar os culpados, não há dúvida, mas, para tanto, é preciso reformar o nosso sistema penitenciário. Nesse sentido, com o andamento do projeto, a Governadora espera captar recursos internacionais para investir no setor de inteligência e na construção de novos presídios no Estado.

No Presídio Central de Porto Alegre, colegas Senadores, atualmente, 4 mil detentos amontoam-se em pouco mais de 700 vagas. A superlotação carcerária é uma realidade nacional, fato que nos obriga a perguntar, como o jornalista gaúcho Paulo Sant'Anna, em sua coluna diária do *Zero Hora*.

Prender os menores de 18 anos onde? Se os criminosos adultos estão sendo postos em liberdade por falta de vagas, por falta de transporte para as audiências (o que, agora, começa a ser solucionado por meio de projeto votado aqui, com audiências via internet), por falta de agentes penitenciários?

E conclui: “É impossível fazer justiça penal sem presídios.”

Onde e como iremos recolher aos presídios menores de 18 anos, se já não há espaço nem mesmo para que os atuais condenados cumpram suas sentenças, Senador Paulo Paim?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS)

– Com muito prazer, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a iniciou um dos mais brilhantes projetos e fugiu da tradição gaúcha de criar novos Municípios. Eis aí o problema. Olhe, isso tem jeito, e quem está falando foi Prefeito, prefeitinho da cidade de Parnaíba, a maior do Piauí. De verdade em verdade, eu vos digo: não havia um menino de rua. Um! Cada Prefeito deve tirar o seu, como a minha esposa Adalgisa fez. Tínhamos um programa: “Bom Menino”. Devemos ter criatividade e assumir. Esse negócio de trabalho escravo não pode, não. Funcionava, funcionou e assim deu certo. Não é teoria, não. Eu saí da Prefeitura da minha cidade, disputei o Governo do Estado e recebi 93,84% dos votos da cidade de Parnaíba. Foi a maior votação dada a um cidadão brasileiro na sua cidade, e havia quatro candidatos. Em uma urna, havia 276 votos para Mão Santa, dois para Átila Lira e nenhum voto para o PT e o outro. Não. Eu quero dizer-lhe o seguinte: não ficou um menino de rua. Eu peguei a bandeira, com a Adalgisa, do programa “Bom Menino”. O sistema ia buscar, tirava da rua, fardava bonitinho e ela encaminhava para o trabalho. Trabalho há. Então, cadastrava para olhar carro, para supermercado, todos, e havia uma escola com professora especial, para onde os meninos iam pela manhã. Havia apenas 30 trinta meninos de rua, mesmo. Então, qual é o Prefeito que não tem capacidade de manter, ô, Geraldo Mesquita, 30? Ô, Presidente Lula, chame-me que lhe dou essa orientação e essa experiência. Eram trinta. Eu ia e via. D. Adalgisa alugou a sede de um clube de Parnaíba, no melhor lugar da cidade, numa praça. Havia uma professora

especializada, encantada. Eram 30, Geraldo. Não era por aí. Fui várias vezes. Trinta se dominam com uma boa professora. Parnaíba tem 150 mil habitantes e havia somente 30, o resto é conversa fiada. Então, se for dedicada uma atenção especial a cada cidade, não vai haver o problema no Brasil. Depois, fizemos o mesmo em Teresina, por isso estou aqui. Havia garotos na Frei Serafim, ô, Paim, por isso estou aqui. Tive reconhecimento, nunca tive dinheiro para comprar voto e, mesmo se tivesse, não ia usar, não. Eu pegava o carro na avenida Frei Serafim e, ô, Paim e Geraldo Mesquita, a maior tristeza era ver gente fumando e cheirando cola. D. Adalgisa cadastrou e tirou de toda Teresina. Então, deve haver ação. Aquele seu plano de criar Municípios é uma necessidade a que Deus me permitiu atender quando governei o Piauí. Não fui eu que iniciei isso. Um dos ex-Governadores de lá, um dos melhores e mais brilhantes Senadores desta República, Freitas Neto, iniciou o processo e criou 30 Municípios. Ele recebeu o Estado com 115 Municípios e me entregou com 145. Eu vi que era bom. Povoados distantes serem transformados em Municípios, era um chamamento para a responsabilidade de participação feito a novos líderes, Vereadores e Prefeitos. Então, aquele seu projeto e um dos mais sérios e melhores. Digo isso por que Deus me permitiu criar 78 Municípios no Piauí. Está aí, vocês viram o exemplo que o Piauí deu: tem a melhor escola particular do Brasil. Então, é o Prefeito quem resolve. Eu resolvi em Parnaíba. Se cada Prefeito tirasse suas crianças da rua, tudo se resolveria. Eles saíram da Escola Bom Menino, vaidosos. Eu os encontro nas ruas, e eles me perguntam: “Está me conhecendo? Senador, eu era Bom Menino quando criança; fardado, orgulhoso!” Por isso a D. Adalgisa arrumava um empreguinto para essas crianças, no supermercado, para terem um dinheirinho. Não é nada feio não! Depois, houve causas trabalhistas, e eu discuti com o Ministério, dizendo que não era nada de trabalho escravo, apenas a tentativa de unir o útil ao agradável e ao educativo. O trabalho é uma grande escola, sempre o foi no passado. Sou cirurgia. E como eles começavam? Trabalhavam desde novo, acompanhando os barbeiros e as pequenas cirurgias. Que V. Ex^a possa continuar com o seu projeto. Aí está o erro! O País é muito grande, por isso tem de ser dividido em novos Estados. Os Estados Unidos, do Bush, têm uma área mais ou menos semelhante à nossa, e lá, são 50 estados; nós temos 27. O México tem uma área que a metade da nossa, e lá são 35 estados. Por isso este Congresso tem de facilitar a criação de novos Municípios, novos Prefeitos responsáveis e novos Governadores. Continue com aquele seu projeto, porque eu já o defendia.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS)

– Obrigado, Senador Mão Santa. Também sou municipalista e entendo que uma das mais graves causas da violência são as migrações de pessoas que, desesperançadas, muitas vezes lá nos fundões entre dois grandes Municípios, nas divisas, sem chances de serem entendidos, acabam abandonando suas vilas, suas comunidades, aventurando-se nos grandes centros ou nas cidades-pólo.

Recebi, aqui, algumas manifestações, que me impressionaram profundamente, especialmente oriundas dos Estados da Região Norte, em que alguns Municípios são maiores do que muitos países da Europa.

Apenas um Município tem de 15 mil a 20 mil quilômetros quadrados, em que o Prefeito, para chegar a determinadas comunidades, demora dois, três até quatro dias de viagem. Temos, realmente, de pensar com seriedade e responsabilidade nessas questões.

Em uma análise sobre Municípios, encontrei um fato interessante. Os Estados mais desenvolvidos do Brasil são aqueles com maior número de Municípios. Para não citar o meu, que vive uma grande crise e que tem 496 Municípios, cito São Paulo, com cerca de 700 Municípios; Minas Gerais, com cerca de 800 Municípios – se não me engano –, Estados realmente pujantes.

Sr. Presidente, ainda com relação à discussão que se estabelece sobre a maioria penal, um tema que merece realmente muita reflexão, entendo necessários critérios muito sérios acerca desse debate.

Parece-nos que o endurecimento das penas para menores que cometerem crimes hediondos, sob a responsabilidade do juiz, canalizará caso a caso, e o aumento do tempo de internação, quem sabe, sejam contribuições do Congresso Nacional para a paz e a justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caros Colegas aqui presentes, os projetos que dispõem sobre o Programa de Aceleração do Crescimento, o famoso PAC, talvez, cheguem ao Senado somente daqui a dois ou três meses, mas é necessário, independentemente de sua tramitação nesta Casa, tecer sobre ele considerações desde já. Proponho-me a isso nesta data, Senador Paulo Paim, porque, desde o anúncio do PAC, dedico-me um pouquinho a seu estudo junto com nossa assessoria, bastante competente, diga-se de passagem. Farei consi-

derações acerca da relação do PAC com meu Estado e com a Amazônia.

O famoso Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é a grande cartada no horizonte dos dois Governos do Presidente Lula no Brasil. Virou o trunfo dos oito anos. Quero, aqui, desenvolver um raciocínio sobre o PAC e sobre sua relação com o Governo Federal, com a Amazônia e com o verdadeiro desenvolvimento do Brasil.

O Presidente Lula teve como principal meta, nos primeiros quatro anos, a rigidez na aplicação da cartilha que o capital financeiro mundial impôs ao Brasil. Nem o Presidente Fernando Henrique Cardoso conseguiu um nível de unidade tão grande na defesa e na aplicação da concepção neoliberal no Brasil.

O principal avanço do neoliberalismo, no Brasil de Lula, não foi a superação das metas de superávit primário, nem a política criminosa de juros, em que Lula superou Collor, Itamar e o próprio Fernando Henrique. O grande mal causado pela equipe econômica petista se deu na consciência da população brasileira, Senador Alvaro Dias; deu-se na limitação do horizonte e dos sonhos. Esse foi o grande legado do Dr. Palocci. Sonhar até pode, mas com os pés no chão! Vejam que esquizofrenia: sonhar com os pés no chão. Onde já se viu?

Construiu-se um imaginário de que é impossível inovar. Reforçou-se a lógica da via única, de que são todos iguais, de que temos de fazer a mesma coisa que os outros fizeram.

Ao manter intacta a concepção do Estado capitalista e a base legal da economia neoliberal do Brasil, o PT optou pela via dos poderosos, optou por administrar a crise capitalista, da mesma forma como já vinha administrando Municípios e Estados. Hoje, o bom petista é o bom gerente pragmático e sensível à miséria, mas que não ataca a miséria na raiz, na origem. Ficou na filantropia. É o técnico ou o gerente resignado pelos limites da socialdemocracia brasileira e do mercado capitalista. Sinceramente, Senador Alvaro Dias, eu esperava bem mais da esquerda socialdemocrata governando o Brasil!

Hoje, a opção do Governo está totalmente cristalizada e comprometida com os grandes grupos econômicos e políticos nacionais e imperialistas. Não há espaço para questionamentos, só para adesão.

Eu esperava bem mais do Governo Federal, assim como do PAC. Eu esperava mais, pois, a socialdemocracia de esquerda do Brasil não é uma socialdemocracia elitista qualquer do mundo. Sempre foi mais pra frente. No Brasil, esse setor construiu alianças estratégicas com grupos revolucionários. Fez da Igreja Católica brasileira, nos anos 70 e 80, a mais insurgente

do planeta. Construiu o PT, um dos maiores Partidos operário do mundo. Fez a CUT, outrora referência internacional da luta dos trabalhadores. Construiu grandes quadros políticos da vida nacional, como Lula, Eduardo Suplicy, José Dirceu, Paulo Paim – um baluarte dessa época –, Chico Mendes, Luiza Erundina, José Genóio, Fernando Gabeira, Tarso Genro, Heloísa Helena, Aloizio Mercadante, Marina Silva, Olívio Dutra, Maria da Conceição Tavares e muitos outros. Era um belo cenário, Senador Paulo Paim!

Entretanto, nos primeiros quatro anos do Governo Lula, o belo cenário foi dominado por uma nova estrela petista: Antonio Palocci é seu nome. O Ministério da Fazenda deu a tônica político-ideológica do primeiro Governo. Submeteu o Brasil a severo corte nos investimentos públicos, aplicou altas taxas de juros e deu autonomia ao Banco Central. Política social mesmo só a do faminto Fome Zero e a do entorpecente Bolsa-Família. Foi um Governo excelente para os banqueiros. Foram bilhões de dólares doados ao capital financeiro internacional. A tônica do primeiro Governo Lula foi o atendimento das demandas do setor financeiro internacional. Mesmo com a troca do Ministro da Fazenda, a política econômica foi mantida. E, sob o consenso da cautela, as coisas permanecem como sempre foram.

Com o PAC, vemos uma tentativa de mudança dessa lógica. O Estado nacional assume seu papel de indutor do desenvolvimento, por meio da implantação e da recuperação da infra-estrutura econômica do Brasil. O PAC se limita às ações infra-estruturais, nem de longe assume um papel mais ativo no planejamento estratégico do desenvolvimento nacional. Junto às ações infra-estruturais necessárias, o PAC poderia indicar claramente quais grupos econômicos e setores sociais serão os beneficiários do desenvolvimento que está buscando. Quem se beneficiará? O PAC servirá para distribuir a renda que sua implantação gerará? Ou os beneficiários e a exclusão serão os mesmos? O povo continuará “na porta estacionando os carros”, como diria Cazuza?

O PAC carrega uma tônica político-ideológica: o atendimento de demandas históricas do setor energético e minero-metalúrgico do País. Pensa-se que é o caminho para o desenvolvimento. Trata-se de um conjunto de obras de infra-estrutura. Na Amazônia, a maioria delas já foi planejada há décadas. O setor energético levará mais da metade dos quase R\$504 bilhões de investimentos anunciados pelo Governo Federal ao Brasil por intermédio do PAC. As grandes empreiteiras do setor, como Camargo Corrêa e Odebrecht, levarão as maiores fatias. As gigantes Vale do Rio Doce, Suez, Cargill e Alcoa serão as principais beneficiárias.

Além do mais, mesmo com toda a expectativa que o Governo criou sobre o PAC, os números projetados de crescimento, de 4,5% a 5%, são ainda muito tímidos. São projeções abaixo da taxa secular de crescimento da economia brasileira, que é de 5,9%. Eu diria que é muito pirão para pouca carne, muito estardalhaço e muito foguete antes dos resultados, parecido com a fanfarra do anúncio da geração de dez milhões de empregos, meta jamais alcançada. O PAC parece sofrer do mal da limitação de consciência que assolou o Governo.

No último dia 22 de fevereiro, a CNBB lançou a Campanha da Fraternidade 2007, que tem como tema a preservação da Amazônia. Vejam bem: foi a primeira vez em 43 anos que o lançamento da campanha anual da CNBB foi feito fora de Brasília; deu-se na Amazônia. Foi um lindo ato de lançamento, na ilha do Cumbu, uma das centenas de ilhas que formam a bela península amazônica que é Belém do Pará. O lançamento foi lá, em uma região de várzea, que abriga caboclos ribeirinhos, agricultores, extrativistas e pescadores. Tudo indica que serão estes, pescadores, agricultores familiares, artesãos e extrativistas, além da biodiversidade amazônica, os mais prejudicados pela implementação do PAC na Amazônia. Que constatação, meu Deus! Os Bispos do Brasil, mais uma vez, estão na vanguarda do nosso tempo e anteviram a situação em que o País novamente colocará a Amazônia.

Na Amazônia sempre fomos meros fornecedores de matéria-prima bruta, seja de borracha, de castanha, de açaí, de peixe, de ferro, de ouro ou da própria energia elétrica. E sempre se ignorou nossa cultura e nossas formas de produção e de vida. E, se depender do PAC e do Governo Lula, continuará tudo igual. Nunca se preocuparam com a formação educacional, técnica e científica de nosso povo. Até hoje – pasmem! –, o Acre não tem sequer uma escola técnica federal, Senador Paulo Paim. Os grandes esforços de planejamento da Amazônia nunca levaram em consideração o povo da Amazônia. Assim foi com as rodovias, com as hidrelétricas e com as eletrointensivas das décadas de 50 e 70. Assim tem sido com a atividade madeireira, com a criação de gado e com o plantio de soja. E assim será novamente no século XXI com o PAC. As atividades econômicas incentivadas pelo PAC são concentradoras de renda e destruidoras do meio ambiente. Será que não temos força para mudar essa lógica?

O Governo Lula repete a mesma sina: dos R\$503 bilhões do PAC, investirá cerca de 10% na Amazônia, em torno de R\$51 bilhões. Desses R\$51 bilhões, somente a construção de hidrelétricas e de estradas consumirá R\$39 bilhões, cerca de 80% da parte reservada ao Norte do Brasil. Ou seja, o modelo eco-

nômico exploratório da Amazônia, o mesmo que foi imposto historicamente, continua com o PAC. Nada de recursos vultosos para investimento em ciência e em tecnologia na Amazônia, para tratar com inteligência e respeito a biodiversidade e as populações amazônicas! Nada de valorização de experiências regionais positivas! Nada!

Diversas esferas do Poder Público ligadas ao desenvolvimento sustentável amazônico possuem considerável acúmulo técnico-científico em planejamento sobre a região. Infelizmente, não foram ouvidos nem foram lembrados nas dotações orçamentárias do PAC. Reservam-se R\$32 bilhões para construir hidrelétricas e estradas, enquanto a pesquisa científica e tecnológica na Amazônia vive na miséria financeira, apesar da riqueza das idéias. Precisamos contratar mais pesquisadores para as instituições, financiar pesquisas pioneiras, implementar os projetos existentes. O PAC deveria valorizar a biodiversidade amazônica, nossa maior riqueza natural. Deveria investir racionalmente para poder conhecer e explorar racionalmente a floresta amazônica.

Somente na rede de transportes da Amazônia, o PAC investirá R\$6,2 bilhões, planejados para o período 2007 – 2010. A maioria são estradas planejadas ainda pelos Governos militares, muitas inacabadas por erros graves de planejamento e por inviabilidade, como a Transamazônica. Outras são verdadeiros paraísos para os plantadores de soja que devastam a floresta, como a rodovia Santarém-Cuiabá.

Os muitos técnicos de qualidade e as excelentes políticas públicas elaboradas por diversos Ministérios e instituições como INPA, Embrapa, Ibama, Museu Emílio Goeldi e universidades foram todas deixadas de lado no PAC.

Tudo bem, o PAC contempla apenas ações infra-estruturais, que viabilizarão a aplicação das diversas políticas públicas – dirão os dirigentes do Governo. Está bom, Senador Mão Santa, mas quem o Governo colocará na frente para ser o beneficiário primeiro e direto dos recursos do PAC? Qual o foco? Não dá mais para serem apenas as empreiteiras, as mineradoras, os latifúndios e as madeiras, muito menos na Amazônia!

O esforço máximo de planejamento que o Governo Lula conseguiu para a Amazônia, por meio do PAC, foi a reedição de velhas obras inacabadas, em vez de potencializar os investimentos em políticas sustentáveis, inovadoras e participativas. A sociedade, por acaso, participou da escolha das ações prioritárias de investimento dos R\$503 bilhões dos cofres da União, Senador Mão Santa? V. Ex^a foi consultado? Para definir as ações do PAC, o Governo ouviu quem, em que condições?

Muitas obras são necessárias, é verdade, como a BR-364 em meu Estado. Mas com o **status** de obras inacabadas que têm, deveriam ser tratadas como tais, deveriam ser simplesmente acabadas, sem pompa, ou vestidas para um novo programa. A BR-364 já deveria estar concluída há décadas.

O grande esforço de planejamento do desenvolvimento sustentável que se espera para a Amazônia não é esse PAC. Esperamos outra coisa. Esperamos que o Governo anuncie bilhões de reais para os programas já existentes de desenvolvimento sustentável do Ministério do Meio Ambiente, como o Programa Aquabio, para planejamento e gestão de recursos hídricos; do Ministério do Desenvolvimento Agrário, como o Programa de Desenvolvimento de Territórios Rurais Sustentáveis; do Ministério do Trabalho, como a Política Nacional de Economia Solidária. É preciso que haja ações de planejamento e de ordenamento territorial do Ministério das Cidades.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Geraldo Mesquita Júnior?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Com muito prazer, Senador Mão Santa, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, o Acre traduz muita grandeza para mim. A meu ver, um dos homens mais importantes do Brasil é o médico Adib Jatene, e ele é acreano. Vejo o homem e a mulher do Acre com muita admiração. V. Ex^a me impressionou desde o início do nosso mandato pela firmeza no Direito. Deram-lhe uma das missões mais difíceis na história: aqueles processos da Comissão de Ética. Observei que V. Ex^a não claudicou, não titubeou, foi de uma firmeza heróica, amante do Direito. Mas, agora, V. Ex^a me impressiona por outro motivo. V. Ex^a me lembra um dos maiores Ministros do Planejamento que o País já teve, com sua visão de futuro, João Paulo dos Reis Velloso, que, com entusiasmo, defendeu, durante o Governo Militar, o I PND e o II PND. V. Ex^a cresce no meu conceito. Sei que o povo do Acre já o conhecia, mas estou vendo algo que é louvável. Só sua firmeza no Direito já seria merecedora da nossa admiração. Vejo, agora, um grande homem, com grande capacidade de planejamento e com visão de futuro, um homem que tem muito a contribuir. Esse é o tipo de mensagem que o PMDB tem de dar ao Presidente Lula.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Seu aparte é sempre aguardado com muita expectativa por todos nós e pelos que nos ouvem por meio da TV Senado.

Mas eu falava em que o Governo do Presidente Lula, por meio do PAC, deveria investir os recursos. Já

citei alguns programas importantes. Acrescentaria os arranjos produtivos locais da nova Sudam. A Amazônia precisa é disso, Senador Mão Santa. Não precisa inventar a roda, não! O PAC da Amazônia e do Acre deveria investir bilhões de reais nessas e em outras ações. Não podemos planejar o desenvolvimento da Amazônia de forma aloprada assim. Chega de aloprados, ainda mais que se trata de bilhões de reais!

Em vez de construir obras sem critério ou segurança sobre quem serão os verdadeiros beneficiados e prejudicados, o Governo poderia ter priorizado para a Amazônia, no PAC, investimentos que adotassem determinados critérios de sustentabilidade.

Devem ser priorizados projetos que tenham sintonia com o desenvolvimento de atividades econômicas não-predatórias da floresta, como a pesca artesanal, como o extrativismo florestal sustentável, enfim, como a produção familiar. Todavia, repete-se a mesma lógica: estradas e hidrelétricas. Atrás virão destruição florestal, mais uma vez, e empobrecimento do homem. Que sejam feitas as estradas e que se construam hidrelétricas, Senador Alvaro Dias! Não discuto isso. Mas é só isso? E o resto? É o salve-se-quem-puder?

Farei um questionamento simplório: a construção de uma determinada rodovia, por exemplo, facilitará a vida do pequeno pescador ou o tornará mais refém ainda do atravessador, visto que este terá seus caminhos pavimentados? Qual a concepção de desenvolvimento que está em jogo? Essas e outras questões têm-me tirado o sono, quando penso no PAC, na Amazônia e no meu Estado.

O rio Madeira é um grande rio do oeste da Amazônia brasileira, onde estão parte do Estado do Amazonas, o Acre (meu Estado) e Rondônia. No rio Madeira, serão construídas as hidrelétricas Santo Antônio e Jirau. São empreendimentos programados no PAC, sem que seja conhecido ou tenha sido dimensionado o conjunto de impactos socioambientais dessas duas grandes obras. Juntos, os aproveitamentos hidrelétricos Jirau e Santo Antônio gerarão até 6.450 megawatts de potência para o Sistema Interligado Nacional.

A usina hidrelétrica de Tucuruí (a maior e totalmente nacional, com 8.370 MW), instalada no Pará, tem mais de 20 anos de funcionamento e ainda carrega complicados passivos judiciais de centenas de famílias, que reivindicam compensação dos impactos sofridos nas décadas de 70, de 80 e de 90. É deprimente uma situação como essa. Toda a população ribeirinha economicamente ativa, da época, foi desalojada. Hoje, os sobreviventes são milhares de idosos que moram, há anos, às margens de estradas inexploráveis e em pequenas ilhas improdutivas, formadas pelo lago artificial.

As usinas hidrelétricas Santo Antônio, Jirau (RO) e Belo Monte (PA) parecem ir no mesmo caminho de Tucuruí – e conscientemente, o que é pior.

Eu temo pelo Acre.

A estatal Furnas Centrais Elétricas construirá duas hidrelétricas no rio Madeira. Uma terceira será construída na fronteira com a Bolívia – os Governos brasileiro e boliviano demonstraram interesse na obra –, e uma quarta usina pode surgir no Madeira boliviano, projeto do país vizinho. Com toda certeza, essas quatro usinas trarão conseqüências maléficas ao Estado do Acre. Gostaria de acompanhar esse processo de perto. Os rios acreanos e, conseqüentemente, o povo acreano sofrem, sim, influência da bacia do Madeira e das adjacências. É necessário que se discuta sobre essas obras com bastante cuidado.

A análise do Ministério Público Estadual de Rondônia sobre os Estudos de Impacto Ambiental e os Relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) de Santo Antônio e Jirau, as simulações realizadas pelo Consórcio Furnas-Odebrecht (responsável pelo projeto) e as ponderações do Ministério do Meio Ambiente e Ibama são dados importantes para começarmos a discutir quais os verdadeiros efeitos que essas hidrelétricas, previstas no PAC, trarão para o Estado do Acre.

Concluindo, Senador Alvaro Dias, devo dizer que sei que o Acre será atingido pelas alterações na bacia hidrográfica do Madeira, provocadas por Santo Antônio e Jirau. Precisamos saber apenas quais os níveis de impactos. Impacto sabemos que haverá. A explosão demográfica que sofrerá Porto Velho (RO), por conta das obras das hidrelétricas, é apenas um fator que alterará a dinâmica regional, podendo haver conseqüências na dinâmica populacional de Rio Branco (AC) e do Acre.

Estou aqui, nesta Casa, para ajudar; minha intenção é ver as coisas acontecerem. Longe de mim querer travar o País ou prejudicar o Governo. Estou aqui, repito, para ajudar a fazer as coisas acontecerem, mas elas devem acontecer com respeito ao povo brasileiro, com respeito às diferentes populações amazônicas, com respeito ao meio ambiente, com respeito à nossa diversidade cultural e com respeito, sobretudo, à organização social amazônica.

Meu medo é o de que o PAC sirva somente para causar mais um acidente na Amazônia. Precisamos usar o cinto de segurança para discutir o PAC e também trafegar por via alternativa. Devemos desengarrafar o trânsito nos trechos onde deve haver aceleração e aumentar a vigilância onde há risco de acidente. Afinal, havendo acidente, é sempre o povo humilde da Amazônia que paga o PAC, ou melhor, o pato. Já chega disso!

Obrigado, Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O próximo orador inscrito é o Senador Valter Pereira, sem prejuízo da inscrição do Senador Paulo Paim.

Com a palavra, o Senador Valter Pereira.

S Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, talvez eu não ocupe os 20 minutos que V. Ex^a me concede, provavelmente nem dez minutos. Na verdade, venho à tribuna, nesta manhã de sexta-feira, para fazer apenas um desabafo. Trata-se de um desabafo de quem assiste a um episódio lastimável na vida pública deste País, que envolve o meu Partido, o PMDB.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ajudei a construir este Partido lá nos idos de 1966, quando, em plena ditadura, o antigo MDB, do qual V. Ex^a fez parte, foi a matriz de todos os Partidos progressistas que hoje atuam em nosso País. Militava eu em Campo Grande, visitando os municípios vizinhos, ajudando a formar os diretórios municipais daquele que era o movimento de resistência contra os arreganhos da ditadura militar, que tanta infelicidade trouxe à política brasileira.

Ajudei a construir esse Partido, participei de todos os eventos históricos, notadamente dos momentos mais difíceis, como o Pacote de Abril, a proscrição de companheiros ilustres que atuavam no Parlamento de Mato Grosso – tudo isso ocorreu antes da divisão do Estado – e do País.

Participei do Colégio Eleitoral que promoveu essa grande mudança, permitindo que o Brasil saísse de um sistema autoritário de governo e ingressasse na senda da democracia.

Quando a ditadura, já cedendo às pressões que a sociedade civil fazia por todos os cantos, rendia-se, dava sinais de cansaço, veio a última sessão do Colégio Eleitoral para eleger o novo Presidente da República – o último da ditadura –, por meio de uma grande mobilização popular, cujo desfecho se deu no Colégio Eleitoral, exatamente no estamento da ditadura que havia naquele instante cindido, quebrado, e ali uma articulação habilidosa, inteligente, elegia o novo Presidente da República para restabelecer a democracia, compromisso fundamental do Presidente Tancredo Neves, que teve como seu vice o Presidente José Sarney.

No entanto, Sr. Presidente, o MDB já havia sofrido uma primeira grande estocada quando teve de

abandonar a sua sigla original de Movimento e adotar a de Partido. Deixou de ser Movimento Democrático Brasileiro para ser Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Todavia, Sr. Presidente, sucedeu que a nova história, que começou a ser escrita pelo PMDB, veio assinalada de grandes modificações, de grandes mudanças, de grandes transformações, e o Partido foi perdendo aquela causa comum que unia a todos; unia na essência, unia no objetivo comum, unia naquilo que era consensual: a resistência contra a ditadura. Começou ali uma nova fase, uma nova fase onde as tratativas políticas já não tinham o vigor que unia o Partido naquela causa comum de forte conteúdo ideológico. Começou, nessa outra etapa da vida partidária, a ambição, a ambição política, a ambição pelo poder, a ambição pelas facilidades que se criavam para vencer eleições e galgar o poder.

E, de lá para cá, Sr. Presidente, aquela ambição, que no início era até tolerável, compreensível, porque os partidos políticos têm mesmo em sua essência essa busca pelo poder, sem o que não teria sentido a sua existência. Ocorre que, de uns tempos para cá, a ambição pelo poder ganhou características muito confusas, porque, ao mesmo tempo em que o PMDB busca o poder, abre mão de participar de eleições. Essa constante omissão do Partido, às vezes em Estados, em Municípios e na própria União, tem permitido que o Partido, em vez de buscar o poder pelo processo eleitoral, por meio da luta pelo voto, pelo sufrágio universal, acabe buscando, acabe procurando, acabe perseguindo o poder por outras vias, pelas vias do fisiologismo, pelas vias da composição política com quem ganha. E isso tem trazido grandes transtornos porque o Partido vem se enfraquecendo historicamente. O Partido, a cada eleição, vem minguando em função dessas questões meramente pessoais, dessas ambições menores.

Agora, estamos diante de uma convenção partidária, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de uma eleição em que o povo, qual fiel torcedor de futebol, compareceu às urnas e chancelou nomes importantes do PMDB, quadros respeitáveis do nosso Partido para assumir governos de Estado, vagas no Senado e na Câmara dos Deputados. De sorte que, a despeito de todas essas mazelas que têm nublado a imagem do Partido, ainda assim o PMDB tem contado com a fidelidade de seus eleitores, de seus admiradores, e com um maciço apoio popular, tanto assim que figura como uma das três maiores legendas do País, uma das que tem a maior capilaridade dentre todas as agremiações partidárias com registro no Tribunal Superior Eleitoral.

Com toda essa torcida, com o eleitorado vigoroso que tem e com a fidelidade daqueles que estão em campo nos Municípios, nos distritos mais distantes deste País, o PMDB continua um Partido forte e vigoroso.

Entretanto, Sr. Presidente, quando estamos às vésperas de uma convenção, assistimos a um quadro extremamente desolador para o nosso Partido. As lideranças maiores parecem ter desaprendido como fazer a leitura do cenário político; parece que perderam o contato com o povo, com o eleitor, com o diretório, com o militante partidário; e, aqui de Brasília, dos gabinetes, tomam as suas decisões isoladamente, sem o bafejo popular. E essas decisões estão cindindo o Partido, estão rachando aquele que, mais do que um partido, é um patrimônio de toda a sociedade brasileira. É lastimável o clima que precede a Convenção Nacional do PMDB.

Lançam-se duas candidaturas. Dois homens de grande envergadura moral, dois homens de extraordinário passado político, dois juristas eminentes, dois homens que ocuparam ou ocupam funções das mais importantes da República. Um, Nelson Jobim, Relator da Assembléia Nacional Constituinte, eleito que fora pelo nosso Partido e designado pelo memorável Presidente da época, Ulysses Guimarães. Depois da Constituinte, guindado ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, abandonara temporariamente as lides políticas para dedicar-se à magistratura. Portanto, uma figura não só respeitável no mundo político, como também no universo jurídico. O outro, Michel Temer, homem da maior dignidade também, é político de atributos reconhecidos por todos os segmentos da vida pública deste País.

O mais estranho, Sr. Presidente, é que homens dessa estatura, que se enfrentam de forma selvagem, como aconteceu nos momentos que antecedem a grande decisão do PMDB, de repente, levam o Partido a uma luta fratricida, uma luta que ameaça conferir ao Partido um diretório, um mandato, para os membros que assumirão o comando do Partido, desfalcado de figuras representativas. As mais altas figuras do nosso Partido acabam ficando fora do Diretório Nacional por intransigência; intransigência, diga-se de passagem, que não cabe aqui discutir de que lado, porque, neste momento, se juízo tiverem – não digo nem se tivessem –, essas lideranças deverão sentar-se à mesa, conversar, dialogar, discutir e fazer o encaminhamento para que o Partido resgate a sua unidade.

Mas não é isso que nós estamos percebendo. Estamos percebendo, a cada instante que passa, nessa véspera de convenção, que o acordo fica mais distante, que o acordo fica mais inviável, porque está faltando

o diálogo por parte dos áulicos do PMDB, do grande comando partidário, que está hoje refratário. E o que está por trás de tudo isso? Está por trás de tudo isso um mistério, um mistério muito grande. Se há, neste momento, uma exigência por parte da base partidária, se estão os Governadores de Estado, os diretórios de todos os Estados pressionando para que, aqui em Brasília, as altas lideranças, o alto comando do Partido se entenda, por que não conversar, por que não dialogar, por que não se entender, por que não costurar a unidade que os diretórios estaduais, que os diretórios municipais, que a militância do Partido tanto exige e pela qual clama? Por quê? O que está faltando? Ocorreu um fato, um fato que foi o pivô de todo esse evento: a precipitação do Presidente da República em anunciar, mais uma vez, a escolha de dirigentes desse Partido para compor o ministério, quando o Partido estava na iminência de uma convenção.

Ora, se o Presidente da República, que estava sabendo que o Partido iria reunir-se em convenção, iria eleger um novo comando partidário, se Sua Excelência estava efetivamente determinado a promover os entendimentos para a governabilidade, se estava preocupado em ter o PMDB em sua base de sustentação, por que não esperar alguns dias e anunciar, dentro dos quadros do PMDB, os nomes que desejava para compor o seu ministério?

Pois bem, aconteceu que o Presidente precipitou-se e, com essa precipitação, levou à renúncia de um dos candidatos. Levou à renúncia do ex-Ministro Nelson Jobim.

Ora, Sr. Presidente, se o Presidente da República tem a responsabilidade pelo fato que desencadeou essa crise no PMDB, como se explica agora que esse mesmo PMDB, que se ressentiu dessa intervenção indevida, de repente, anuncia aqui que um dos seus quadros, um dos parlamentares que compõem o grupo que teria sido prejudicado é escolhido Líder do Governo no Senado Federal?

Ora, Sr. Presidente, está difícil entender essa equação. Confesso a V. Ex^a que, na minha cabeça não entra a solução desse problema; não entra direito à justificativa para esta crise nem o desdobramento que está tendo.

Honra-me V. Ex^a com o aparte.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Prezado companheiro de legenda, precisamos ser justos também. Ouvindo atentamente seu discurso, observei que V. Ex^a introduz aí uma questão, já agora ao final, atribuindo responsabilidade ao Presidente da República pela voçoroca que se instalou no seio do nosso Partido. Acredito até que tenha contribuído, mas acho que o grave, o grande problema está entre

nós. O PMDB – e digo isso com absoluta tristeza no coração – há muito tempo abdicou da perspectiva de um projeto nacional. Hoje, a nossa mensagem ao povo brasileiro talvez se resuma a um simples pedido: vote em mim, para continuarmos fazendo a mesmíssima coisa que vimos fazendo, ou seja, nada. É uma triste realidade. Talvez a única mensagem que o PMDB, durante esses últimos anos, tenha levado ao povo brasileiro tenha sido essa. Digo a V. Ex^a: enquanto o PMDB não voltar a se dar o respeito, estará sujeito a essas confusões que já se tornam rotineiras no seio do Partido. Nós, por termos abdicado da perspectiva de um projeto nacional, deixamo-nos dividir, deixamo-nos alterar por questões pequenas, por fatos muita vezes até ridículos. Isso nos desgasta, isso nos expõe à opinião pública e mostra exatamente para o povo brasileiro que o PMDB, por enquanto – e tenho esperança de que isso mude –, nada pretende neste País. Porque, repito – e isto é de fundamental importância –, enquanto não resgatarmos a perspectiva de um projeto nacional para este País, estaremos nesta mesma situação por várias vezes ainda, ou seja, discutindo questiúnculas, interesses mesquinhos dentro do Partido. Na interlocução com a sociedade, temos que readquirir o respeito que ela teve um dia por esse Partido que foi o timoneiro do processo de redemocratização deste País. Pois é a isto que me refiro: enquanto não retomarmos a perspectiva, mais uma vez, de um grande projeto nacional para este País, vamos continuar assim, discutindo besteiras, questiúnculas idiotas dentro do Partido, divididos em torno de coisa alguma e sem merecer, por parte da população brasileira, o respeito que precisamos resgatar.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Obrigado, Senador Geraldo Mesquita. V. Ex^a...

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Gostaria que V. Ex^a me concedesse mais uns minutinhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O tempo de V. Ex^a esgotou, mas vamos ampliá-lo, com mais um minuto para a conclusão.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado. Sei que essa generosidade de V. Ex^a, no fundo, no fundo, traduz também uma inquietação que está no âmago do seu ser. V. Ex^a também deve estar inquieto com esse momento que está vivendo nosso Partido e que reflete uma situação deprimente para todos nós que temos a sua representação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não. Eu estava apenas seguindo a orientação do Presidente de fato: observar o tempo do orador na tribuna. Mas, já que V. Ex^a introduziu o tema, pode ver

na minha fisionomia uma serenidade, uma quietude, uma tranquilidade e uma felicidade em razão dos rumos do PMDB com a eleição deste que é o maior Líder de todos os 41 anos da história do PMDB, Presidente Michel Temer.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Não acredito que, no fundo, no fundo, V. Ex^a tenha tanta felicidade porque maior que todos os líderes do PMDB é o próprio Partido. O Partido vem resistindo heroicamente a todas essas...

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Tempo novamente. *(Pausa.)*

Muito obrigado.

O Partido vem resistindo a todas as ameaças, a todas as crises que, ao longo da sua vida, tem atravessado e vai vencer esta novamente, vai vencer esta também.

O Senador Geraldo Mesquita comentou que delegamos a responsabilidade. Não estou atribuindo a responsabilidade ao Presidente da República, mas V. Ex^a sabe que foi atribuída a responsabilidade ao Presidente da República, e isso ficou explicitado na própria nota do candidato renunciante. Então alguma coisa aconteceu, até porque o Ministro Nelson Jobim não iria inserir em sua nota, em sua carta-renúncia, menção como essa sem motivo. Algo deve ter acontecido.

Quero fazer mais uma ressalva quanto à escolha da nova Líder do Governo nesta Casa. Tenho o maior respeito, a maior admiração pela Senadora Roseana Sarney, é um grande quadro do PMDB. Todavia, não entendo como é que S. Ex^a veio assumir a Liderança do Governo num momento em que uma carta-renúncia aponta o Governo como responsável por essa crise desencadeada no PMDB.

Sr. Presidente, tem razão o Senador Geraldo Mesquita quando diz que nós, ao perdermos o foco em um projeto nacional, ao abdicarmos da responsabilidade...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador, V. Ex^a faz um brilhante pronunciamento, mas há outros oradores inscritos e muitos têm horário para viajar.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Vamos terminar rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está há 28 minutos na tribuna.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Então V. Ex^a vai me dar uma tolerância de mais três. Aqui estamos conversados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não; em um minuto Cristo fez o Pai Nosso, e essa oratória todos nós reproduzimos.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Mas V. Ex^a não faz o Pai Nosso em um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, eu não sou Cristo; sou irmão de Cristo.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Eu também não sou Cristo, portanto tenho o direito...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas o Divino Espírito Santo vai pousar em V. Ex^a e, em um minuto, V. Ex^a concluirá.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Ele está entre nós.

Sr. Presidente, encerro dizendo o seguinte: hoje é sexta-feira, espero e tenho certeza de que outros Senadores como o Senador Garibaldi, que está aqui ao meu lado...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mais um minuto.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – (...) que o Senador Geraldo Mesquita e outros Senadores que estão aqui hoje, como V. Ex^a, debrucem-se sobre essa questão para que o Partido consiga colar a rachadura que já ocorreu nesta semana, para que a unidade do Partido possa fazer jus à expectativa dos nossos militantes, fazer jus a todos os diretórios municipais e estaduais que aguardam que o PMDB nacional tenha juízo. É isso o que espera a base do nosso Partido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Valter Pereira, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidência, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradecemos ao Senador Valter Pereira, do PMDB de Mato Grosso do Sul.

Concedemos a palavra ao Senador Alvaro Dias, do PSDB do Estado do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, uma brincadeira.

Vejo que boa parte dos nossos Senadores não considera válido o conceito do saudoso Deputado Maurício Fruet, do PMDB do Paraná. Ele dizia, Senadora Serys: “O discurso, para ser bom, tem que ser como a minissaia: curto e provocante”. Aqui no Senado, verificamos que os discursos são longos e nem sempre muito provocantes. De qualquer maneira, o Senador Valter Pereira exercitou da tribuna o direito de falar sobre seu

Partido, o PMDB, que é patrimônio da política brasileira – e o fez muito bem. Com conhecimento histórico da realidade do PMDB, fez uma exposição que nos ensinou bastante. Eu, que fui também um dos construtores desse Partido e nele militei por muitos anos, tenho especial apreço pela sigla e espero que o PMDB possa ainda prestar muitos serviços ao Brasil.

Tenho certeza de que isso ocorrerá. Com a passagem dos anos, com o aprendizado constante, com a reciclagem necessária, o Partido haverá ainda de comandar este País um dia, certamente com muita eficiência, já que é o maior partido do Brasil.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Bush está entre nós. O Presidente da maior Nação do mundo vem a uma América Latina insatisfeita, certamente sabendo que está perdendo a batalha para conquistar mentes e corações em todo o mundo, sobretudo aqui, entre nós, latino-americanos. Basta constatar que o Presidente Bush apoiou o movimento para derrubar o Presidente Hugo Chávez e foi derrotado, com a vitória do presidente venezuelano.

Esse fato, somado ao que ocorreu no Equador, serve para verificar que a política de Bush está sendo rejeitada de forma plena também na América Latina. Ele deve ter-se apercebido dessa realidade histórica e, por isso, vem em périplo, percorrendo várias nações da América Latina, na tentativa de reverter essa situação de rejeição absoluta à política que empreende.

Se há essa preocupação de natureza política, certamente há também, por parte de Bush, uma preocupação de natureza econômica. Ele deve estar percebendo também que os Estados Unidos se tornam cada vez mais dependentes da política energética e que essa dependência energética traz riscos inevitáveis ao seu país, tanto que já reconheceu o aquecimento global. Sente, também, que a sua política é falha no setor de energia, em que se há de reconhecer a dependência do seu país.

O presidente norte-americano vem ao Brasil e será cobrado pelo Presidente Lula relativamente às taxas alfandegárias e não-alfandegárias, aos subsídios à agricultura norte-americana e, no caso do biocombustível, à taxa de US\$0.50 sobre o álcool brasileiro. Para ter menos dependência do Oriente Médio, o Presidente dos Estados Unidos poderia mudar essa situação, mas mantém, de forma irredutível, a taxa de US\$0.50 sobre o álcool brasileiro que importa e subsidia o álcool americano do milho, que é, sobretudo, ineficiente.

Portanto, é uma lógica difícil de ser compreendida. Também é difícil, pelo menos para mim, compreender essa equação lógica das grandes nações. Por que sufocar tanto os países emergentes? A concorrência que se estabelece é absolutamente desleal.

Um país, como o nosso, que exporta, o faz com enorme desvantagem. Pode-se competir, Senadora Serys Slhessarenko, com qualquer outra nação em matéria de produtividade agrícola e de evolução tecnológica também. Temos instrumentos preciosos que realizam descobertas. O Congresso Nacional, com a participação dos cientistas brasileiros, acabou por formular para o País uma política avançada, por meio do Projeto de Biossegurança. Podemos competir nesse campo, mas no momento da exportação somos asfixiados por uma política desumana das grandes nações, que não entendem a necessidade de permitir a sobrevivência dos povos mais humildes.

É difícil entender. Existe uma ambição econômica desmedida de vários países. Isso já se disse inúmeras vezes. Aliás, de quando em vez vejo alguém citando um autor diferente para esta afirmativa: “uma nação não tem amigos, tem interesses”. Senador Mão Santa, se isso é uma verdade e tem lógica, também é verdade e tem lógica o fato de que o subdesenvolvimento não pode interessar às grandes nações; elas devem, ao contrário, sentir que os países emergentes podem se constituir em grandes mercados, inclusive para atender aos seus interesses econômicos. Portanto, é incompreensível a manutenção de uma política rigorosa de subsídios, de taxações, com essas barreiras alfandegárias e não-alfandegárias, que submetem, por exemplo, o produtor brasileiro quase sempre a uma situação trágica no momento de comercializar os seus produtos.

Com prazer, concedo à Senadora Serys Slhessarenko o aparte que solicita.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Senador Alvaro Dias, o seu pronunciamento é da maior relevância. É algo extremamente atual, palpitante, e da maior importância. Estive, nos dias 14 e 15, como já anunciei aqui, em Washington, a convite do G-8+5 – esses são os cinco países emergentes aos quais V. Ex^a se refere. A situação, realmente, é dramática, é séria, e as questões que V. Ex^a está levantando são da maior relevância. Ou paramos para pensar nesse problema, planejamos e nos entendemos a respeito da preservação do planeta, ou, daqui a pouco, não vai sobrar para ninguém. Alguns países acham que por serem muito desenvolvidos podem poluir, os países emergentes não se preocupam muito com a poluição e os subdesenvolvidos nem tomam conhecimento dela. A nossa defesa lá em Washington foi no sentido da responsabilidade diferenciada. Todos devem ter responsabilidade. Foi abordada essa questão, que V. Ex^a está expondo muito bem, que o Brasil tem uma margem grande de contribuição a dar ao planeta no sentido dos chamados combustíveis verdes, que com-

preendem o *biodiesel*, o etanol, o álcool, o H₂O etc. Precisamos negociar isso a nível macro, porque não podemos oferecer determinadas possibilidades – e temos de fazer isso, pois somos co-participantes nessa história – e outros não nos oferecerem nada. Então, temos de nos preocupar muito com essa questão. V. Ex^a entende do assunto e se interessa por ele. É preciso que o Parlamento brasileiro comece a discutir a situação pós-2012. O que vai acontecer após o término do Protocolo de Kyoto, em 2011? Como nós vamos discutir o comércio e o crédito de carbono? Como vamos discutir o desmatamento evitado e outras questões que são extremamente importantes? É fundamental tratar do combustível verde, de que V. Ex^a fala. Parabéns pelo seu pronunciamento! Nós vamos continuar essa discussão – temos de continuá-la – no Congresso brasileiro, porque os Congressos de outros países estão se mobilizando, inclusive o dos Estados Unidos. A Califórnia tem uma das leis mais draconianas em defesa do meio ambiente, eu diria, apesar de a política nacional dos Estados Unidos ser “contra” – entre aspas, porque são o maior poluidor do mundo, seguidos da China. Apesar disso, a Califórnia – destaco esse estado americano entre os demais que têm legislação nesse sentido – hoje tem leis contundentes em defesa do meio ambiente. Então, mesmo contrários à vontade nacional dos Estados Unidos, alguns estados americanos estão preocupados com esse problema e estão trabalhando em busca de uma solução para ele. Nós aqui temos de trabalhar muito nesse sentido. Obrigada.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senadora Serys Slhessarenko.

No debate dessa matéria, todos nós devemos nos irmanar – Governo e oposição, enfim, todos os partidos – em defesa do nosso patrimônio maior. Boa parte do território brasileiro, como a Amazônia, o Pantanal e Foz do Iguaçu, é considerada patrimônio da humanidade. Exigem demais do nosso País. O Brasil oferece realmente uma contribuição incomensurável ao planeta no que diz respeito à preservação ambiental. Fica a impressão de que só temos obrigações e não temos direitos. Isso não vale para as grandes nações no momento de se discutirem os interesses comerciais. Agora, na questão do *biodiesel* e do etanol é o mesmo drama: o Brasil tem de enfrentar barreiras alfandegárias e taxas inexplicáveis quando exporta.

Lamentavelmente, não acredito que a presença de Bush mude esse destino. Não acredito. O Presidente Bush não tem demonstrado possuir uma autoridade internacional suficiente para alterar a lógica dessa relação entre países ricos, emergentes e pobres. Não se vale do poderio da nação que representa para ar-

ticular uma política com vistas a estabelecer a justiça na relação entre os povos, contribuindo, dessa forma, para a paz no mundo, ao contrário de plantar a violência com determinadas invasões que ferem a autonomia dos povos.

Seria muito bom que o Presidente Bush, nesta sua passagem pela América Latina, mudasse sua postura e passasse também a contabilizar algumas vitórias em matéria de política externa, porque tem somado derrotas, como aquelas que citei há pouco, inclusive na América Latina.

Em relação à questão econômica, ocorre o mesmo. Imagino que, em curto prazo, pode ser vantajoso para as grandes nações estabelecer o rigor dessa política de restrições, mas certamente, em médio e longo prazo, não será bom para os países ricos, muito menos para a humanidade.

Enfim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que a visita do Presidente Bush possa, no mínimo, suscitar esse debate de forma competente e, sobretudo, convocar à responsabilidade as autoridades das grandes nações relativamente ao papel que devem desempenhar na construção da paz no mundo, que começa pela possibilidade de os países pobres emergirem.

Sr. Presidente, o tema que pretendia abordar hoje era outro. Nestes minutos que me restam, irei abordá-lo, reduzindo-o evidentemente.

Em síntese, devo dizer que o Governo Lula vai-se consagrando como o governo dos banqueiros. Faz sua opção preferencial, de forma nítida, pelos bancos, ao contrário do que se possa imaginar, em razão do Bolsa-Família. É contraditório o Governo, Senador Mão Santa, porque o Bolsa-Família passa a impressão de que a opção do Governo é pelos pobres, mas e a “bolsa juros”? Fica evidente que há uma opção pelos bancos.

Ontem, a **Folha de S.Paulo** publicou editorial sob o título “Governo em conserva”, que diz tudo, mostra a faceta do Governo Lula conservadora, que vai se acentuando. A inaptidão para grandes projetos – não raro associada à indolência – e a opção pelos ajustes acomodatórios ao *status quo* se revelaram agora, mais uma vez, quando o Governo reduziu a rentabilidade da caderneta de poupança. O Governo reduziu a rentabilidade da caderneta de poupança! Por quê, Senador Mão Santa? Para fazer com que os banqueiros ganhem mais e que os trabalhadores que depositam na caderneta de poupança ganhem menos?

A decisão do Governo de ceifar a rentabilidade da caderneta de poupança demonstra essa opção preferencial pelos bancos, não há dúvida.

O editorial da **Folha** destaca:

A aplicação tradicional e popular ganha atratividade com a queda dos juros na economia. A caderneta – ao contrário do ocorrido com os investimentos em renda fixa e, em especial, os fundos DI, indexados à taxa Selic – não perdeu rentabilidade.

É importante destacar que, auferindo remuneração no patamar de 6% ao ano mais a variação da TR (apurada a partir do rendimento dos CDBs), isenção de Imposto de Renda e garantia do Governo, a poupança já é vantajosa em relação a alguns fundos do mercado.

E o editorial da **Folha de S.Paulo** foi ao cerne da questão:

Aos bancos não interessa manter atrativa a poupança – fator que ajudou o saldo das aplicações, hoje em R\$190 bilhões, a aumentar R\$6,5 bilhões apenas em 2006. De cada R\$100,00 em depósitos nas cadernetas, as instituições são obrigadas a destinar R\$65,00 para o crédito imobiliário, nas regras do Sistema Financeiro da Habitação. Trata-se de uma restrição que impede os bancos de aumentarem ainda mais seus lucros multibilionários.

E prossegue o editorial:

As instituições financeiras estavam sendo pressionadas – algo decerto incômodo para seus interesses – a baixar as escorchantes taxas de administração que cobram em seus fundos de investimento. Pequenos aplicadores amargam tarifas de até 5% para que os bancos, com os recursos do poupador, administrem títulos pós-fixados do Tesouro, papéis cujo custo de gestão bancária é irrisório.

O interesse dos bancos, no entanto, não se confunde com o interesse público, que deveria nortear as ações do Governo em relação à poupança.

Infelizmente, a gestão do Presidente Lula abandonou o interesse público e elegeu um projeto de poder como a sua grande meta administrativa e gerencial.

Diz ainda o editorial:

A caderneta, nas regras atuais, é de fato um anacronismo herdado de uma época em que prevaleciam a inflação alta e um mercado financeiro simplório e fechado. Não é exagero dizer que foi ludibriado o cidadão que manteve seus recursos aplicados na caderneta desde o advento do Plano Real.

Por conta de um modelo anacrônico, desenhado para garantir recursos à habitação – mas que não conseguiu tirar do rés-do-chão o crédito imobiliário no País –, foi mantido um sistema que pune os pequenos poupadores. Enquanto isso, a título de juros, o setor público transfere 7% do PIB por ano aos credores de sua dívida, estes mais bem informados e aquinhoados.

Eu aqui, Sr. Presidente, salientaria uma das facetas mais perversas do modelo econômico ainda vigente.

E conclui o editorial:

O contexto de juros cadentes seria propício para emancipar do atraso o sistema de poupança popular no Brasil – e, com ele, o modelo de crédito à habitação. Pequenos investidores e trabalhadores, que também vêm seus recursos no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço minguaem ao longo dos anos, merecem partilhar os ganhos e também os riscos dessa revolução financeira por que passa o País.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a não concluiu seu pronunciamento, mas fique à vontade pois, na história deste Senado, Paulo Brossard discursava por duas horas e meia; Petrônio Portella, o melhor dos Presidentes desta Casa, que era piauiense, limitava seu discurso a uma hora. Como sou do Piauí, V. Ex^a tem uma hora, já que se apresenta como um Senador contundente, firme, duro e elegante.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas não vou castigá-los a tal ponto. Vou concluir já o meu pronunciamento. Encerra o editorial: “Mas o Governo preferiu uma mudança pontual na TR, reduzindo seu peso na correção da caderneta. Os bancos agradecem”. Evidentemente, os bancos agradecem.

Os bancos, os banqueiros, realmente, muito penhoradamente, agradecem por mais esse gesto de generosidade do Governo Lula.

Os governistas podem tentar buscar argumentos, mas, na verdade, essa medida adotada pelo Governo apenas beneficia os banqueiros. Está claro que a “modulação” do mercado de fundos está sendo feita para beneficiar os bancos. Não há dúvida disso.

Os grandes perdedores são conhecidos: os titulares de 75 milhões de contas de poupança e de 514 milhões de contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Foi selada a “opção preferencial pelos bancos”.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Como vê, não precisei de uma hora.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a, além da grande inteligência, tem uma capacidade de síntese extraordinária.

Convidamos para fazer uso da palavra o próximo orador inscrito, Senador Gilvam Borges, do PMDB do Estado do Amapá.

S. Ex^a, regimentalmente, tem direito a 20 minutos, mas eu jamais ousaria cortar a palavra da voz livre do PMDB, nessa tribuna.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Meus nobres e queridos Senadores e Senadoras, que venham todos! Que todos aportem nesta terra de tanta beleza! Que as condições de vida e a alegria do povo brasileiro possam contagiar e banhar todos os nossos futuros parceiros ou aqueles com quem estamos relacionando, para podermos trabalhar a sedução e a conquista!

Que venham nossos vizinhos da América Latina! O povo brasileiro, indignado, diz que Evo Morales tem sido um carrasco e, por isso, não deveria ser tratado com benevolência, com respeito e com carinho. Até um cachorro, Sr. Presidente, que é o animal mais fiel, vive do carinho. Estamos fazendo uma política, sim, com os nossos parceiros da América Latina. Evo Morales, da Bolívia, tem-nos dado dor de cabeça, mas não é por isso que vamos amputar as pernas ou cortar a cabeça de um possível ou já considerado inimigo. A política do Itamaraty, nossa diplomacia, está fazendo um trabalho correto, liderado pelo Presidente Lula. Precisamos de parceiros comerciais, de parceiros dentro do sistema.

Bush, satanizado com um chifre grande na cabeça, tornou-se a besta-fera, o mal, não apenas no nosso continente, mas em outros países do mundo. Sr. Presidente, não sigo o modismo daqueles que, no afã de se compatibilizar com a opinião pública ou com o que se veicula nos meios de comunicação, dizem que o Presidente dos Estados Unidos, George Bush, é um demônio, é um inimigo. Não entendo dessa forma. Que venham, sim, os americanos, os russos, os afegãos! Da Ásia, que venham coreanos, japoneses, chineses! O Brasil deve ser o anfitrião e fazer a política de interesse do País.

É uma Nação rica, por mérito de seus cidadãos, que fizeram uma história de sucesso. Nem sempre o sucesso agrada todo mundo. O sucesso do vizinho, às vezes, atrai a ira daqueles que não conseguem a evolução e a prosperidade.

Que seja bem-vindo o Presidente Bush! Seja bem-vindo o povo americano, como o de todas as outras nações do mundo! Este País se prepara para, um dia, também ser um país de estatura econômica e moral, com a bonita História de um Estado democrático, de uma nação democrática, como a dos Estados Unidos. Que venham os europeus, os franceses, os ingleses, os holandeses! Que todos aqui aportem!

Este é o mundo globalizado, Sr. Presidente. Este é o mundo da ideologia agora firme. Não existe mais aquela história – permitam-me aqueles que ainda se assentam no passado, deitados na ideologia, no dogmatismo – do capitalismo *versus* comunismo e socialismo. As experiências, todas elas, já foram bem vivenciadas. As guerras foram travadas. Os modelos de governo já se estabeleceram e ruíram. Não temos culpa se nosso vizinho Bolívia está fazendo o caminho inverso: o caminho da estatização, o caminho do velho discurso de que o Estado deve prover todos de educação, de saúde e de segurança e dominar a economia.

Está provado, Sr. Presidente, que uma nação se faz com liberdade. E há a própria condição do ser humano, de nós, pensadores, que nos diferenciamos no reino animal pela condição de fazer cultura. É impossível haver um Estado pai ou mãe que possa prover todos. Thomas More, na ilha da fantasia, imaginou como isso seria belo, bom e excelente. Mas o homem precisa de desafios, de liberdade para criar, para produzir e para se fixar. A partir do momento em que é subjugado, ele tem de quebrar os grilhões.

Sr. Presidente, o Presidente Bush não recebeu aqui nenhum discurso que lhe desse abertamente as boas-vindas. Não! Houve arremessos de pedras, devido a essa onda que se estabeleceu. É uma nação abençoada, bem-sucedida, que passou por processos de dificuldades nas suas guerras de secessões, nas suas guerras de independência, para se libertar do seu “alcoz”, o colonizador europeu, os ingleses. Eles tiveram todo um processo de avanço.

Podemos questionar se eles foram inteligentes, investindo maciçamente na educação. Já na Primeira e na Segunda Guerra Mundial, eles já tinham uma política de atrair os cientistas de todos os países para o Projeto Manhattan. Parabéns! Penso que é assim que devemos proceder.

Quero dizer ao Presidente Bush: seja bem-vindo ao nosso País! Quero dizer a todos os Líderes de todas as nações: sejam bem-vindos! Este mundo é globalizado, um mundo onde quem dominar a tecnologia, quem dominar o conhecimento com as patentes deterá o poder.

Nosso País é um celeiro, nosso País é um leito de mentes privilegiadas e precisa, sim, com urgência, atacar os problemas.

Sr. Presidente, o que houve com o Japão, hoje uma nação rica, abençoada, uma nação que prospera? O que houve com os chineses de Mao Tse-Tung? Refizeram toda a política, e, hoje, a China é um país que também desfruta do que de bom conseguiu fazer na sua história. Agora, abre-se todo o país para o capital, para garantir a propriedade. Ontem mesmo, nos meios de comunicação, o parlamento chinês, composto de três mil deputados, de três mil parlamentares – uma coisa fantástica! –, definiu a questão da propriedade privada, porque muitos conflitos estavam se estabelecendo.

Sinceramente, tenho sido um homem muito positivo; sou muito franco e aberto em relação ao que penso. Penso que o Brasil precisa seguir três caminhos – e já estamos começando a trilhar esses caminhos.

Há quanto tempo sabemos, Senador Garibaldi, que este País precisa da principal reforma, que é a reforma política? Ouvimos, na tribuna, os Líderes dizerem: “As facções, as coisas, as mudanças de partido, a fragilidade hoje da classe política...”. Ora, as autoridades são a cabeça da sociedade – prefeitos, governadores, presidente. E não fazemos essa reforma política? Negligência! Simplesmente negligência! Milhares de produtores, milhares de brasileiros estão fora do sistema tributário, por causa de um sistema cruel, de impostos altíssimos. Para inseri-los no sistema, é preciso fazer a reforma tributária.

Está aí nosso sistema judiciário e político totalmente comprometido. Há muitas coisas erradas, e sabemos quais são as medidas que precisamos adotar e assumir. Qual é o problema, então, Sr. Presidente Mão Santa? Liderança, comprometimento. Estamos precisando disso.

Precisamos fazer uma pauta, como será feita agora. Deveremos iniciar, nas próximas semanas, uma ação concreta de três meses de trabalho e deveremos também conectarmo-nos com as deficiências e necessidades do Executivo e da sociedade civil organizada. Faz-se, então, um levantamento na área social, e a esculhambação é uma coisa só! Há problema nas áreas de segurança, de educação, de saúde. O sistema de saúde está totalmente comprometido, assim como nosso sistema judiciário – são mais de seis mil mandados de segurança que não podem ser cumpridos. Todo o sistema penitenciário também está tomado pelos meliantes, por aqueles que estão nesse caminho – as prisões são verdadeiros depósitos; é algo inacreditável.

Eu queria dizer, Sr. Presidente Mão Santa, que o Presidente Lula precisa, com urgência, fazer uma reformulação. A Oposição, então, diz: “O PAC não presta, porque não atendeu à determinada região, não há uma obra estratégica na região”. Ora, essa é uma iniciativa! Tudo bem! Vamos ajustar o projeto. Mas está de parabéns, sim, o Presidente Lula! Precisamos corrigir algumas coisas? Precisamos! Mas precisamos também de iniciativa.

Eu queria que o Presidente chamasse todos os nossos gestores especialistas da área de segurança para estabelecer uma estratégia. Todos sabem que precisamos passar a Polícia para o nosso lado. Portanto, é preciso fazer e montar uma estratégia, resgatar a auto-estima dos nossos servidores públicos. Nosso serviço de inteligência não funciona. E, todos os dias, aqui e nos meios de comunicação, não se consegue fugir desse assunto. Mesmo quando aqui abordamos algum tema importante, findamos com a abordagem da área social, conflituosa.

Precisamos fazer mudanças, mas, para fazê-las, é necessário iniciativa e sensibilidade.

Portanto, Sr. Presidente, acredito que esta Nação seja abençoada, e seu povo, realmente, terá autodeterminação.

As instituições democráticas ainda funcionam, com todas essas dificuldades. E veja, Senador Garibaldi, que há uma quebradeira geral, começando pela quebradeira moral! É geral. Mas nos mantemos de pé, com o Congresso funcionando, com o Poder Judiciário funcionando. Porém, estamos capengas! Sabemos aonde vamos chegar, mas, para isso, temos de corrigir os caminhos.

Essas reformas são necessárias, e há urgência! Temos de trabalhar no âmago, no centro da questão. Aqui, utilizamos paliativos.

Eu estava aqui no momento da discussão do pacote de segurança: “Proibir a entrada de celulares nos presídios”. Vejam aonde chegamos! “Proibir mulheres de entrarem nos presídios de revistas”. Há todos aqueles detalhes. Vejam aonde chegamos! Este Congresso tem de discutir meios estratégicos de pacote, de reforma. Não há jeito! Se disserem que temos de proibir os policiais de usarem celulares dentro do presídio, na área do presídio, isso vai resolver o problema da violência? Nunca! São paliativos, Sr. Presidente, paliativos! É hipocrisia! Temos de trabalhar uma reforma séria, com um pacote de inteligência.

Lembram-se de Nova Iorque? O Prefeito era o Sr. Giuliani. A cidade estava num caos. É uma das maiores cidades do mundo. Eles fizeram um grande projeto, com uma análise completa do fenômeno, o que gerou o tal do projeto Tolerância Zero. Nova Iorque é

uma das cidades mais seguras do mundo, com todo aquele contingente de pessoas.

O Brasil tem condições de melhorar. Daqui a mais ou menos 30 dias, trarei aqui uma proposta, para que possamos agir de forma concreta.

Quero apelar novamente ao Presidente Lula, que conta com nosso apoio. O PMDB está lhe dando sustentação política, apoio político, porque temos compreensão da necessidade disso. Com uma possível queda, com uma desestabilização, isso virará um caos. Já estamos vivenciando um caos.

O Presidente Lula precisa fazer uma agenda. A Nação vai ficar muito alegre, o País vai ficar muito feliz, quando souber das reuniões setoriais da área de segurança, com definições. Seriam quatro dias de discussão. O que há de propostas, dentro desta Casa, é suficiente, Senador Garibaldi. Precisamos coletar o que há, juntamente com nossos especialistas, e definir a grande estratégia.

Na economia, já se sabe o que se precisa fazer: acelerar um pouco o crescimento, diminuir os juros, organizar, mas o País está buscando a credibilidade. Estamos recebendo de Evo Morales, que ainda vive...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Gilvam Borges, lamento informar que o tempo de V. Ex^a acabou. Eu gostaria de ouvi-lo, assim como o Brasil e o Amapá, mas os companheiros Paulo Paim e Garibaldi Alves estão, pacientemente, esperando para fazer uso da palavra.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Senador Mão Santa, não posso deixar de atendê-lo, até porque a indisciplina compromete qualquer organização. Não quero encerrar brutalmente, mas quero fazer silêncio e lhe dizer o meu “muito obrigado”.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradeço ao brilhante Senador Gilvam Borges a compreensão.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero falar a respeito do PAC, mas, antes, devo fazer uma pequena introdução, fiel à minha caminhada no Congresso, ao longo desses 20 anos.

Sr. Presidente, tenho-me esforçado muito, e V. Ex^a é testemunha disso por ter-me acompanhado em algumas incursões pelo interior do País, para combater todo tipo de discriminação: em relação à pobreza, à criança, ao idoso, à mulher, ao índio, à pessoa com deficiência, aos aposentados e pensionistas, aos negros, aos trabalhadores empregados e desempregados, à livre opção sexual. Enfim, meu combate permanente é pela liberdade, pela solidariedade e pelos direitos humanos.

No entanto, Sr. Presidente, jamais deixei de falar das questões do meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, alguns dos pleitos do meu Estado estão contemplados no PAC e, por extensão, também na peça orçamentária. Eu gostaria de destacá-los.

Senador Mão Santa e Senador Garibaldi, hoje, tive acesso a uma pesquisa do Ciesp que mostra que 71% da população não sabem o que é o PAC. Na Região Sul, conseqüentemente, onde fica o meu Rio Grande, esse índice chega a 80%.

Outro dado interessantíssimo da pesquisa diz que quando as pessoas são informadas a respeito do PAC, 83% da população passam a apoiá-lo e se entusiasmam com ele.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Paulo Paim, quero apenas lhe fazer uma pergunta: com relação ao Nordeste, V. Ex^a tem alguma informação?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Segundo a pesquisa que li, mas que não está aqui, no Nordeste, acima de 76% das pessoas não sabem o que é o PAC. Quase 80%: 76% a 78%.

Sr. Presidente, vamos, então, aos fatos em relação ao PAC e ao Rio Grande. Sempre defendi, desta tribuna, a duplicação da BR 101, em especial do perigosíssimo trecho entre Palhoça e Osório. Ela está contemplada no PAC.

Fiz inúmeros pronunciamentos e apresentei emenda ao Orçamento, propondo recursos para a implantação de um anel viário na região metropolitana de Porto Alegre (São Leopoldo, Esteio, Sapucaia do Sul, Canoas e Porto Alegre), sem pedágio. Ele está contemplado no PAC.

Tenho lutado pela duplicação da BR 448 (Esteio/Sapucaia do Sul), da BR 386 (Tabaí/Estrela), da BR 392 (Pelotas/Rio Grande) e, ainda, pela construção e pavimentação da BR 158 (Santa Maria/Rosário do Sul). Todas essas obras são importantes para o meu Estado e estão contempladas no PAC.

As obras de ampliação dos molhes e dragagem de aprofundamento do Porto de Rio Grande, bem como as do Porto da capital, Porto Alegre, foram também objetos de meus pronunciamentos e as defendi em audiência pública nesta Casa. O Porto de Rio Grande está contemplado no PAC e o pleito do Porto de Porto Alegre já se encontra com o Ministro dos Transportes, com quem estive e que se comprometeu a viabilizá-lo.

Destaco, ainda, Sr. Presidente, que consegui assegurar R\$30 milhões por meio de emenda, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para recuperação do Rio dos Sinos.

Agradeço, Senador Mão Santa, o Líder do seu Partido, Senador Valdir Raupp, Relator da matéria, e à Ministra Marina Silva por assegurarem pelo menos R\$30 milhões para a recuperação do Rio dos Sinos.

Sr. Presidente, parte dos pleitos do povo gaúcho está contemplada. Acredito que a conclusão dessas obras abrirá novos caminhos para o desenvolvimento econômico, aumentando as exportações gaúchas e facilitando o escoamento da produção nacional, já que aquele é o eixo do Mercosul.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Paulo Paim, eu gostaria de lhe fazer outra pergunta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não. Tenho grande alegria em receber o aparte de V. Ex^a, pois sabe o carinho e o respeito que tenho por suas posições. Fiquei muito feliz por ter sido recepcionado por V. Ex^a quando fui ao seu Estado.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – É verdade. Saiba V. Ex^a que estamos esperando que repita a dose.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Também V. Ex^a irá ao Sul, juntamente com os Senadores Mão Santa e Marcelo Crivella.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Quero-lhe perguntar o seguinte: e os recursos para essas obras? V. Ex^a tem conhecimento se são orçamentários? Devem ser totalmente orçamentários, pois se trata de infra-estrutura, de estradas, como V. Ex^a leu. Espero apenas uma resposta rápida, para eu saber se há outro tipo de recurso além do orçamentário e se vai haver pedágio nas estradas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Não, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A Ministra Dilma Rousseff esteve no meu Estado e debateu com o setor empresarial e o setor dos trabalhadores das mais variadas áreas. Nesse debate, ela aponta para a peça orçamentária e outros investimentos de convênios, inclusive em nível internacional, que vão viabilizar essas obras.

Sr. Presidente, no PAC, está contemplado, em parte, o projeto de reajuste do salário-mínimo.

Senador Garibaldi, recorro mais uma vez a V. Ex^a, que foi um dos primeiros a debater, na Casa, a vinculação ao PIB. Lembra? Então, em parte, está contemplado. Não é aquilo que gostaríamos, pois V. Ex^a sabe que a minha emenda previa o dobro do PIB e, lá, a vinculação é somente ao PIB de dois anos anteriores, mas isso, pelo menos, aponta para uma política permanente de recuperação do salário-mínimo. No entanto, vou insistir na tese de que seja o dobro do PIB.

Lembro-me de que, na época, V. Ex^a não queria o PIB *per capita*, mas apenas o PIB. Pelo menos, agora, avançou para isso.

Quero dizer, ainda, que lamento não ter sido incluída no PAC a recuperação do benefício dos aposentados e pensionistas, que terão uma perda de 70% em relação ao que recebiam em número de salários-mínimos.

Quero reafirmar que continuarei insistindo para que se aprove o projeto, fruto do debate na Comissão Mista do Salário-Mínimo, da qual fui Relator, que garante que os aposentados recebam o mesmo reajuste dado ao salário-mínimo.

Senador Garibaldi Alves Filho, com alegria, mais uma vez, ouço V. Ex^a.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Paulo Paim, sabemos do trabalho dessa Comissão que teve como Relator V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sim, fui o Relator.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – E quem a presidiu?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Um Deputado Federal, da Paraíba.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Trabalhava de uma Comissão Mista. Senador Paulo Paim, prevaleceu a proposta de V. Ex^a nessa Comissão?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Prevaleceu. A Comissão aprovou por unanimidade. Foram quatro projetos. Dois foram para a Câmara, e dois vieram para o Senado, em que o eixo é: fim do fator previdenciário; a perda acumulada dos aposentados será paga em cinco anos. Daqui para a frente, eles receberiam, no mínimo, o mesmo reajuste dado ao salário mínimo. Se depender de mim, na Comissão foi aprovado por unanimidade, seria a inflação e o dobro do PIB. Esse foi o eixo das principais propostas, além de desonerarmos a folha de pagamento. Retiramos a contribuição do empregador, em grande parte, sobre a folha e a jogamos para o faturamento.

Sr. Presidente, avançando nessa mesma linha, quero dizer que o Senado aprovou, por unanimidade, um projeto que vai garantir o lanche ou uma refeição para os trabalhadores noturnos. Quero dizer que esse projeto, o Governo o incluiu no PAC. Recentemente, o Ministro Haddad, em entrevista – eu a assisti –, falava da importância dessa proposta, que vai ser assegurada a partir do ano que vem, graças a um projeto nosso, que teve o apoio de todos os Sr. Senadores, em que os alunos do turno noturno também terão direito à chamada merenda escolar. Sabemos que a maioria dos trabalhadores sai das fábricas sem fazer qualquer

lanche, permanecendo por até quatro horas em sala de aula sem qualquer tipo de alimentação.

Então, considero importante que o Governo tenha acatado essa nossa proposta e a tenha colocado no PAC.

Sr. Presidente, também quero lembrar que há mais de quatro meses, quando falavam da importância de usar o FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – para obras de infra-estrutura, eu fazia o alerta de que da forma como estava, não dava. Senador Mão Santa, com certa liberdade, mas não com vaidade, acredito que eu tenha sido o primeiro Parlamentar que levantou essa questão. Dizia eu, à época, que me lembrava do debate da Previdência, há alguns anos atrás, em que o dinheiro da Previdência fora usado para outros fins e não mais voltou para o caixa da Previdência. Felizmente, o Presidente Lula, ouvindo não só a minha voz, mas a de outros Parlamentares e sindicalistas, mudou esse quadro. O dinheiro do FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – que foi usado para obras de infra-estrutura retornará para os cofres da Caixa no mínimo 3% mais TR, que é o que o Fundo rende atualmente. Aliás, à época, o Senador Dornelles fez essa defesa de forma muito qualificada. Dizia S. Ex^a, aqui – oportunidade em que o aparteei, concordando com S. Ex^a –, que hoje já é assim: o dinheiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço é usado, sim, pela Caixa Econômica Federal para obras de saneamento. Só que não há qualquer risco de investimento desse montante para a conta do trabalhador, porque está assegurado 3% mais a TR. Então, foi bom porque também nos ouviram quanto a essa questão.

Sr. Presidente, sabemos que há muito por fazer. Sabemos dos grandes desafios. Claro que gostaríamos muito que o nosso País crescesse a taxa semelhante à economia da China, da Índia ou da Rússia, que apresentam crescimento na ordem de 8,9%, 7,9% e 5,8%, respectivamente.

Acredito, Sr. Presidente, que podemos apresentar um aumento no ritmo de crescimento do País. Penso que a diminuição da taxa de juros, que, no meu entendimento, até o fim deste ano, deverá ser menor que 12%, uma bandeira sempre defendida por nós, juntamente com o PAC, pode colaborar. Esse aumento, a meu ver, pode refletir no crescimento econômico do País, inclusive em mais investimentos nos Estados e nos Municípios, diminuindo, por outro lado, a taxa de juros. Acredito, ainda, que o PAC pode contribuir para melhorar a distribuição de renda e gerar novos empregos.

Claro que todos nós queremos avançar. Sabemos que esses são apenas alguns passos. São instrumentos que podem, inclusive, na minha avaliação, distribuir

renda e gerar empregos. E vejam que falei aqui na importância de se diminuir a taxa de juros. Penso que temos de mexer também no câmbio. É indiscutível que Estados exportadores como o meu estão tendo dificuldades devido à desvalorização do dólar em relação ao real. Se avançarmos nessa linha do PAC além do PAC, no meu entendimento, estaremos construindo instrumentos de diminuição inclusive da violência, que hoje avança sobre todos, porque emprego é instrumento de combate à violência.

O PAC é um plano de macrodesenvolvimento que não pode estar desvinculado, em hipótese alguma, Sr. Presidente, da responsabilidade social e da cidadania.

Espero que todos tenhamos firmeza, perseverança e virtude para defender o que é melhor para o País e, conseqüentemente, para todo o nosso povo.

Sr. Presidente, ao longo da minha vida, sempre defendi a caminhada – quero, aqui, ratificar – dos sem-terra, dos sem-terra na busca da reforma agrária e busca da reforma urbana; mas também sempre defendi, Senador Garibaldi Alves Filho, com muita convicção nessa mesma linha, o interesse dos produtores que geram emprego e divisas para o País. Temos de saber construir essa mediação.

Entendo que temos de assegurar princípios que, em seu conjunto, estão contemplados na Constituição de 1988, liderada por Ulysses Guimarães – aproveito a oportunidade para dizer da homenagem feita a Ulysses e a Mário Covas há poucos dias neste Plenário; na ocasião me encontrava ausente – que são a democracia, a liberdade e a solidariedade. O Estado de direito faz com que nos lembremos sempre que para empregados e empregadores há direito e deveres.

Sr. Presidente, encerro este pronunciamento dizendo que, na Presidência da Comissão de Direitos Humanos do Senado, conduzirei a minha atuação sempre na ótica dos direitos humanos, para que o ser humano esteja sempre, sempre, em primeiro lugar. Estaremos voltados para as questões dos direitos civis, políticos e econômicos, sociais e culturais para que todos, todos, Sr. Presidente, independentemente de raça ou de classe, tenham o direito de viver com segurança, com qualidade e com dignidade.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, ao fazer este pronunciamento, que acabou derivando para a linha dos direitos humanos, quero aqui dizer que conversava, há pouco tempo com outros Senadores e deixava muito claro que, a meu ver, a forma de combater a violência passa pelos direitos sociais, passa pelo direito ao trabalho, passa por um salário decente, passa pela saúde do trabalhador, passa pelas escolas técnicas, pelas quais tenho insistido tanto, e que, felizmente, o

Governo, em parte, está nos atendendo. Portanto, Senador Mão Santa, demonstrando essa minha visão, a qual tenho reafirmado, de que o ser humano está em primeiro lugar, quero dizer que estou solidário, e tenho a certeza de que todos os demais Senadores também estão, independentemente da questão ideológica, com o Senador Antonio Carlos Magalhães, que está na UTI do Incor, em São Paulo. Antes de S. Ex^a se internar na UTI, o procurei e o interoguei sobre a possibilidade de S. Ex^a dar urgência a um projeto de minha autoria, o do Fundep, o qual gerará R\$6 bilhões para serem investidos em escolas técnicas, que têm o objetivo de fortalecer o ensino profissionalizante para os nossos jovens. Na oportunidade, o Senador Antonio Carlos Magalhães, com a mão meio trêmula, imediatamente assinou e despachou a matéria para o Senador Demóstenes Torres, para que S. Ex^a desse parecer o mais rápido possível.

Era isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta sessão matutina de hoje, já foram abordados vários assuntos: a visita do Presidente Bush, a Convenção do PMDB e, há pouco, por meio da palavra sempre abalizada e com autoridade do Senador Paulo Paim, abordou-se o PAC, inclusive o PAC e o salário mínimo.

Mas eu, Sr. Presidente, ocupo a tribuna para fazer uma reflexão a respeito do que aconteceu ontem na Câmara dos Deputados. Eu gostaria que os Parlamentares, os Deputados Federais que por acaso tomarem conhecimento deste discurso não pensem que estamos querendo interferir nos assuntos daquela Casa Legislativa. Mas é que ontem, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, durante a discussão da criação de uma CPI, a chamada CPI do Apagão Aéreo, a Oposição se sentiu desprestigiada, tolhida, diminuída pelo fato de as prerrogativas concedidas à Oposição para a criação de uma CPI, as prerrogativas concedidas à Minoria, não terem sido devidamente observadas.

Ora, Sr. Presidente, desde que me entendo como político – e eu já ocupei vários cargos eletivos –, sempre vi na CPI um instituto democrático dos mais capazes para fazer prevalecer o exercício da fiscalização do Legislativo sobre o Executivo.

Hoje, não tenho dúvidas de que temos leis demais e leis de menos. Estão até pensando que o problema da violência é por termos leis de menos. Pode ser, Sr. Presidente, que, com relação à violência, não tenhamos um arsenal legislativo capaz de fazer com que a

polícia se sinta à vontade para combater os bandidos e tenha condições de fazê-lo, seja no Rio de Janeiro, seja em São Paulo, seja em cidades menores.

Mas, retomando o fio da meada, reafirmo, Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella, que as CPIs devem merecer um cuidado especial. Sei que há abusos; sei que há excessos; sei que muitas CPIs, às vezes, descambam para a demanda política, a disputa política. Nós devemos evitar isso.

Portanto, é imperioso termos a convicção de que sem fiscalização não há Poder Legislativo; que o Poder Legislativo, hoje, não pode prescindir desses instrumentos de fiscalização. Sem eles, vamos continuar aqui a produção legislativa. Esta se tornará exuberante, mas não será capaz de ser representativa dos anseios da sociedade.

Fiquei preocupado com o episódio de ontem na Câmara dos Deputados. Ninguém se responsabilizou pela declaração, mas foi citada a CPI dos Bingos. Novamente, houve aquela interpretação jocosa, querendo diminuir o papel de uma CPI, dizendo que ela era a “CPI do Fim do Mundo”. Ninguém disse isso na tribuna, conforme tive a oportunidade de ler nos jornais de hoje.

Assim sendo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, deixo aqui patenteado o meu apelo para que tenhamos cuidado com tudo aquilo que diz respeito aos instrumentos de fiscalização do Poder Legislativo.

Senador Leomar Quintanilha, a base do meu discurso é esta: o Poder Legislativo tem uma função fiscalizadora além daquela de produzir de leis. Aliás, esta última está sendo invadida cada vez mais pelo Poder Executivo. Aí estão as medidas provisórias, que ninguém consegue deter. O Congresso Nacional cria comissões, chega a conclusões, mas ninguém consegue deter a enxurrada de medidas provisórias. Isso não foi possível, a meu ver, porque não se chegou a uma solução intermediária, até por que acredito que o Poder Executivo precisa ter, emergencialmente, algo que o permita governar com presteza diante de determinadas situações. Contudo, o uso do cachimbo faz a boca torta, e o Executivo está deitando e rolando em matéria de edição de medidas provisórias, pois que percebeu ser muito cômodo – e realmente é –, já que, a partir da sua edição, os seus ditames entram imediatamente em vigor.

Portanto, Sr. Presidente, são essas as reflexões que faço a respeito do papel do Poder Legislativo, aproveitando a manhã de hoje, manhã de balanço de atividades.

Concedo o aparte ao Senador Leomar Quintanilha, a quem eu já estava provocando o tempo todo a fim de que pedisse pelo menos um aparte.

Sr. Presidente, fique à vontade. Eu não ultrapassarei o tempo.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Garibaldi Alves Filho, V. Ex^a faz uma provocação tão interessante quanto oportuna. O fato de o Poder Legislativo exercer por inteiro suas atribuições constitucionais é realmente questionável nesta Casa. Primeiro, pela invasão de medidas provisórias, o que constitui verdadeira usurpação das atribuições do Poder Legislativo de legislar. E, como V. Ex^a, compreendo que as atribuições...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Nobre Senador, permita-me interromper o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Com prazer. Por favor, fique à vontade. Ouço V. Ex^a.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sei que não é usual e que pode ser até falta de cavalheirismo...

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – O tempo é de V. Ex^a. Eu é que estou lhe subtraindo um pouco de tempo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Quero dizer a V. Ex^a, que chegou há alguns minutos, que meu discurso começou pela citação de um fato ocorrido ontem na Câmara dos Deputados, em que a criação de uma CPI foi novamente questionada. E já vão bater novamente às portas do Supremo Tribunal Federal, coisa que aconteceu quando da instalação da CPI do caso Waldomiro Diniz, aquela primeira CPI que se transformou na CPI dos Bingos, depois de autorizada pelo Supremo.

Desculpe-me V. Ex^a. Eu estava apenas dizendo que os instrumentos de fiscalização do Congresso precisam ser olhada com o máximo de cuidado.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Garibaldi Alves Filho, ouvi o pronunciamento de V. Ex^a desde o início. Estava ao lado do Presidente Marcelo Crivella, à Mesa...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Desculpe-me.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – (...) fazendo exatamente meu registro no livro, para também usar da palavra hoje. Ouvi, com muita atenção, as palavras de V. Ex^a e concordo com elas. Nós entendemos perfeitamente que o que há de mais importante no exercício da nossa atribuição é a execução orçamentária, depois da produção de leis. Temos que entender que nem o Senado, nem a Câmara deveriam funcionar, na produção de leis, como uma fábrica de automóveis, com uma produção em série. Não temos que estar aqui com a preocupação de produzir leis todos os dias; ao contrário, deveríamos discutir mais, estudar mais, ouvir mais a

sociedade, colher tantas contribuições quantas fossem possíveis e necessárias, para que produzíssemos leis suficientes, eficazes, duradouras, permanentes. O que ocorre é que as leis que estamos produzindo ou que já existem não estão sendo suficientes para atender às demandas da sociedade, razão do surgimento de novas leis. Isso acontece até mesmo com nossa Carta Magna, editada em 1988: quantas emendas ela já sofreu de lá para cá, exatamente pela inconsistência, pela fragilidade do seu texto? Talvez, se discutíssemos mais, elaborássemos melhor o texto legal – não só a Constituição, mas a legislação infraconstitucional –, talvez não estivéssemos nos preocupando tanto com a legislação e pudéssemos cuidar de uma função fundamental, que é nossa, qual seja, a da fiscalização dos atos do Poder Executivo. Esta, sim, é uma atribuição fundamental, à qual devemos nos dedicar por inteiro, para, quem sabe, evitar as distorções, os desvios que eventualmente ocorrem, tanto nas execuções diretas, como nas relações que o Poder Executivo mantém com Estados e Municípios. Cumprimento V. Ex^a pela beleza do seu pronunciamento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Creio que, historicamente, essa é a razão que está sempre levando o Legislativo a se voltar contra o Executivo, e o Executivo, contra o Legislativo: a questão do Orçamento.

Veja V. Ex^a a questão do orçamento impositivo, sobre a qual já há um projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães, já aprovado nesta Casa e que agora está na Câmara dos Deputados. Há quanto tempo no Brasil se discute esse assunto, que, em outros países, já é manso e pacífico, questão absolutamente resolvida?

O maior exemplo dessa febre legislativa, desse furor legislativo que existe são as propostas que fazemos, todos nós. Todo início de Legislatura há aqui – desculpem-me a expressão, que pode ser chula, grosseira – um caminhão de propostas, uns pedindo aos outros aquele apoio. Não há a preocupação, como disse V. Ex^a, de se levantarem as áreas que deveriam, realmente, ser objeto de uma nova investida no campo legislativo. Isso poderia até ser feito nas Comissões.

Sinceramente, Senador Leomar Quintanilha, não gosto de vir à tribuna para propor soluções que não sejam concretas. Contudo, quando elas são concretas, não tenho poder nenhum para mobilizar o Parlamento em torno delas. Mas é aquela história: “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. E, aqui e acolá, vamos nos incorporando para chegar a uma conclusão.

Hoje, minha conclusão é a seguinte: o Legislativo peca no que toca à questão orçamentária. Considero

óbvio o que estou dizendo e penso que ninguém há de concluir de forma diferente. Não existe um processo de elaboração orçamentária ideal. Agora, sim, há uma proposta de modificação, mas que não foi aprovada – o orçamento impositivo não foi aprovado.

O instituto da CPI, aqui e acolá, é questionado, apesar de termos o dever de dizer que, na Legislatura passada, ele prevaleceu. O Senador Renan Calheiros, como Presidente desta Casa, e o Deputado João Paulo e outros Presidentes da Câmara também fizeram fluir as CPIs. Até já falamos sobre uma CPI cuja instalação foi objeto de questionamento no Supremo Tribunal Federal.

O Legislativo deveria, então, centrar forças e concentrar-se melhor em determinados objetivos que valorizassem sua atuação. Comecei por citar o exemplo do que aconteceu ontem, na Câmara, onde, novamente, uma CPI foi abortada, interrompida em seu processo de criação.

Ouç o aparte do Senador José Maranhão.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho, estou ouvindo, com muita atenção, o discurso de V. Ex^a, que enfoca, com lucidez e argúcia, uma das deficiências do Legislativo. Sem querer fazer defesa em causa própria, porque sou membro do Legislativo, digo a V. Ex^a que, em parte, essas dificuldades e deficiências do Legislativo decorrem da própria natureza do sistema político federativo brasileiro. Ou seja, somos um País em que os Constituintes optaram – aliás, seguindo as regras da Constituição de 1946 – pelo sistema presidencialista. Todo sistema presidencialista é autoritário e encurrala sempre o Legislativo. V. Ex^a defende, com muita oportunidade, a implantação do orçamento impositivo, com que estou de acordo em gênero, número e grau. O princípio do orçamento impositivo permitirá o melhor ordenamento, uma melhor gestão das finanças públicas, já que despesas e receitas preestabelecidas no Orçamento garantirão uma execução tranqüila e livre das influências políticas episódicas que ocorrem ao longo de cada exercício financeiro, deformando não somente a realidade administrativa, mas também a realidade fiscal do Estado brasileiro, seja de Estado-membro, seja da União. Gostaria apenas de lembrar a V. Ex^a que uma resolução nova no Congresso Nacional melhora a operação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que, como todos sabem, é a Comissão que tem a maior responsabilidade na elaboração do Orçamento da União. Por indicação do meu Partido, estou em vias de assumir a Presidência da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional. Quero dizer a V. Ex^a que terei todo o empenho, farei todo o esforço para seguir de forma correta aquilo

que está previsto na nova resolução, que certamente melhorará o processo de elaboração do Orçamento. Agora, a Comissão de Orçamento é uma Comissão Mista, hoje, integrada por 42 Parlamentares, dos quais 11 são Senadores e 31 são Deputados Federais.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella – Bloco/PRB – RJ) – Senador Garibaldi Alves Filho, embora o tempo de V. Ex^a tenha se esgotado, vamos acrescentar mais, pedindo, contudo, a V. Ex^a que conclua o seu pronunciamento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Senador Marcelo Crivella, Presidente em exercício, peço a V. Ex^a apenas o tempo necessário a que o Senador José Maranhão possa concluir o seu aparte, bem como um tempo para o senador Alvaro Dias dar a sua contribuição, uma vez que, nesta manhã, lancei-me numa verdadeira aventura ao fazer um discurso conceitual, de forma que desejo que as minhas colocações sejam aperfeiçoadas pelos nossos colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Com muito prazer, a Presidência concede a palavra aos apartes, lembrando que há vários oradores inscritos esperando aflitos para usar da palavra.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Sr. Presidente, agradeço o reforçativo de V. Ex^a, que inovou um pouco o Regimento, sem dúvida, uma vez que quem comanda os apartes é o orador. Todavia, como o Presidente é o nosso chefe maior, estamos subordinados à sua decisão. Senador Garibaldi Alves Filho, só para concluir, quero dizer a V. Ex^a que, de minha parte, como próximo Presidente da Comissão de Orçamento, estou empenhado nesse esforço que V. Ex^a defende com tanto brilhantismo. Mas, evidentemente, esse trabalho, como todos os trabalhos num órgão colegiado, como são todos os órgãos, todas as Comissões, depende, sobretudo, do Plenário da Comissão, dos integrantes da Comissão. Mas, de minha parte, garanto a V. Ex^a que me empenharei no sentido de dar a minha modesta contribuição para, pelo menos, seguindo as novas normas estabelecidas, melhorar o processo de elaboração do Orçamento nesta Casa.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Senador José Maranhão, agradeço a V. Ex^a, a quem peço que compreenda que não posso fazer maiores comentários, uma vez que o Senador Marcelo Crivella não está tendo aquela tolerância esperada, aquela caridade que está sempre presente nas palavras e nos atos de S. Ex^a.

Concedo o aparte ao Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Senador Garibaldi Alves, a Presidência lembra a V. Ex^a que a caridade já vai para quase dez minutos.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Garibaldi Alves, eu queria apenas cumprimentá-lo. É muito bom vê-lo na tribuna abordando esse tema que diz respeito à reconquista da credibilidade que o Poder Legislativo perdeu, tornando mais eficiente, mais produtiva, oferecendo respostas mais rápidas e eficazes às demandas da sociedade. Temos muito a fazer nessa direção. Creio que o Presidente Renan Calheiros tem razão quando imagina constituir ou até mesmo contratar uma consultoria externa para organizar melhor a estrutura do Senado Federal. Precisamos oferecer um modelo diferente de Legislativo, para tornar mais atrativo, inclusive, o nosso trabalho, para fazer com que a população nos acompanhe e nos fiscalize mais de perto. Dessa forma, vamos construir uma instituição mais séria, mais respeitada pela sociedade brasileira. Não quero explorar o seu tempo, que já se esgotou, mas V. Ex^a está na tribuna hoje abordando um tema essencial para o futuro do Poder Legislativo do Brasil.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e ao Presidente e espero que o debate sobre essas questões prossiga.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – A Presidência agradece e concede a palavra ao nobre Líder do PMDB, Senador Valdir Raupp.

S. Ex^a dispõe de dez minutos para fazer seu pronunciamento. Em seguida, falará a Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella, do Rio de Janeiro, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero agradecer a presença no plenário do meu primeiro suplente, Dr. Tomás Guilherme Correia, que foi Prefeito de Porto Velho, Deputado Estadual Constituinte, e está visitando o Parlamento, o Senado. Obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – A Presidência apresenta a V. Ex^a as boas-vindas.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como é do conhecimento de todos, o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva acaba de lançar o seu Programa de Aceleração

do Crescimento há alguns dias, o chamado PAC, com o objetivo explícito de promover o crescimento da economia nacional a taxa de pelo menos 5% ao ano. Já sabemos também que não serão 5% este ano, talvez a partir do ano que vem. É evidente que todos, em sua consciência, apóiam a intenção, ainda que muitos critiquem o Programa, ora por razões político-partidárias, ora com argumentos que devem merecer atenção.

A minha postura, ainda que me alinhe entre os primeiros a saudar os objetivos do Governo Lula com o programa, é um pouco diferente.

Mesmo pertencendo à base de apoio do Governo no Congresso, não posso deixar de preocupar com o que tenho percebido e fazer um alerta importante.

O calcanhar-de-aquiles do PAC está no abastecimento de energia elétrica. Todos os esforços previstos no programa serão baldados se não tivermos energia elétrica em quantidade suficiente para permitir o avanço da economia a passos largos, como desejam e esperam o Governo e a Nação.

A nos ensinar essa lição, temos a experiência recente do apagão de 2001. Quem não se recorda do apagão que derrubou os índices de crescimento do País e trouxe o maior caos para a sociedade brasileira? O racionamento médio de 20% imposto ao País pela crise de abastecimento – junto com a crise da Argentina, naquela época, os atentados de 11 de setembro e a desaceleração da economia mundial – refreou duramente o avanço do PIB naquele ano.

Em comparação com o crescimento de 4,36%, registrado em 2000, o PIB cresceu apenas 1,31% em 2001, e 1,93% em 2002, de acordo com dados do Ipea, já descontada a inflação.

Assim não será demais imaginar que uma nova crise de abastecimento poderá anular todos os demais esforços públicos e privados para tornar o PAC uma realidade. Vamos fazer um esforço para analisar o quanto pe real o risco de uma crise de abastecimento de energia elétrica. De início, é importante assentar que o Governo considera aceitável um risco de déficit de 5%. Esse risco, no entanto, tende a crescer. O Instituto Acende Brasil estima que a atual oferta de energia elétrica será igual à demanda a partir de 2009 ou 2010.

Como foi amplamente divulgado, a Aneel declarou recentemente a indisponibilidade de 3.624 MW oriundos de usinas termoeletricas, justamente por falta de gás para movimentar as unidades geradoras existentes e até então consideradas como capacidade instalada disponível.

Essa medida de prudência significou uma redução da capacidade de geração nacional equivalente a quase ¼ da potência da Usina de Itaipu, a maior usi-

na do País. Um agente do setor elétrico que simulou, com base nos dados oficiais do Programa Mensal de Operação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) deste mês de fevereiro, o risco de déficit com a declaração de indisponibilidade desses 3.624 MW.

O Programa Mensal de Operação é o documento do ONS que relaciona projeções de demanda e energia disponível, e a simulação foi feita com o programa *Newave*, utilizada pelo ONS e pelos agentes do setor.

A simulação, publicada em matéria da *Folha* do dia 3 de fevereiro passado, mostrou que “os níveis de risco de falta de energia superam o aceitável a partir de 2009, ficando mais críticos a partir de 2010”.

Pode até ser que não falte energia, o que dependerá, preponderantemente, do regime de chuvas, da oferta de gás, e, não vamos desconsiderá-lo, do crescimento econômico.

Mas essa fotografia tem importância não apenas porque sinaliza um risco significativo de falta de energia, que pode, afinal, ocorrer, como escassez, que determina preços mais elevados para aqueles que precisam contratar fornecimento de energia para os próximos anos, caso dos consumidores livres.

Os consumidores livres, Sr. Presidente, são mais de 500 empresas, as grandes empresas, que respondem por um consumo estimado em cerca de 25% do mercado nacional de energia elétrica. Eles têm, segundo a lei vigente, o direito de adquirir a energia de que necessitam livremente do mercado, por sua conta e risco, dado o seu volume de consumo. Podem, com isso, buscar preços mais baratos e, assim, vender seus produtos a preços mais competitivos no Brasil e no mercado externo.

Esses consumidores livres produzem, principalmente, matérias-primas, como cobre, alumínio, papel e celulose, cimento, produtos químicos e petroquímicos, entre outros, cujos preços influenciam grande parte da cadeia produtiva. Esses grandes consumidores precisam, necessariamente, abastecer-se no mercado livre. A questão é que o preço da energia elétrica, nesse mercado, tem subido rapidamente para os que precisam dela a partir do ano que vem.

De acordo com matéria publicada pelo jornal *Valor Econômico* no dia 30 de janeiro, “há seis meses, as geradoras vendiam energia para o período de 2008/2012, nos leilões, por cerca de R\$95,00 o megawatt/hora (MWh), preço válido por toda a extensão do contrato, com reajustes geralmente atrelados ao IGPM. Hoje, os contratos de longo prazo estão sendo negociados por valores que vão de R\$110/MWh a R\$120/MWh”. Olhem a diferença em pouco tempo!

Lamentavelmente, a tendência é que o preço continue subindo, e há estudos sérios que aventam

valores superiores a R\$200/MWh para 2008, para quem for vender daqui para frente.

As principais causas de aumento são, grosso modo, a necessidade de um maior volume de geração por termelétricas, de custo de operação maior, bem como os problemas de escassez de gás, consequência das pendências com os nossos fornecedores bolivianos; pela saturação do gasoduto Brasil-Bolívia, que já não consegue um volume maior de transporte, cuja capacidade já está esgotada; e pelas dificuldades enfrentadas pela Petrobras para viabilizar outras opções, como, por exemplo, o gás da Bacia de Santos, sem falar aqui do gás da bacia de Urucu.

Sempre tenho falado aqui no gasoduto Urucu-Porto Velho, que está virando uma novela – quatro anos para liberar a licença ambiental. A licença ambiental já está liberada há quase um ano, e o gasoduto não sai. Enquanto isso, a térmica de 400 megawatts, instalada em Porto Velho, fica queimando óleo diesel a um preço duas vezes maior que o gás, poluindo três vezes mais que o gás, e o gás sendo queimado na atmosfera ou sendo reinjetado no solo, lá nos poços, na Bacia de Urucu, porque estão extraindo apenas o óleo *diesel* e a gasolina, e o gás está-se perdendo naquela jazida.

É um absurdo que esse gasoduto não tenha saído ainda. Daqui a pouco vou falar com o diretor de engenharia da Eletrobrás, Dr. Valter Cardeal, que me procurou hoje pela manhã. Ele me disse que não construir o gasoduto Urucu-Porto Velho seria um crime de lesa-pátria. Quero ver se esse crime de lesa-pátria será evitado, construindo-se o gasoduto Urucu-Porto Velho.

E há por certo, Sr^{as} e Srs. Senadores, outro problema, que é uma das causas do aumento do preço da energia elétrica, anterior a todas essas, de solução difícilíssima, senão impossível.

Refiro-me à falta de licitação de aproveitamentos hidrelétricos nos últimos quatro anos. Enquanto no período de 1998 a 2002 foram licitados aproveitamentos hidrelétricos que somaram 10.975 MW – uma média anual de 2.195 MW –, de 2003 a 2006 foi licitado um total de apenas 1.428 MW, pouco mais da metade do que se licitou a cada um dos cinco anos anteriores.

Como sabem V. Ex^{as}, a energia hidrelétrica é a mais barata disponível e, para nossa sorte, é abundante em nosso País. Contudo, Sr. Presidente, usinas hidrelétricas levam, no mínimo, quatro anos para serem construídas, razão pela qual, mesmo que se comesse agora a licitar aproveitamentos hidrelétricos, a produção dessas usinas somente estaria disponível a partir de 2011.

Tudo isso parece tornar inevitável uma disparada de preços, cujas consequências não são difíceis de imaginar. No caso dos consumidores livres já citados, seus custos serão severamente afetados e produzirão reflexos em todo o restante da cadeia produtiva, com os resultados econômicos que se pode imaginar.

Para citar apenas um desses possíveis reflexos, Sr. Presidente, o preço do cimento poderá subir, prejudicando o salto da indústria na construção civil, elemento importante para o crescimento almejado pelo Governo Lula e, repito, por todos nós.

O preço alto da energia elétrica também terá outro efeito deletério do ponto de vista da pretendida aceleração do crescimento, objetivo primordial do PAC: novos projetos de investimento, sobretudo industriais, podem ser abandonados em razão do elevado custo do consumo em energia elétrica, o que vai exatamente na contramão do que se pretende.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Já estou caminhando para a conclusão, Sr. Presidente.

Mas – perguntarão as senhoras e os senhores –, o PAC não prevê investimentos e ações para abastecer o País de energia elétrica? Sim, mas aqui há uma nova polêmica.

O PAC prevê a entrada em operação, até 2010, de 12.386 MW novos. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que fiscaliza as obras das usinas em implantação, há uma previsão razoavelmente segura de entrada em operação, até aquele ano, de apenas 5.201 MW, portanto, bem menos da metade.

Outros 4.662 MW poderão entrar em operação nesse período, desde que removidos entraves existentes para a conclusão das obras, como, por exemplo, problemas de licenciamento ambiental, que é o mais grave.

E há outros 662 MW que enfrentam graves restrições para entrada em operação. Tudo somado e se tudo der certo, tem-se um total de 10.525 MW, 1.861 MW a menos que o previsto no PAC.

Mas esse não é o único problema, Sr. Presidente. Das 48 usinas em implantação incluídas no PAC 21 são termelétricas que, embora sejam de construção mais rápida do que as hidrelétricas, têm custo maior de operação, contribuindo para o aumento das tarifas aos consumidores finais, notadamente com os consumidores livres, como já vimos.

Além disso, as três principais obras de usinas hidrelétricas previstas no PAC – as usinas de Jirau, com 3.300 MW; e Santo Antônio, com 3.150 MW, ambas no rio Madeira, em Rondônia; e Belo Monte, com

5.500 MW, esta no rio Xingu, no Estado do Pará – não começarão a gerar energia antes de 2011.

As licenças ambientais, Sr. Presidente, não estão certas ainda: saem este mês, saem mês que vem, vão sair agora, vão sair depois; mas ainda não saíram.

Preocupam-me, portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, esses fatos que reuni com o intuito de alertar V. Ex^{as} e o próprio Governo Federal. A falta de abastecimento de energia elétrica, bem como o seu conseqüente encarecimento, parecem-me o gargalo crucial a ser superado para que o PAC produza os resultados que todos desejamos.

O Brasil precisa crescer e, para isso, necessita evidentemente de energia elétrica barata e em abundância. Felizmente, temos as condições naturais para isso. Deus nos privilegiou com algumas das maiores bacias hidrográficas do mundo. Resta-nos explorá-las convenientemente. Antes disso, no entanto, é preciso equacionar o atendimento da demanda de energia elétrica para os próximos seis anos, sem o que estaremos condenados à estagnação.

Sr. Presidente, desculpe-me pelo tempo; Senadora Serys, Senador Mão Santa e Senador Maranhão, que estão aí ainda para fazer os vários pronunciamentos, mas eu precisava falar sobre essas questões sérias de geração de energia elétrica porque, sem isso, o PAC vai empacar daqui a alguns anos, e não teremos o crescimento econômico tão almejado para gerar renda e emprego para o nosso povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – A Presidência agradece a V. Ex^a e concede a palavra à Senadora Serys Silhessarenko, em seguida, inscrito, o Senador Mão Santa, pelo Piauí.

S. Ex^a tem 20 minutos para fazer o seu pronunciamento.

A SRA. SERYS SILHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de iniciar a minha fala dizendo que ontem estive no Estado de Mato Grosso para participar de atividades do Dia Internacional da Mulher. Pela manhã, participei da Marcha das Mulheres do Movimento Sem Terra, sob a liderança de várias companheiras, e cito o nome da companheira Etelvina; depois, fui a uma sessão especial na Assembléia Legislativa de Mato Grosso, convocada pela Deputada Chica Nunes, a quem agradecemos e a todos os Srs. Parlamentares da nossa Assembléia Legislativa pela bela sessão, pela homenagem a várias mulheres, inclusive a mim. Estive também na Marcha das Violetas, companheiras mulheres se mobilizando nas ruas da nossa Cuiabá, sob a liderança da companheira Jaci Proença. Por isso não pude estar aqui ontem.

Eu quero, hoje, agradecer todas as homenagens feitas aqui ontem pelos Srs. Senadores a nós Senadoras e dizer, mais uma vez, que só avançaremos com mais agilidade na busca e no aperfeiçoamento dos nossos direitos com a participação dos companheiros homens e é óbvio que, neste ambiente, com a participação efetiva dos Srs. Senadores.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, eu venho a esta tribuna para falar sobre o turismo, essa indústria limpa que gera milhares e milhares de empregos e alavanca o desenvolvimento do nosso País de forma sólida e estável.

Entretanto, antes de entrarmos nesta fala sobre a questão do turismo, eu preciso falar um pouco sobre a reforma política. Eu sei que vou parecer – e vou até colocar entre aspas – “a chata da reforma política”. E vou ser sim. Falarei sobre este assunto sempre que puder para não deixar esta questão morrer como já aconteceu em outras Legislaturas e, principalmente, garantir a participação feminina neste processo.

A discussão sobre a reforma política é de extrema importância para todos os cidadãos brasileiros porque ela traz à tona um dos conceitos mais importantes para o debate sobre a democracia que é a representação. Colocando de maneira bem simplificada, todas as inúmeras regras eleitorais existentes têm o intuito de fazer com que nós, políticos, tenhamos algumas características mínimas que nos façam realmente representar o restante da população, aquela população que nos mandou para cá.

Nós somos representantes e não devemos nunca nos esquecer disso. Pode-se dizer também, de maneira simplificada, que a população aqui representada é composta de homens. Esse é o perfil de nossos representantes, esse é o perfil dos Parlamentos em nosso País, de ponta a ponta, nas Câmaras, nas Assembléias Legislativas e no Congresso Nacional, a grande maioria é de homens. Não somos contra os homens de jeito nenhum, mas queremos a igualdade e não abrimos mão de buscar cada vez mais mecanismos que nos levem à igualdade de participação no Poder.

Nunca antes o Congresso Nacional, especificamente o Senado Federal, havia chegado a dois dígitos de representação de mulheres; pela primeira vez na história temos hoje dez Senadoras, fato que me orgulha muito e, tenho certeza, deve orgulhar todas as mulheres. Somos de diferentes Partidos – praticamente todos os Partidos estão representados por mulheres no Senado da República –, mas na hora de defendermos as causas que dizem respeito aos interesses, às necessidades, às aspirações, temos sempre, permanentemente, unido nossas forças. Isso eu precisava dizer para fazer justiça a todas as Senadoras

que compõem o Senado da República, assim como às Sr^{as}. Deputadas, na Câmara dos Deputados.

Venho, mais uma vez, chamar a atenção para essa deficiência na nossa representação e, por causa disso, a importância desses grupos excluídos no debate sobre a reforma política; no debate sobre a representatividade desta Casa.

Os grupos excluídos são vários, mas, como mulher, eu gostaria de chamar atenção especial para esse pequeno grupo de 52% da população que somos nós, mulheres, contingente de pessoas que representam, como disse aqui, mais de 50% da população; mas, nesta Casa, seu número é excedido em pouco mais de 10%. Com base nesse dado, fica evidente que existe algum problema com a nossa democracia. Esse não é um dado novo, tanto que vários governos já tomaram medidas para reverter essa situação, como no caso do Governo do Presidente Lula, que criou a Secretaria Especial para Políticas Públicas, que tem hoje à frente a nossa supermulher competente, Nilcéa Freire.

Falando no nosso caso específico, cito a Lei nº 9.504, que determinou que 30% das vagas das listas partidárias no registro de candidatura fossem destinadas às mulheres, mas outro fato importante, raramente citado, é que, no momento em que foi determinada essa reserva de vagas, atentem Senhores, descobri há pouco tempo esse dado, o total de candidaturas da lista foi ampliado. Hoje em dia, um partido pode lançar para 100 vagas 130 candidatos. Ou seja, as vagas das mulheres não representam diminuição nas vagas dos homens. Não quero com esse fato mostrar que deva existir uma disputa entre homens e mulheres, de jeito nenhum. O que pretendo mostrar é que o acesso dos homens ao poder nunca é, nem foi, questionado, enquanto que a inserção das mulheres na esfera política sempre dependeu de muita luta. Esse processo tem sido muito lento e ainda há muito a ser conquistado.

Há cem anos, as mulheres percorriam as ruas do País buscando o direito à instrução, o direito a trabalhar fora e o direito a votar, aliás, esse direito só nos foi dado há 70 anos. Por isso, sempre conclamamos os homens a participarem dessa luta. Esperamos que eles nos ajudem a superar tamanha discriminação, pois ela só vai acabar aqui quando 50% das cadeiras das duas Casas do Congresso Nacional forem ocupadas por mulheres.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a discussão da reforma política é a porta de entrada para debatermos nossa representatividade nesta Casa perante a população. E nada mais justo do que a ampla inclusão de grupos sub-representados nessas discussões. Por isso, vejo a necessidade urgente de criar uma comissão mista para discutir a reforma política, para que possamos

realmente inserir a participação da mulher e de outros grupos que se disponham a discutir para que tenham representatividade nesta Casa.

Eu já disse que vou falar sempre da importância de discutir na reforma política a importância do papel da mulher. E tem que acontecer isso sim, venham as terceiras listas ou não. As formas de nós obtermos participação mais significativa no Congresso Nacional e em todas as instâncias de representação neste País devem ser, necessariamente, discutidas na reforma política.

Agora, volto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao tema central que me dispus falar no dia de hoje: o turismo.

Na última semana, o Fórum Econômico Mundial divulgou o *ranking* da competitividade de viagem e turismo – é importante que atentemos para isto – com a avaliação de 124 países em todos os continentes. Os aspectos analisados não têm nada a ver com as belezas naturais ou artificiais. Alguns jornalistas muito bem já disseram que não foi um concurso de beleza turística, mas um levantamento sobre a capacidade de os países receberem visitantes e competirem no mercado turístico internacional.

Deixando todo meu ufanismo de lado, considero que o Brasil se saiu bem. Para falar a verdade, fazendo uma análise bem neutra e reconhecendo nossos problemas, digo que o Brasil foi muito bem. Ficou na 59ª posição, à frente, por exemplo, de nossos vizinhos argentinos, que ficaram na 64ª colocação; da Índia, na 65ª; da China, na 71ª colocação. Foram pesquisados 124 países, repito.

Convenhamos que uma pesquisa – que considera como fatores, na elaboração do *ranking*, itens como infra-estrutura turística, facilidade de transportes, qualificação da mão-de-obra, limpeza e higiene das atrações e riquezas naturais e culturais, entre outros aspectos técnicos – colocar o País em uma posição intermediária é bastante positivo.

É claro que todos achamos que o Brasil deveria estar entre os dez primeiros, senão no primeiro lugar, pois, com certeza, todos nós achamos que este é o melhor lugar do mundo.

O meu Estado, Mato Grosso, por exemplo, tem belezas que deixam qualquer turista, estrangeiro ou não, boquiaberto. Cito alguns exemplos: a Chapada dos Guimarães, que é espetacular; as águas cristalinas dos rios de Nobres, as grutas de Curvelândia, o Pantanal em toda a sua beleza em Barão de Melgaço e em outros Municípios. O nosso Pantanal é realmente incrível.

São apenas alguns dos lugares espetaculares que posso citar neste pequeno período de tempo.

Adotando uma postura crítica, devo admitir que todos esses lugares possuem problemas para receber turistas. Ainda não temos uma situação ideal. Há muito por investir.

Com relação a este assunto, precisamos destacar a grande atuação do Ministério do Turismo, sob gestão do competente Ministro Walfrido Mares Guia, que tem trabalhado incansavelmente pela expansão da infraestrutura das regiões com potencial turístico.

Os principais problemas apontados pela pesquisa foram, por exemplo, as exigências altamente rigorosas para se obter vistos, a disponibilidade de trabalho qualificado, aspecto em que o País fica em 106º lugar e, na qualidade do sistema educacional, nos deixou apenas cima do centésimo lugar infelizmente. A qualidade das estradas, portos e trilhos posicionou o Brasil em 96º, 88º, e 81º lugares respectivamente. E assim como ocorre com vários outros países latino-americanos, o Brasil tem um desempenho ruim no aspecto segurança, no qual fica em 90º lugar.

Agora, Sr. Presidente, pergunto: não são desses assuntos que estamos tratando atualmente? Não incluímos esses entre os problemas prioritários do nosso País, para os quais estamos nos esforçando para encontrar uma solução? Portanto, não é nenhuma surpresa que o Brasil tenha tido o desempenho apresentado nesses itens. Ainda assim, ficar numa posição intermediária nos traz um alento. Estamos melhorando.

Em 2002, no País entraram 3,7 milhões de visitantes. Esse número cresceu consideravelmente e hoje chegamos a 5,5 milhões, fruto de uma política eficiente de promoção do Brasil no exterior e investimentos em infra-estrutura. Esses turistas deixaram no País, em 2006, US\$4,3 bilhões, o que representa um aumento de 116% sobre o total de US\$1,9 bilhão, apurados, em 2002, primeiro ano da sequência positiva. Desde que o turismo passou a ser encarado como fonte de desenvolvimento econômico-social, os resultados tornaram-se muito positivos.

Segundo a Embratur, de 2003 até hoje, houve melhora significativa de nossa estrutura aeroportuária, além da expansão da oferta hoteleira, principalmente com a descentralização do investimento hoteleiro, com o aumento do número de hotéis em cidades que antes não tinham grande fluxo turístico.

Para promover a imagem do País no exterior, a Embratur pretende fazer investimentos consideráveis este ano. O Congresso Nacional também tem dado a sua contribuição, prevendo no Orçamento da União recursos para investimento em infra-estrutura turística.

É importante ressaltar que muitos dos itens apontados como deficientes serão alvo de ações do PAC, esse programa importantíssimo que está indo ao ponto

central do desentrelaçamento do crescimento, pelo menos, em vários setores. Com relação ao turismo, posso dizer que está no caminho certíssimo. Tenho a certeza de que até 2010 as soluções serão implementadas em virtude da atuação tão precisa de nosso Governo Federal.

Com relação à segurança, nós, no Legislativo, estamos trabalhando, para dar respostas aos anseios de melhor atuação na repressão ao crime. Acredito que compartilhamos com o Executivo e o Judiciário a responsabilidade de encontrar uma saída. Somente dessa forma, conseguiremos solucionar esse grave problema.

Nesse sentido, devemos destacar a atuação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado da República, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Magalhães. – aqui faço um parêntese para desejar a S. Ex^a rápida recuperação e pronto restabelecimento. Essa Comissão está empenhada em encontrar uma solução eficaz e contundente para combater a criminalidade.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal criou uma subcomissão para estudar o assunto, a qual, até meados de abril, deverá apresentar um relatório apontando soluções para o problema da segurança. Outro problema apontado pela pesquisa – que o Congresso Nacional pode trabalhar para resolver – é o arcabouço regulatório do setor turístico, que necessita de maior clareza e menos burocracia para tornar o Brasil mais atrativo para o estrangeiro e competitivo no cenário mundial. O Senado tem trabalhado muito nesse sentido, antes, com a Subcomissão de Turismo, agora, com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sob a presidência da atuante Senadora Lúcia Vânia. As discussões sobre o turismo têm que buscar a desburocratização do setor, que, como qualquer outra “indústria”, precisa de simplificação legal para se desenvolver.

O Ministério do Turismo já percebeu esse entrave e se movimenta para solucioná-lo. Está em discussão a possibilidade de flexibilizar a atual legislação de vistos de entrada de turistas estrangeiros, porque hoje estamos atados a legislações que só podem ser estabelecidas ou alteradas a partir de acordos bilaterais, o que torna muito demorada qualquer atitude no sentido da flexibilização na concessão de vistos.

Sejam sinceros, a burocracia para concessão de vistos serve como desestímulo na hora da decisão do país de destino pelo turista! O Brasil, com toda certeza, perde inúmeros possíveis visitantes em virtude dessa barreira. A preocupação no Ministério em resolver esse problema é tão grande, que estão formulando até um plano B. Caso não seja possível flexibilizar a exigência do visto, está-se estudando a possibilidade

de que o visto seja concedido na chegada do visitante ao País, assim como ocorre em alguns países.

Dentro de pouco tempo, essas sugestões do Ministério deverão chegar ao Congresso Nacional, e espero que possamos apreciá-las no menor tempo possível, para logo se resolver mais esse entrave.

Essas ações se fazem necessárias, porque a possível explicação para os bons desempenhos de Suíça, Áustria, Alemanha, Hong Kong, Cingapura e outros, que ficaram nas primeiras posições do *ranking*, é a importância dada por esses países aos marcos regulatórios e de apoio aos negócios, junto a excelentes infra-estruturas de transporte e turismo e a um foco na promoção de recursos humanos, com investimentos na qualificação de mão-de-obra, além da segurança.

Sr. Presidente, peço mais dois minutos para terminar meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Esta Presidência concede a V. Ex^a os dois minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Sr. Presidente.

Essa pesquisa não mostrou apenas aspectos negativos em relação ao País. Nossa estrutura de transporte aéreo contrapõe-se à de transporte terrestre, colocando o Brasil em 28º lugar, provando que, a despeito dos problemas momentâneos que o sistema aéreo atravessa, a infra-estrutura do setor está dentro dos padrões internacionais. Com os investimentos do PAC, conseguiremos melhorar ainda mais a posição do País nesse *ranking*.

É importante destacar que o PAC vem ao encontro do que o Brasil precisa para tornar-se mais atrativo na área turística. Os investimentos na expansão da malha ferroviária, na melhoria dos portos e na construção e manutenção das estradas resolverá um dos principais problemas para o desenvolvimento do turismo no País. Precisamos interiorizar o turismo, que está muito concentrado nas regiões litorâneas, e isso só se dará com a facilidade de acesso por meio de rodovias, ferrovias e outros mais.

O potencial brasileiro é gigantesco, sendo preciso apenas investimento, e o Governo brasileiro já acenou que tomará essa medida. Estamos no caminho certo. Precisamos apostar nessa indústria que, de acordo com estimativa do levantamento, representou 2,8% do Produto Interno Bruto do Brasil e 2,7% dos empregos em 2006. A atividade turística gerou mais de 900 mil empregos em 2006.

Encerro, agradecendo ao Sr. Presidente e aos Srs. Senadores. Procurei me restringir ao tempo regimental, porque é muito desagradável ultrapassarmos o horário quando há tantos Senadores precisando usar

da palavra. Sr. Presidente, apesar de os dois minutos que me foram concedidos estarem dentro do prazo regimental, agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – A Presidência agradece a V. Ex^a por esse gesto, de dama do Senado, que presta a esta Mesa, Senadora Serys Slhessarenko.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, pelo prazo de dez minutos.

O SR MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Senador Marcelo Crivella, que preside esta sessão; as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores aqui presentes; as brasileiras e os brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado.

Senador Marcelo Crivella, V. Ex^a é de Deus. Diz o Apóstolo Paulo: “Percorri meus caminhos, preguei minha fé e combati o bom combate”. Meu Partido, o MDB – depois, PMDB –, pode rezar como o Apóstolo Paulo, que V. Ex^a acompanha.

Senador Marcelo Crivella, temos de entender que a maior conquista da civilização foi, sem dúvida alguma, a democracia. Na velha Grécia, ninguém contestou Aristóteles, quando disse: “O homem é um animal político, é um animal societário”. Esse animal político buscou as formas de governo. Muitos desistiram, mas o povo, que é a voz de Deus, insatisfeito com o modelo mais forte – o dos reis, que seriam Deus na terra; Deus seria um rei no Céu –, o povo forte, bravo e sofrido foi às ruas e gritou: “Liberdade, igualdade e fraternidade!”. Caíram todos os reis.

Senador Crivella, foram cem anos para o daqui cair. Mas as coisas aconteceram.

E a democracia é complexa. Onde ela nasceu, rolaram cabeças nas guilhotinas: Danton, Robespierre. O interessante é que Danton disse para Robespierre: “O povo perdeu a razão, e, por isso, vão cortar minha cabeça. Mas quando ele conquistar a razão, cortarão sua cabeça”. Apareceu Napoleão, e foi ajeitando a democracia por lá.

Aqui foi melhor, pois não rolaram cabeças. Nasceu a República, e nomearam um militar, Deodoro. Depois, veio Floriano e um terceiro. E esse homem disse: “Estou fora”. Então, foram conquistá-lo, comprá-lo, para que aceitasse o terceiro militar. E Rui Barbosa saiu na campanha civilista. Ofereceram-lhe, então – isto é muito atual, Senadora Serys –, o Ministério da Fazenda, que ele já tinha ocupado. Ele disse: “Não troco a trouxa das minhas convicções por um Ministério”. Esses homens não aprenderam e ficam atrás de Ministério, um lugar de “boquinha”. Rui nos ensinou.

Senadora Serys, fomos até mais felizes, porque aqui não rolaram cabeças como na França. Houve uma exceção, um homem muito bom, um líder civil, Getúlio Vargas, um amante do trabalho, do trabalhador. Foi ele que deu o voto para a mulher, o voto secreto, além de outras conquistas. Ele era um homem extremamente honesto, honrado. Atentai bem! Olhem a diferença! Senadora Serys, fale sobre Getúlio para sua gente!

É interessante, mas o que mais me impressionou em Getúlio, Senador Crivella, foi quando ele saiu do governo, após quinze anos – o Presidente Lula está aí há quatro anos e poucos meses; atentai bem! –, e foi para sua fazenda. Senadora Serys, ele não tinha uma geladeira na fazenda, não havia eletricidade. Ele não levou eletricidade para lá. Um industrial paulista quis presenteá-lo com uma geladeira, mas ele ficou meio constrangido. Outro lhe disse: “Aceite-a, que ele lhe quer dar”.

Vou citar, só para análise, que meu avô, na época, tinha três geladeiras a querosene: uma na fábrica, uma na casa de praia e uma na casa dele. E o Presidente Getúlio não tinha uma geladeira a querosene.

A Senadora Serys é novinha, tem 25 anos, mas me lembro de que meu avô gritava: “Menino, vá ver o pavio!”. Havia um pavio, que, se enfumaçasse, não gelava. E eu metia a cabeça embaixo da geladeira, que tinha uns pés compridos e era a querosene. E Getúlio não tinha geladeira. Olha o ensinamento de austeridade! Ele a aceitou. E, depois, ele disse: “Sabe que eu gostei. Tomava um sorvete de noite”. Getúlio Vargas, depois de quinze anos, não tinha geladeira!

Presidente Lula da Silva, ensine a esses seus meninos que somos felizes. Não é preciso buscar exemplo em outros países na história, não! Está aí Getúlio Vargas: depois de quinze anos, saiu do Governo sem uma geladeira a querosene. Depois, ele voltou.

Depois, também houve outro período de exceção, com os militares. Cercaram a liberdade, mas deram exemplo de honestidade. Os do Piauí – Petrônio Portella; João Paulo dos Reis Veloso; Evandro Lins e Silva; Carlos Castello Branco, o Castelinho – viveram essa época. Nós soubemos superar. E nós estamos nesta situação.

Senadora Serys, V. Ex^a era professora. Era professora de História? O que V. Ex^a ensinava?

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT. Fora do microfone.) – Educação e Direito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Educação e Direito. Atentai bem! V. Ex^a vai já entrar nessa história da democracia e do PMDB. Vou-lhe enquadrar aqui.

Essa é a história política. Do período militar, nós passamos. Naquele tempo, na Grécia, não havia máquina eletrônica, nem papel. Então, eles votavam com

ostra. A Grécia é rodeada de mar – Crivella deve conhecê-la, porque conhece o mundo todo –, e eles iam buscar a ostra quando queriam, por exemplo, botar uma pessoa para fora da cidade. Quando dava um volume muito grande de ostra, a pessoa era expulsa – daí o nome ostracismo. Mas não se podia chamar o povo, como era na Grécia, para resolver tudo. Aí se inventou o partido, a democracia representativa – que somos nós. Nós somos o povo.

Ó Senador Chiquinho Escórcio, o povo é chamado e é representado pelos partidos. Então, o partido é o povo, é o aperfeiçoamento da democracia. Não existe democracia sem partidos fortes, e, neste País, o mais forte e o melhor é o meu MDB, que fez retornar a democracia e a anistia, que é perdão. O MDB acabou com as torturas e com os crimes. Fez a Constituição, a Lei das leis. E voltou a democracia. É esse PMDB, de 41 anos!

Senador Crivella, V. Ex^a me faz abrir o Livro de Deus. V. Ex^a representa Ele aqui. Tivemos um líder, Moisés. Não o tivemos? Ele tinha uma missão. Não quis saber se havia faraó, exército, Mar Vermelho, bezerro de ouro, fome, deserto, seca por 40 anos. Atentai bem, Crivella!

Quis Deus que entrasse aqui o Senador Romero, nosso Líder do PMDB.

Moisés, depois de 40 anos, quando vê a Terra Prometida, não adentra, mas busca seu sucessor e diz: “Josué, guie nosso povo!”. E Ulysses não levou 40 anos – foram 20 anos – e nos apresentou o Josué do PMDB, que é Michel Temer. É ele. São 29 Partidos, e somos orgulhosos do meu Presidente. Michel Temer, professor constitucionalista, respeita a lei, a Constituição; S. Ex^a a prega e a ensina. Conheço-o desde 1995. Eu estava nesta cidade, era Governador do PMDB, quando recebi uma delegação de nove Governadores do PMDB, para que ficasse aqui e representasse todos na eleição de Michel Temer à Câmara Federal. S. Ex^a tinha feito a unidade. E, desde aí, eu o acompanho. Ó Crivella, nunca vi uma imoralidade ou uma injustiça! Desafio a atirar a primeira pedra quem já viu o nome do nosso Líder envolvido em falcatruas!

Saiu um livro de Roberto Jefferson: *Nervos de Aço*. Ele conta muita podridão existente na democracia brasileira. Ele diz que, quando um político mudava de partido, ganhava R\$1 milhão e um mensalão de R\$40 mil. E cita nomes. Disse que isso havia nos Partidos – e não vou citar, pois é responsabilidade dele. Ele cita nomes. Diz: “No PMDB, isso aconteceu, mas era lá pela via do Paraná, não com Michel Temer”. Eles não tinham coragem de levar a imoralidade e a indignidade.

Esse é o Presidente. Esse é o diploma. E aí está. Abençoado por todos, eu venho em nome deste Partido,

em nome de Ulysses – que disse: “Ouçam a voz rouca das ruas” –, encantado no fundo do mar; em nome de Teotônio, moribundo com câncer, que fazia renascer a democracia; em nome de Tancredo, que se imolou; de Juscelino, humilhado e cassado; de Marcos Freire, do nosso Nordeste, cujo *slogan* era “sem medo e sem ódio”; de Ramez Tebet, recente; em nome de nós, vivos; em nome do povo, porque o PMDB é do povo, o PMDB é da democracia. Esse é o Partido em que o povo ainda acredita, daí as representações.

Então, viemos convidá-los para a grande festa e agradecer a Deus.

Permita-me, Romero Jucá. Lá, onde nasceu a democracia, para livrar o povo francês da guilhotina surgiu Napoleão Bonaparte, estadista. Crivella, o francês é tímido, é até preguiçoso, dá trabalho para tomar banho – Napoleão, nas suas memórias, em Santa Helena –, mas, quando tem um comandante forte, ele vale por cem e por mil.

É por isso que o PMDB cresceu, nós temos esse comandante forte, digno, decente. A unidade do Partido, que representa a sua história, a sua presença e a perspectiva de esperança da nossa democracia, é Michel Temer. Por isso estamos aqui, para convidar todo o PMDB!

A minha satisfação é grande quando vejo um piauiense, um líder: Henrique Gustavo, do PMDB jovem. Hoje, já está mais envelhecido, mas passou para o PMDB sindical. Há mulheres no PMDB.

Por que o PMDB cresceu? Por que Romero está aqui, representando a grandeza desse PMDB? Porque Michel Temer ouviu Ulysses, que disse: “Ouçam a voz rouca das ruas”. S. Ex^a levou o PMDB para o povo, fez uma participação com suas prévias. Não conseguiu candidatura própria, mas respeitou Rigotto, respeitou Garotinho, respeitou Itamar, apoiou e respeitou Pedro Simon. Não conseguiu, mas levou o PMDB para o povo, para que tivesse participação nas prévias.

Então, estamos aqui para convidá-los, e bem representados estamos. Quero convidar para essa chapa da unidade, da história, da presença e da grandeza desse grande Partido. Eu estou nessa chapa, assim como cinco companheiros Senadores também estão, representando a grandeza, a história e a luta desse Partido: Mão Santa; o extraordinário, o maior líder deste PMDB, que governou o Distrito Federal quatro vezes, que é Roriz – Bill Clinton governou o Arkansas quatro vezes, Roriz governou Brasília quatro vezes; o Arkansas era um estado pequenininho, e Roriz, este homem com perspectiva de ser Presidente, está na chapa –; Camata, a história e a tradição; Almeida Lima, melhor Prefeito da história de Aracaju; e Neuto de Conto, que

representa, sem dúvida nenhuma, uma das maiores lideranças históricas: o Governador Luiz Henrique.

Por isso, o nosso convite! Aqui, peço de público, a todos, o apoio. Está escrito no livro de Deus: “Pedi e dar-se-vos-á”.

Senador Romero, aqui estamos fazendo um convite e pedimos a presença de V. Ex^a, que é um homem de muita luta, um homem de inteligência privilegiada, um homem que todos respeitamos, admiramos e a quem o País deve. Convido todos a estarmos presentes, acreditando, sem dúvida nenhuma, que o PMDB é patrimônio do povo e da democracia.

V. Ex^a quer um aparte?

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Eu gostaria de obter um aparte.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois não, é com muita honra que concedo um aparte, para participar deste pronunciamento, ao Líder Romero Jucá, uma das inteligências mais privilegiadas deste País.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Senador Mão Santa, fiz questão de fazer um aparte no pronunciamento de V. Ex^a, porque V. Ex^a fala do PMDB, fala da história do PMDB, das lutas do PMDB, das grandes figuras do PMDB. Eu, como peemedebista, não posso deixar de corroborar as palavras de V. Ex^a quando fala da grandeza do Partido, quando fala da perspectiva do PMDB. Independentemente da disputa interna, que é natural e que é democrática no Partido, não tenho dúvida de que o PMDB vai se consolidar ainda mais, vai se unir. Vamos atuar no sentido de ajudar a governabilidade, mas, principalmente, o PMDB, unido, terá condição de elaborar um projeto claro de poder e de governança para o País. O PMDB tem todas as condições de apresentar candidatura para Presidente da República, de efetivar seu discurso programático de liberdade e de crescimento, e isso virá com a união. O PMDB é o maior Partido do Brasil, é o Partido que tem o maior número de filiados, o maior número de prefeitos, o maior número de deputados estaduais, o maior número de deputados federais, o maior número de senadores e o maior número de governadores. Portanto, sem dúvida nenhuma, é uma estrutura política forte, que precisa de união, que precisa de construção, mas que tem todas as condições de ser o grande Partido que todos queremos que seja. Já o foi no passado, e as disputas internas dividiram o Partido. Agora, chegou um novo momento, o momento da construção da unidade, que levará o PMDB novamente a ser aquele Partido que tem uma proposta para o País. V. Ex^a está de parabéns ao pregar a unidade do PMDB. A disputa é democrática, este momento está passando. Haverá novos momentos pela frente. Temos de cuidar do nosso

Partido, que é um patrimônio do País e responsabilidade de todos nós.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a V. Ex^a. Como eu disse, V. Ex^a é uma das inteligências mais brilhantes que conheço, daí ser o Líder do Governo nesta Casa, por mérito pessoal, por trabalho e por dedicação.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Senador Mão Santa, a Presidência apela a V. Ex^a que conclua o seu pronunciamento após o aparte do Líder do PMDB nesta Casa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sr. Presidente, permita-me conceder o aparte ao Líder do PMDB nesta Casa, que contestou as palavras de Nelson Rodrigues, que disse que a unanimidade é burra. Ele ganhou por unanimidade. A unanimidade foi competente, soube escolher o Senador Valdir Raupp. Não citei o nome de V. Ex^a, mas lembro-me de que, em 1995, eu representava os Governadores do PMDB – entre os quais V. Ex^a era um dos mais brilhantes, defendendo o Estado de Rondônia –, e foi nessa época que Michel Temer conseguiu unidade para ser Presidente da Câmara.

Concedo-lhe um aparte, Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Só consegui a unanimidade, nobre Senador Mão Santa, porque V. Ex^a encabeçou a lista de assinaturas. Todos seguiram V. Ex^a. Por isso, consegui a unanimidade. Obrigado! Sei do amor e do carinho que V. Ex^a tem pelo PMDB, assim como o Senador Pedro Simon, Ulysses Guimarães, eu e tantos outros, centenas, milhares. O PMDB é o Partido que tem o maior número de filiados no Brasil, é o Partido que tem o maior número de prefeitos, de vereadores, de deputados estaduais, de deputados federais, de senadores e, agora, na última eleição, atingimos o maior número de governadores também. Só não conseguimos ainda eleger o Presidente de República. Houve o Presidente Sarney, que era o Vice de Tancredo. Infelizmente e lamentavelmente, com a morte do nosso Presidente Tancredo Neves, o Presidente Sarney assumiu a Presidência da República, e até hoje não saiu do PMDB. Respeito o Presidente Sarney por essa atitude. Já faz 20 anos, e até hoje o Presidente José Sarney se mantém firme no PMDB, defendendo o Partido. Às vezes, as pessoas falam: “Ah, o PMDB rachou, o PMDB se dividiu e vai diminuir!”. Pelo contrário, o PMDB perdeu, naquela época – há uns 15 anos –, o grupo que, hoje, é o PSDB, que elegeu o Presidente da República duas vezes, que elege governadores, prefeitos, senadores e deputados por todo o Brasil. Eles saíram do PMDB, e o PMDB ficou forte, mais forte do que todos os outros partidos. Portanto, não é com racha, com divisão, como essa que

está havendo agora dentro da Convenção Nacional, que o PMDB vai diminuir. Pelo contrário, creio que ele terá força para se fortalecer cada vez mais. O PMDB é grande, o PMDB nunca faltou também com a governabilidade do País em todos os governos. O PMDB nunca foi irresponsável a ponto de saber que é o fiel da balança, que é o equilíbrio da governabilidade e enveredar pelo rumo da oposição. Creio que a oposição é salutar, é importante, mas ela jamais pode ser esmagadora, colocando em risco a governabilidade. É assim que o PMDB tem agido, e tenho certeza de que será assim, Senador Mão Santa, que o PMDB vai sair dessa Convenção, embora com uma ala descontente, não contemplada. Até torci pela fusão das chapas, bem cedo. Antes mesmo do lançamento da candidatura do Ministro Nelson Jobim, eu defendia a união. Que lançássemos uma chapa única, até mesmo dividindo o mandato do Presidente, tendo em vista que Michel Temer está na Presidência do PMDB há seis anos. Não tenho nada contra o Temer, é um grande homem. Mas creio que já é o momento de um outro companheiro assumir os destinos desse Partido. Ele até estava se propondo a dividir o mandato, ficaria mais um ano e daria o segundo ano de mandato para o outro candidato. Em seguida, lá na frente, poderia até se reeleger, como vem acontecendo sucessivamente. Tinha que se buscar um caminho. Já que isso não foi possível, vai para a Convenção uma chapa apenas, da qual um grande grupo ficou, de certa forma, excluído, mas o mandato é de dois anos, que passam muito rapidamente. Se um mandato de quatro anos, como o de Presidente da República, Governadores e Prefeitos, quando menos se espera já passou, imaginem um mandato de dois anos! No próximo ano, quem quiser ser candidato a presidente do Partido já pode sair pelo País, visitando os Estados brasileiros, para, daí a um ano e meio, começar a campanha para a nova disputa de chapas do PMDB. Espero que o PMDB continue cada vez mais forte e firme para ajudar o Brasil.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Vamos começar a nova campanha agora e o meu candidato é o Raupp, que teve a unanimidade de votos dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Senador Mão Santa, conclua, por favor.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Aqui está a história do MDB. Aqui está *A História de um Rebelde*, de Tarcísio Delgado. Eu ia ler um trecho, mas vou terminar com um pensamento de Ulysses. Aqui estão os grandes nomes que engrandecem a História do País, mas vou terminar apenas com a palavra de Ulysses Guimarães. Michel está na presidência há cinco anos, Ulysses esteve nela por 20 anos. Ele foi tão bom para

o PMDB, tão bom para a democracia, tão bom para a Pátria como extraordinariamente está sendo o comando de Michel Temer.

Termino fazendo minhas e de todos nós as palavras de Ulysses:

(...)Deve-se fidelidade à pátria e não aos detentores do poder que a renegam. Por infidelidade decretada pelos poderosos do momento, Sócrates foi envenenado, Cristo foi crucificado, Joana D'Arc foi queimada, Garcia Lorca foi fuzilado, Tiradentes foi enforcado. Imortalizaram-se, contudo, como fiéis à salvação de seu povo ou da humanidade, porque quem atesta a verdadeira fidelidade é a História, não os interesses contrariados.

(...) A Frente Democrática Nacional percorrerá com os pés do povo a geografia do Brasil. Em São Paulo clarinou o toque de reunir, avançar e vencer, sob o comando do lema imortal: Unidos venceremos!

Michel Temer é o nosso Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – A Presidência agradece a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, para um breve pronunciamento.

Em seguida, estamos inscritos eu e o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer o registro do convite e da formalização realizada ontem, pelo Presidente Lula, para compor as Lideranças do Governo no Senado, na Câmara e no Congresso.

Fui convidado pelo Presidente Lula para continuar como Líder do Senado e aceitei, com muita honra e satisfação, porque isso representa não somente o reconhecimento do trabalho que realizei até agora no Senado, como Líder do Governo, mas também a confiança do Presidente no trabalho que posso realizar no futuro, para aprovação do PAC e realização das reformas estruturais necessárias, como as reformas tributária, política, trabalhista e tantas outras pelas quais o País anseia.

O Presidente também convidou e deu posse, ontem, à Senadora Roseana Sarney como Líder do Governo no Congresso. A Senadora Roseana Sarney tem vasta experiência, governou o Estado do Maranhão, coordenou a ação política no Palácio do Planalto, quando o Presidente José Sarney exerceu o mandato de Presidente da República, e foi Deputada Federal atuante. Portanto, tem todas as condições de realizar um grande trabalho à frente da Liderança no Congresso Nacional.

O Deputado José Múcio Monteiro, Deputado por quatro mandatos, pelo PTB, foi convidado e também tomou posse, ontem, na Liderança do Governo na Câmara dos Deputados. O Deputado José Múcio tem uma trajetória política importante na Câmara dos Deputados e, pela sua forma afável e elegante de tratar, pela sua competência e visão humanista e de empresário, tenho certeza, será um grande Líder na Câmara dos Deputados.

Ontem, em reunião com o Presidente da República, combinamos, eu e o Deputado José Múcio, de trabalhar em harmonia – Câmara e Senado –, porque precisamos fazer um esforço para que as grandes questões que sejam negociadas na Câmara sejam honradas no Senado e para que as negociações e acordos feitos no Senado sejam honrados na Câmara dos Deputados. Isso vai ocorrer por meio de um trabalho articulado.

Além disso, é importante que se trabalhe para que projetos aprovados no Senado tramitem e sejam aprovados na Câmara e que projetos oriundos da Câmara dos Deputados tenham tramitação rápida e também sejam aprovados no Senado.

Ontem, em uma solenidade no Palácio do Planalto, o Presidente Lula empossou os três indicados e começamos a trabalhar com muita responsabilidade, imbuídos do que devemos fazer para ajudar não somente o Governo, mas o País, a mudar e a caminhar para um destino melhor.

Quero aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para registrar que, ao assumir a Liderança do Governo, indico quatro vice-Líderes para, junto comigo, atuarem compondo o quadro de Líderes desta Casa, num trabalho compartilhado: o Senador Delcídio Amaral, do Partido dos Trabalhadores; o Senador Antonio Carlos Valadares, membro do PSB de Sergipe; o Senador Sibá Machado, do Partido dos Trabalhadores do Acre; e o Senador João Vicente Claudino, do PTB do Piauí.

Assim, há não somente a Liderança do PMDB, mas também a representatividade do Partido dos Trabalhadores, do PSB e do PTB nas vice-Lideranças, compondo-se um arco de alianças para que possamos trabalhar em conjunto.

Faço esse registro e peço a transcrição do ofício, que encaminhei à Mesa, indicando os vice-Líderes.

Quero, ao encerrar as minhas palavras, reafirmar o meu compromisso de trabalhar em conjunto com as Lideranças e todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores.

Tenho consciência de que, no Senado, não há grupo alinhado com o Governo. Cada Senadora e Senador tem a sua consciência, a sua liberdade e a sua autonomia, assim, cada voto para aprovar as matérias neste plenário deve ser conquistado pelo mérito. Não

há alinhamento preestabelecido de Senadora ou de Senador. Cada Senadora ou Senador é independente; cada Senadora ou Senador representa o seu Estado. Portanto, devemos trabalhar muito, discutir, debater, dialogar, receber as contribuições e melhorar as propostas que precisam ser feitas aqui e aprovadas no Senado.

Assim, deixo o meu compromisso de trabalho solidário, parceiro e participativo. A Liderança será exercida com lealdade ao Governo, ao País e a esta Casa.

Muito obrigado. Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, e §2º do Regimento Interno.)

Of. nº 49/2007-GLGOV

Brasília, 9 de março de 2007

Exmo. Sr.

Senador Renan Calheiros

Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 66-A, parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, indico como Vice-Líderes do Governo os Senadores Delcídio Amaral (1º Vice-Líder), do PT/MS, Antônio Carlos Valadares, do PSB/SE, Sibá Machado, do PT/AC e João Vicente Claudino, do PTB/PI.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de consideração e apreço. – Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Marcelo Crivella, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após o brilhante pronunciamento do Líder Romero Jucá, chamamos para ocupar a tribuna o Senador Marcelo Crivella, representante do Rio de Janeiro, do PRB, Partido do Vice-Presidente da República.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado pelas referências.

Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores telespectadores da TV Senado, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado, hoje, trago preocupação que já expus há duas semanas. Trata-se da estabilidade, da saúde das estruturas dos edifícios brasileiros, sobretudo dos que estão localizados nas capitais próximas ao mar e que, com o processo de urbanização que ocorreu logo após o período de industrialização,

na era Getúlio Vargas, começaram a ser construídos em larga escala nas grandes cidades brasileiras. Ocorre que tais edifícios, agora, estão completando 50 anos, alguns deles mais do que isso. É preciso que nos preocupemos com a sanidade estrutural dessas edificações. É bom lembrar que se trata de prédios construídos com tecnologia e material disponíveis à época. Por isso, surpreendemo-nos quando marquises caem e matam pessoas, como ocorreu na Capital do meu Estado, acidentes que se têm repetido de forma crescente no País.

Segundo o setor de edificações do Distrito Federal, nesta Capital, onde a maioria dos prédios foi construída no final das décadas de 60 e de 70, já existem relatórios que apontam cerca de 600 marquises em situação de risco. Em Recife, em Salvador, no Rio de Janeiro, no Maranhão e em outras capitais, a situação não é diferente e, portanto, preocupante.

Sr. Presidente, apresentei, desta tribuna, requerimento no sentido de estudarmos o assunto. Solicitei ao Presidente do Senado que apontasse engenheiros, de preferência os que tivessem formação em Engenharia Civil, para que fizéssemos um debate com o Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia (Crea), com as prefeituras, com as fábricas de vergalhões, de concreto e de cimento, com as universidades e com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a fim de que construísssemos uma legislação moderna que garantisse a esses edifícios antigos, com mais de 30 anos, inspeções periódicas.

É bom lembrar também que, hoje, a moderna tecnologia da Engenharia Civil permite, sem processos intrusivos ou destrutivos, que se constate a sanidade de edificações apenas com aparelhos, com sonares ou com provas de impacto. Às vezes, são tiros de pistola, para se medir a penetração de um cartucho; outras vezes, encostam-se sensores ou mesmo colocam-se **scanners** nessas estruturas.

Sr. Presidente, reitero, aqui, meu apelo à Mesa desta Casa, ao Presidente Renan Calheiros, para que possamos nomear uma comissão para, rapidamente, realizarmos audiências para tratar desse assunto.

Sr. Presidente, em seguida, quero, ainda sob a emoção da comemoração do Dia Internacional da Mulher no dia de ontem, lembrar que o Brasil tem um grave, um gravíssimo problema. Aliás, o Ministro Carreiro passa às minhas mãos – ele que é o Regimento em carne e osso desta Casa e que, agora, vai para o Tribunal de Contas da União; aqui, vai deixar bons e saudosos discípulos – algo interessantíssimo, que V. Ex^a vai gostar de ouvir, Sr. Presidente Mão Santa.

O caso é paternidade, que está diretamente ligada à delinquência juvenil e a esse estado de barbárie

que surpreende a todos os brasileiros quando vemos que nossos jovens estão cometendo crimes hediondos e com uma frequência assustadora.

Sr. Presidente, em 2006, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, o Brasil recebeu três milhões de nascituros; três milhões de crianças nasceram no ano passado neste País! Sr. Presidente, 25% do total dessas crianças não tiveram pai declarado. Uma em cada quatro teve, na certidão de nascimento, na linha que diz “pai”, a inscrição “não declarado”. Isto deixará uma marca no coração e na alma de uma criança que vai crescer sem saber quem é o seu pai. Mais tarde, quando homem for, no momento de receber uma homenagem, ao ser citado os genitores – pai e mãe –, sempre haverá um momento de tristeza quando o pai não for declarado.

Sr. Presidente, o que faz a lei para sanar a covardia de homens que não assumem a paternidade, isso desde a época do Império? Antes do Código Civil de 1916 – foi a primeira edição do nosso Código Civil –, aplicava-se, no Brasil, as Ordenações Afonsinas, de Dom Afonso, que era Rei de Portugal na época do descobrimento, no século XVI. Previam as Ordenações Afonsinas, uma coletânea de leis promulgadas, que, na sociedade, tratasse de maneira diferente nobres e plebeus. Os filhos dos nobres teriam direito ao alimento, mas não à herança. Refiro-me aos filhos ilegítimos. Os filhos dos plebeus, estes tinham direito ao alimento e à herança, talvez por que nada tivessem a receber, já que plebeus eram, numa época em que as pessoas sobreviviam neste Brasil, praticamente, brancos, pobres, mestiços e negros no mesmo regime da escravidão.

Na redação original do Código Civil de 1916, os filhos havidos fora do casamento não podiam ser reconhecidos simplesmente, mesmo após o desquite. Quem não tinha paternidade reconhecida tinha limitações na vida social. Por exemplo: não podia ser juiz, não podia ser diplomata, não podia ser senador. Se não tinha pai declarado, carregava esse estigma e essa maldição.

Com a Lei nº 4.737, de 1942, houve a possibilidade de reconhecimento de filhos fora do casamento apenas após o desquite, se houvesse filhos, é claro.

A Lei nº 7.200, de 1984, e aí já falo depois da Revolução, do período de redemocratização do nosso País, possibilitou o reconhecimento após cinco anos de separação de fato.

A Constituição de 1988, de Ulysses, a Constituição Republicana, a Constituição-Cidadã em seu art. 226, § 7º, estabeleceu o princípio da paternidade responsável, o qual podemos adaptá-lo para ser um argumento para defesa de inversão do ônus da prova,

que é o que eu proponho. Segundo esse princípio constitucional, o pai deve concorrer para a manutenção do filho e proporcionar-lhe a assistência necessária.

A Lei nº 8.560, de 1992, permitiu que qualquer pessoa reconhecesse uma criança por documento público. Não precisa mais de ação de reconhecimento. Basta ir ao cartório e reconhecer o filho. A mãe da criança, se quiser, poderá impugnar. Não é o caso geral.

Sr. Presidente, o que acontece, hoje, com essas crianças, cujo pai não se declara? Se a mãe for ao juiz, ele não poderá pedir o exame de DNA. Mas por que não, Senador José Maranhão? Porque o Supremo Tribunal Federal consagra o princípio da prova negativa. Nenhum brasileiro é obrigado a prestar qualquer prova contra si mesmo. É princípio legal. Portanto, o sujeito nega-se a fazer o DNA – não é preciso fazer o exame de sangue; basta um fio de cabelo ou um pouco de saliva. O indivíduo não o faz. Assim, um quarto dos três milhões de bebês que nascem neste País ficam com o registro de “pai desconhecido”.

Então, o que proponho, diante dessa tragédia, desse problema social agora no Dia Internacional da Mulher? Proponho, Senador Mão Santa, no projeto que apresentei ontem – não vou tentar derrubar uma cláusula de prova negativa no Supremo Tribunal Federal –, que se aplicasse ao caso o mesmo princípio aplicado pelo Código de Defesa do Consumidor, ou seja, o da inversão do ônus da prova. Hoje, quando uma pessoa vai a um supermercado e compra um aspirador, ou um liquidificador, ou uma televisão, ou um videocassete, e verifica, ao chegar em casa, que o aparelho está quebrado, ela não é obrigada a provar que não foi ela quem o quebrou. O fabricante é que tem de provar que não vendeu o eletrodoméstico quebrado, porque se supõe que se uma pessoa que gasta dinheiro, que vai ao supermercado e traz aquele aparelho para casa, é porque tem interesse em usá-lo; por isso pagou por ele. Inverteu-se o ônus da prova. É o que peço ao juiz. Quer dizer, em meu projeto, peço que os cartórios sejam obrigados a informar ao juiz em caso de não haver registro de pai. Isso em um prazo de cinco dias. O juiz vai chamar a mãe, que vai dizer quem é o pai; o pai não vai querer fazer o DNA, mas o juiz, na sua negativa, pode criar a suposição da assunção, e aí caberá a esse pai – prevê o projeto pena à mãe que mentir – o ônus da prova de que não é o pai. Aí sim, poderá ele fazer o teste de DNA e provar que não é o pai.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador José Maranhão, nobre companheiro da Paraíba.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Agradeço e felicito V. Ex^a pelo brilhante e humanitário discurso. Mesmo o pai presuntivo não podendo ser obrigado,

compelido, por meio judicial a se submeter ao exame de DNA, há outras provas, como a testemunhal, a circunstancial e a própria convicção do juiz, que substitui inteiramente a prova técnica, científica, ou seja, o exame de DNA. De maneira que nem sempre o pai irresponsável pode fugir ao dever de reconhecimento da paternidade. Vejo com muita simpatia – embora quebrando um princípio de direito, a que V. Ex^a já se referiu aqui – a modificação da legislação de forma a tornar mais amplo o instituto do reconhecimento. Realmente, o fundamento humano, social e moral do reconhecimento é indiscutível. E digo isso com a autoridade – permita-me a imodéstia – de quem tem dois filhos adotivos e filhos fora do matrimônio, todos reconhecidos espontaneamente. Não foi preciso nenhuma ação judicial para que eu aceitasse o teste de DNA de forma a tornar indiscutível o reconhecimento da paternidade, que eu já reconhecia de forma factual. Portanto, felicito V. Ex^a pelo tema, que é realmente interessante. Tenho pronto um discurso preparado, escrito, falando sobre a novela Páginas da Vida, da Rede Globo, novela de uma beleza extraordinária. Na sociedade brasileira, fala-se muito que alguns programas e novelas da Rede Globo e de outras redes de televisão – V. Ex^a é empresário da área – se excedem na exploração de certos temas sociais, de temas que envolvem a família brasileira, mas a novela Páginas da Vida traz um exemplo extraordinário do assunto que V. Ex^a aborda. Eu não sei se hoje haverá tempo suficiente para eu proferir o meu discurso, mas, oportunamente, vou fazê-lo. Já estou com ele pronto. Mas felicito V. Ex^a por trazer mais um tema importante à discussão do Senado da República.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Senador José Maranhão. O fato é que queremos dar mais munição, mais armas, melhorar o arsenal da Justiça brasileira no sentido de que não se perpetue essa situação esdrúxula e triste de nascer uma em cada quatro crianças no Brasil sem registro de paternidade. Isso marca profundamente, Sr. Presidente. E tenha certeza de que esse fator está diretamente ligado ao clima de barbárie que presenciamos na sociedade brasileira, com jovens cometendo crimes. Em meu Estado, o Rio de Janeiro, recentemente, um rapaz matou a avó a facada. Três meninos arrastaram um jovem em um crime hediondo que ninguém imaginava que pudesse acontecer, sobretudo no Rio de Janeiro, entre um povo tão simpático, de tanta boa vontade, de tanta fé em Deus. Pode ter certeza de que a falta da presença do pai, a falta de uma referência paterna, os complexos que isso acarreta, as tristezas de uma mãe que cria sozinha seu filho, tendo que responder por emprego, segunda jornada, são todas

as dificuldades que o Brasil enfrenta no rumo ao desenvolvimento. Devemos cuidar desse tema para que cada brasileiro nasça como nós nascemos, com pai e mãe declarados, e que seja, assim como disse o Senador José Maranhão, que bem cuidou de registrar e assumir seus filhos, o primeiro gesto de um pai na demonstração do amor e do respeito que tem por aquela criança que acaba de nascer.

Sr. Presidente, não usarei todo o meu tempo. Eu gostaria muito de ouvir os discursos do Senador Leomar Quintanilha e do nosso querido Senador José Maranhão.

Sr. Presidente, V. Ex^a fez um discurso ufanista sobre o PMDB. O PRB é um nenê, mas um nenê parudo porque já nasceu com vice-Presidente, daqueles nenês grandes, que tomam mamadeiras enormes. Segundo pesquisa do TSE divulgada esta semana, o PRB é o partido com maior número de militância feminina. O menor é o P-SOL, da Senadora Heloísa Helena. O PRB é o que possui maior número de mulheres como militantes. É uma glória que nem o seu PMDB, de Ulysses e de Tancredo, consegue ter. Portanto, o PRB é pequeno, mas, na qualidade, com tantas militantes, é muito grande.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador José Maranhão, do PMDB do Estado da Paraíba.

Lembramos aos Srs. Senadores que esta sessão teve início às nove horas e regimentalmente deveria ser encerrada às 13 horas.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta sessão se alongou naturalmente pelo privilégio da manifestação de V. Ex^a, que faz discursos longos, mas substanciosos. Senador Mão Santa, agradeço a advertência prévia. Prometo que não vou ultrapassar o limite de sua expectativa.

Farei dois breves comentários. Trouxe discurso escrito relativo ao tema abordado pelo Senador Marcelo Crivella, mas, por amor ao tempo, vou deixá-lo para outra oportunidade. Farei breves comentários sobre dois fatos da atualidade. O primeiro deles diz respeito aos incidentes que resultaram na renúncia à candidatura do Ministro Nelson Jobim ao cargo de Presidente do PMDB.

Desde o primeiro momento, dei meu apoio à candidatura do Ministro Jobim por acreditar que se fazia necessária uma renovação nos quadros dirigentes do nosso Partido até como uma regra de prática democrática interna que o PMDB sempre adotou com competência e habilidade.

Sou amigo pessoal, companheiro de longas datas do Presidente Michel Temer e, evidentemente, não tenho nenhuma restrição a lhe fazer. Apenas o exercício democrático da alternância de poder me inspirou a uma candidatura que realmente poderia inovar as práticas gerenciais dentro do PMDB.

O PMDB – vou ser mais otimista do que alguns colegas que já se pronunciaram aqui e companheiros de Partido – sempre teve, historicamente, o instinto da preservação, por isso resistiu às agruras do tempo da ditadura militar. E tenho memória viva disso, porque estou no PMDB desde a sua fundação e, após o regime ditatorial de 64, não conheci outro partido, outra legenda partidária. Mesmo tendo sido cassado, em 1969, pelo AI-5, nunca deixei de exercer a prática político-partidária. Apesar das ameaças e da efetivação dessas pelos órgãos de informação, que não permitiam que um cassado tivesse qualquer tipo de atuação política, nunca deixei de exercer minha atividade política. Por isso, várias vezes fui intimado, tive que responder a outros inquéritos, além do que me levou à cassação; segundo eles, eu estava ilegalmente participando de movimentos políticos, dentro ou fora do meu Estado.

Então, tenho amor profundo a esse Partido. Minha história política foi praticamente toda dentro do PMDB. Antes de 1964, era membro do PTB, quando ele era uma proposta socialdemocrática – muito jovem, deixei-me envolver por essas propostas. Só deixei o PTB quando, em 1966, os partidos foram extintos e abriu-se a perspectiva de filiação a novos partidos. Filiei-me, então, ao MDB.

De maneira que minha visão sobre o momento que estamos vivendo agora é a de que o PMDB encontrará inspiração na sua própria história, para superar essa crise.

A história do PMDB é a de um partido que tem o próprio instinto de preservação; que nasceu na dificuldade, no ostracismo, na perseguição do regime militar, em que muitos dos seus companheiros tombaram por atos discricionários de cassação de mandatos e de suspensão de direitos políticos.

Por que, então, o PMDB, em plena vivência da democracia restaurada no País, hoje, neste ano de 2007 da graça do Senhor, não saberá superar essas crises?

Tenho certeza de que o PMDB saberá superar essas crises pela ação de todos os nossos companheiros, mas, sobretudo, pela ação inteligente e competente de suas lideranças, como o Presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros, como o Presidente José Sarney e o próprio Presidente Michel Temer.

Acho que chegou a hora – já que estamos, pelas impreviões do acontecimento, submetidos a uma

única candidatura – de o PMDB encontrar o caminho da sua própria história. O PMDB não pode, nem deve dividir-se por questões menores, de poder, como a que envolve a determinação do grupo que vai predominar, se o grupo A ou o B. Essas são questões secundárias. O PMDB tem um papel importante, e, hoje, como um partido da base de sustentação, tem um papel fundamental na própria governabilidade. Essa é a minha posição, esse é o meu pensamento.

Ontem, tive a honra de receber, no meu gabinete, a visita do Deputado Michel Temer, do Deputado Geddel Vieira e do Deputado do meu Estado, meu companheiro da Paraíba, Wilson Santiago, e os três me fizeram um convite para que eu integrasse a chapa, que será vitoriosa, fatalmente, na convenção que se realizará no domingo. Agradecendo o honroso convite e a visita também, disse-lhes que não podia aceitar integrá-la, porque era uma chapa única. Não queria ser visto por ninguém, dentro e fora do Partido, como um oportunista; isso era algo que fugia à minha visão ética da política. Estava honrado com o convite, mas não podia aceitá-lo.

Conversando com o Presidente Renan Calheiros, ontem, pela manhã, já tinha ouvido de S. Ex^a a orientação de que os nossos companheiros estavam liberados para assumirem a posição que quisessem. Essa era a minha posição, porque costumo ser coerente e, sobretudo, costumo honrar os compromissos políticos que faço.

Já estou telefonando a todos os companheiros da Paraíba – são 27 votos no Estado – para dizer-lhes, como já disse a muitos, que a nossa orientação é no sentido de que fica a critério de cada delegado votar, comparecer, ou não votar, não comparecer. Fica a juízo de cada um essa decisão, até porque penso que não seria democrático, nem seria um gesto de zelo com o Partido, no momento das dificuldades que estamos enfrentando, acrescentar mais esta ação: a de deixar marcada numa convenção, num gesto de intolerância, a posição de divisão dentro do Partido.

Continuo, Sr^s e Srs. Senadores, companheiros que estão me ouvindo, acreditando na força do instinto de preservação do nosso Partido. Já passamos por dificuldades muito maiores, quando do regime autoritário de 1964, e aqueles que escreveram a história da democracia, a história mais recente da redemocratização no País registraram todos esses episódios. De forma que acredito que o PMDB, mais uma vez, vai restaurar sua unidade e certamente vai voltar aos tempos de glória, aos tempos de prestígio – algo que sempre teve na opinião pública do País.

Aqui foi ressaltado por todos os companheiros – e o faço também – a realidade de que o PMDB é

o maior Partido do Brasil, é o Partido que tem maior capilaridade com a sociedade, alastrando-se em todos os seus segmentos, em todas as classes sociais. Isso, porque o PMDB tem a marca da tolerância, que é um dos fundamentos da nossa origem. Quando se instaurou no Brasil, por força de um ato institucional, o regime do bipartidarismo, o MDB era uma frente de oposição...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Ali estavam os homens das mais diferentes tendências ideológicas, programáticas, integrados no PMDB porque existia um compromisso comum entre todos eles: lutar pela restauração da democracia no Brasil. Então, é da própria essência do PMDB esse pluralismo político. Por isso mesmo, não há por que se pensar que uma eventual divergência possa levar o Partido a sofrer maiores abalos. Creio firmemente que, na sua sabedoria, sobretudo no resgate da sua história, o PMDB haverá de sair-se galhardamente dessas dificuldades.

Com muita honra, concedo o aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador José Maranhão, quero ficar ao lado de V. Ex^a no otimismo, na crença de que o PMDB vai superar mais esse episódio, que não é até um episódio de dimensões tão catastróficas como se imagina, ou como se diz, ou como se propala. É um episódio que será superado. Creio apenas que devemos ser coerentes. Já que adotamos uma posição com relação ao episódio, vamos permanecer com ela. Mas se, amanhã, for dada a oportunidade de unir o Partido, quero estar ao lado de V. Ex^a – aliás, V. Ex^a estará à frente; quero ficar atrás, conduzido por V. Ex^a, no sentido de unir o Partido.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – E eu reivindico ficar ao lado de V. Ex^a; nem à frente, nem atrás.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Muito obrigado, Senador José Maranhão. Vamos ouvir agora o Senador Valter Pereira, com a licença do orador.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Que fez hoje um brilhante e forte discurso. Não estava no plenário ainda, mas acompanhei da minha residência. Estava com o televisor ligado e, quando vi o Senador Valter na tribuna, imediatamente me desdobrei em atenção para acompanhar o seu discurso.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador José Maranhão. De fato, eu já havia me pronunciado nessa mesma direção que V. Ex^a está pontilhando, que é a direção da maioria esmagadora dos Senadores. V. Ex^a fala com muita responsabilidade, como o fez, em aparte, o Senador Garibaldi

Alves. Todos nós temos muita responsabilidade com esse Partido. Por uma questão de coerência, V. Ex^a, o Senador Garibaldi, eu, o Senador Leomar e tantos outros estamos fora dessa chapa que vai empalmar o Diretório Nacional do PMDB a partir de amanhã. Indiscutivelmente, assistiremos a um empobrecimento na representatividade dessa nossa composição. Não pela minha ausência, mas pela ausência até de figuras históricas do Partido, como o Senador Pedro Simon, como o Senador Jarbas Vasconcelos. O Senador Pedro Simon, nos anos 60, quando a filiação de um militante era uma obra demorada e difícil – você tinha que ir a casa dele, esconder o carro e usar de muita argumentação para convencê-lo a assinar uma ficha de filiação; aliás não havia nem ficha, V. Ex^a deve se lembrar, era um livro de inscrição.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – É verdade.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Quando pegávamos o livro de inscrição e tínhamos que pegar a assinatura, ele tremia de medo de assinar o livro de filiação do MDB, porque sabia que, a partir daquele momento, estava na alça de mira dos militares e poderia ser preso a qualquer hora. Como aconteceu comigo, que fui preso três vezes na época da ditadura, uma das quais tive que ficar 12 dias instalado em unidades militares. Digo unidades porque a gente andava também, passeava de uma unidade para outra. Pois bem, naquela ocasião, Senador José Maranhão, em Campo Grande, preparávamos uma grande recepção – várias recepções, não foi uma só –, para quem? Para recepcionar uma caravana que tinha Pedro Simon, que tinha Paulo Brossard, que tinha, mais tarde, Odacir Klein, que tinha João Gilberto, que tinha Freitas Nobre, que foi nosso líder em 1979. Enfim, essa é a história.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Foi em 1983. Freitas Nobre foi líder do PMDB em 1983.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Em 1979 e em 1983.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Foi exatamente quando eu voltei, depois do exílio político.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – É verdade.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Fui candidato a Deputado Federal e assumi em 1983. O nosso Líder de Bancada era Freitas Nobre.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Era Freitas Nobre, grande Líder! Então, o que aconteceu? Hoje, temos o coração partido. Sei que V. Ex^a fala com serenidade e com muita responsabilidade, mas sei que seu coração está partido não por não participar do Diretório, mas por ver o Partido em uma situação de-

plorável com essa defecção que ocorreu. Concordo com V. Ex^a: a ausência de figuras tão históricas e tão importantes, como essas que estamos lembrando aqui, não haverá de afrouxar a nossa determinação para que o Partido tenha um encontro, amanhã, com seu grande destino novamente. Isso aqui haverá de ser apenas uma variante, mas amanhã vamos encontrar a unidade novamente. Concordo com V. Ex^a que esse é um episódio passageiro, e não é pelo fato de estarmos fora da chapa que vamos nos abster de lutar para que se estabeleça a unidade. Lá estarão outras figuras importantes que estiveram nesse processo, como o Senador Mão Santa, que vai ser, certamente, nosso porta-voz no Diretório Nacional nessa missão de resgatar a unidade partidária, que foi trincada agora, mas que, certamente, será restabelecida amanhã. Parabéns a V. Ex^a por deixar consignado nos Anais desta Casa essa sua preocupação e pela forma com que se conduz, com responsabilidade, com a serenidade de quem realmente tem esse Partido arraigado no coração. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Agradeço o generoso aparte de V. Ex^a.

Um grande paraibano, José Américo de Almeida, tinha uma frase: “Voltar é uma forma de renascer, e, na volta, ninguém se perde”. Certamente, todos nós que amamos esse Partido, que o temos no coração, na alma e no nosso dia-a-dia, vamos poder voltar para contribuir com a sua unidade e, sobretudo, com o seu papel decisivo, como sempre foi em toda a História recente do Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria fazer apenas esse breve comentário sobre o nosso Partido, até porque fica difícil nos omitirmos dos fatos que ocorreram. E nunca fui homem de me omitir. Digo sempre que a pior decisão é a que não se toma. E eu tenho posições. Quero repetir mais uma vez que o fato de não ter aceitado o convite dos companheiros Michel Temer, Wilson Santiago e Geddel Vieira não significa nenhum despreço a qualquer dos três, mas, sobretudo, uma posição coerente com os princípios éticos que sempre adotei.

Se o meu candidato renunciou, aceitar agora uma posição na outra chapa poderia parecer a muitos uma atitude de oportunismo. E, se há algo que eu abomino na vida pública, é o oportunismo, porque eu vejo no oportunismo o vírus de todas as mazelas da política nacional, infelizmente.

O segundo comentário que faço é a respeito da visita do Presidente dos Estados Unidos, a maior potência econômica e bélica do mundo, ao Brasil. Naturalmente, interessa à comunicação oficial do governo americano e, de uma certa forma, ao próprio Governo

brasileiro, a inversão dos propósitos dessa viagem. Muitas pessoas – e eu me situo entre elas – acham que essa visita tem muito mais a ver com o fato político da influência que vêm ganhando na política, sobretudo na América do Sul – eu não diria de toda América Latina, mas da América do Sul –, as posições políticas do Presidente Hugo Chávez.

Não há dúvida de que os Estados Unidos, de repente, agora, já na segunda metade do segundo mandato do Presidente Bush, nunca levaram muito a sério os interesses econômicos da América do Sul, e do Brasil em particular. O maior exemplo disso é a posição imperial que os Estados Unidos, aliados aos países da Comunidade Européia, sempre adotaram em relação à questão dos subsídios à agricultura. Diga-se, de passagem, subsídios à agricultura porque é o que está incitando os segmentos da produção e da economia nacional, já que a soja se tornou o carro-chefe das nossas exportações. Diria subsídios também em outros segmentos, como o industrial.

Durante muitos anos, a aciaria brasileira foi uma das mais modernas do mundo. Não era a americana, que apresentava o mesmo índice tecnológico que apresentava a aciaria brasileira. Evidentemente, conseguíamos, como conseguimos ainda, produzir o aço, o ferro e outros metais importantes para a indústria metalúrgica do mundo a custos muito mais baixos, por conta de a matéria-prima – ferro – ser abundante no Brasil e porque a nossa indústria instalou-se em parâmetros que lhe permitiam produzir a custo mais baixo. Isso acontecia, e acontece ainda, com o aço brasileiro, sobretaxado na América. Então, não é apenas o produto agrícola.

O Brasil vem, há mais de quatro anos, choramingando, reclamando, propondo inutilmente a extinção dos subsídios à agricultura. Tanto Europa quanto Estados Unidos fazem ouvido de mercador a esses interesses, porque o que está em jogo, na realidade, é a manutenção de uma agricultura que, pela diversidade dos climas desses países, não pode ser competitiva com a agricultura do Brasil, que tem um clima, graças a Deus, muito favorável à prática agrônômica e hoje utiliza tecnologias modernas graças ao trabalho extraordinário exercido pela Embrapa.

E o Brasil vem batendo nessa tecla, insistentemente, sem nenhum resultado. Por quê? Trata-se de proteger o emprego, a mão-de-obra e os interesses econômicos. Seria muito difícil a Europa concorrer, por exemplo, com o açúcar brasileiro se o açúcar deles é produzido a partir da beterraba. Será muito difícil para os Estados Unidos concorrerem com o etanol produzido no Brasil, fazendo-o a partir do milho, que, todos sabemos, tem uma produtividade industrial bem mais

baixa do que a da cana-de-açúcar – sobretudo sem ter as benesses de um clima, de uma ecologia privilegiada para a agricultura, como é a brasileira.

Então, é ilusório esperar-se que o Presidente dos Estados Unidos, nessa visita que não teve exatamente o propósito de negociar nenhum acordo vantajoso para o Brasil, abra mão das sobretaxas que vão impor ao produto brasileiro quando for exportado para lá. Até porque essas sobretaxas são o instrumento de que dispõem para se compensarem do prejuízo que o clima e a diversidade climatológica propiciam às práticas agrônômicas.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador José Maranhão, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Com muita honra, Senador.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Tenho acompanhado com muito interesse os comentários que V. Ex^a faz. Primeiro, com relação ao PMDB, o nosso Partido. V. Ex^a o fez com muita propriedade, tanto que eu gostaria de fazer das suas as minhas palavras.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Obrigado, isso me honra muito.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Nós estamos realmente convictos de que esse episódio é menor do que o Partido e de que o Partido buscará, se não a unidade, a maioria do pensamento e do sentimento dos seus membros. Eu tenho certeza disso. Mas, atendo-me à segunda parte do comentário de V. Ex^a, que diz respeito à visita do Presidente Bush ao Brasil, seria ingenuidade nossa imaginar que ele ou o chefe de qualquer outro Estado viesse ao Brasil para nos trazer vantagens. Ele está defendendo os interesses americanos.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – E políticos.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – E políticos.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Não é intercâmbio econômico ou tecnológico, de produção agrícola ou industrial que move a sua vinda.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Claro! Nós é que precisamos aprender a negociar, aprender a acertar as transações, tanto com os americanos quanto com outros países. Se a agricultura não fosse uma atividade econômica vital e importante, os americanos, um povo muito rico, que já domina a tecnologia e, aliás, faz dos recursos artificiais um dos maiores sustentáculos da sua economia – não fazem uso apenas dos recursos naturais –, se a agricultura não fosse efetivamente importante, eles não cuidariam com a atenção que cuidam, protegendo sua mão-de-obra e seu produtor, exatamente com o

subsídio. Vamos cansar de gemer, de chorar e de pedir que eles não subsidiem. Ela é estratégica para o País, e vão continuar subsidiando. O nosso agricultor, com as nossas adversidades climáticas, estruturais e creditícias, é muito competente para ainda estar conseguindo superar essas dificuldades e ser competitivo. Agora, diante desse apelo ambiental forte, o mundo inteiro busca uma energia renovável e limpa. E a natureza foi muito generosa com o Brasil. Essa generosidade pode fazer com que, negociando de forma correta, sejamos uma das mais importantes províncias geradoras dessa energia nova, renovável e limpa. É saber negociar! Esta é a hora de o Brasil, negociando bem, alavancar sua economia e dar uma condição melhor à sua agricultura, que, ao longo da história do Brasil, foi o sustentáculo da nossa economia, deu muitas alegrias, manteve superávit comercial, elasteceu sobremodo as nossas exportações. Esse setor agrícola, o agronegócio, deu força à economia brasileira. Precisamos fazer uma reflexão, uma inflexão, e aprender a negociar.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Concorro com V. Ex^a em gênero, número e grau, no que respeita às relações comerciais, às relações de negócio do Brasil com nossos potenciais importadores, e até nos intercâmbios. Todavia, o Governo brasileiro precisa ter uma política agrícola definida e não políticas eventuais – e isso já nos deu grandes prejuízos.

Houve um tempo em que o Brasil tinha o Instituto do Café, que era um grande cartório para proteger a cultura cafeeira do Brasil. Café era sinônimo de divisas, de dólar, de grandes exportações. Contudo, o Brasil não se preparou devidamente para o futuro. Sua política era puramente protecionista; visava proteger uma lavoura que, inegavelmente, foi um sustentáculo da economia nacional durante muito tempo.

Depois houve a política do açúcar, com a criação do Instituto Nacional do Açúcar e do Alcool, incidindo nos mesmos erros, porque faltava uma política agrícola global que protegesse não apenas a produção agrícola em si mesma, mas que cuidasse dos desdobramentos, dos aspectos comerciais, estes, sim, fundamentais.

O Brasil inteiro é dominado pelas economias de mercado. E as economias de mercado historicamente têm tratado muito mal a produção primária. Os países ricos, que são industrializados, sempre primaram por uma política de sabotagem aos produtos agrícolas. Quando o Brasil ia bem com a produção de café, os países ricos se empenhavam em estimular, em apoiar a produção de café em países mais pobres da África

ou da Ásia, onde o trabalho era quase escravo, criando uma concorrência desleal para com o produtor brasileiro.

O que se fez com o Plano Nacional do Alcool foi algo muito parecido. O Brasil é pioneiro nas tecnologias do álcool carburante, na produção industrial de motores para esses usos, para esses fins. E, agora, há o motor *flex*, que é já um desdobramento mais tecnológico que permite a utilização simultânea ou alternativa de vários combustíveis diferentes, tanto os combustíveis fósseis, como os combustíveis renováveis. Então, o Brasil dominou essa tecnologia, e isso foi importantíssimo para o País.

De repente, o Governo brasileiro resolveu puxar o tapete da produção de álcool, e muitos estabelecimentos industriais e agrícolas foram à falência. Isto se deu em razão de o Brasil não ter, em sua globalidade, em sua integralidade, uma política agrícola; não ter a visão de que uma política agrícola é dever do governo brasileiro para com sua própria economia. Faltou isso ao País. Sempre vivemos de improvisação.

Agora, em vez de estarmos tão deslumbrados com essa visita estratégica e política do Presidente Bush, o Brasil teria que pensar em novas tecnologias. Deveríamos aproveitar, por exemplo, os subprodutos da cana-de-açúcar que são jogados no lixo ou queimados como combustível para caldeiras. A indústria petrolífera mundial continua sobrevivendo, mesmo com a carência e os preços altos, porque há toda uma diversidade de produtos que entraram na vida das civilizações em todo o mundo – plásticos e outros derivados, assim como gasolina, óleo diesel, querosene, uma infinidade de produtos que fazem parte do nosso cotidiano como as fibras sintéticas.

O Brasil deveria, pois, dedicar recursos públicos à pesquisa para o desenvolvimento dos produtos derivados da química fina da cana-de-açúcar. Ninguém pode ter certeza de que esta situação que hoje se esboça alvissareira para a cana-de-açúcar será eterna. Então, é preciso tratar do futuro dessa produção, desenvolvendo outros produtos; não somente o álcool carburante, não somente o álcool puro, o álcool anidro e o etanol, é verdade, mas desenvolvendo outros produtos industriais do que hoje é subproduto das indústrias e que são amontoados no lixo ou simplesmente queimados nas caldeiras das usinas.

É essa a minha modesta visão sobre esse momento que é celebrado com tantas loas: a visita do Presidente dos Estados Unidos ao Brasil. O Brasil precisa olhar para dentro e construir o seu próprio futuro.

Não há dúvida nenhuma, Senador Quintanilha, que V. Ex^a tem razão quando hoje não somente a proximidade da exaustão da energia fóssil, mas também e sobretudo, as questões sociais, humanas e até econômicas e ambientais estão a limitar cada vez mais o uso dos combustíveis fósseis nas finalidades industriais e automotivas do mundo inteiro. O álcool se abre como uma perspectiva extraordinária agora não apenas para o Brasil, que inventou o uso do álcool como combustível, mas para o mundo inteiro, inclusive os Estados Unidos, que já há mais de um ano vem se dedicando ao tema, estudando e investindo.

Em apenas dois anos, os Estados Unidos já se transformaram hoje num produtor respeitável de álcool carburante. Veja bem que os Estados Unidos estão sendo dirigidos, presididos por um homem que é um dos maiores magnatas do setor petrolífero. Ele próprio tem interesses pessoais no outro lado, no outro pólo, que são os combustíveis fósseis. Mas, como estadista, reconhece – pressionado pela opinião pública do seu país – que é necessário mudar um pouco essa matriz energética, gerando combustíveis menos poluentes. Não se pode aqui dizer que o álcool não seja poluente, mas muito menos poluente dos que os combustíveis fósseis. Essa é a nossa visão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Maranhão, V. Ex^a é o campeão hoje; usou 42 minutos. Antes eu era o campeão, com 26 minutos.

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha, do PMDB, do Estado do Tocantins.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pretendo ocupar a tribuna por um tempo breve. Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa, que preside esta sessão pela deferência em estender o tempo da sessão para que pudéssemos fazer os nossos registros.

Gostaria inicialmente de dizer da minha alegria em ver que mais de quarenta Srs. Senadores figuram como signatários de uma proposta de desarquivamento do projeto de criação do Estado do Planalto, idéia apresentada a esta Casa para discussão pelo então Senador Francisco Escórcio.

A idéia é instigante, Sr. Presidente, porque o crescimento desordenado do Distrito Federal e o crescimento desordenado do entorno está a exigir um estudo mais aprofundado para a busca das soluções que afligem, sobremodo, essa população. A criação do Estado do Planalto pode ser essa solução. A discussão desse projeto aqui é inadiável e nos apontará, certamente, o caminho adequado para encontrarmos essa solução.

Outro assunto, Sr. Presidente. Ontem comemo-rou-se aqui, à larga, o Dia Internacional da Mulher. V. Ex^a tem-se referido à efetiva participação da mulher no cenário nacional. Concorro com V. Ex^a: a mulher deveria ser homenageada todos os dias.

Eu gostaria também de registrar, ainda que com um dia de atraso, as minhas homenagens à valorosa mulher brasileira, destacando uma delas: a jornalista Cynthia Mara, pelo belo texto que ela produziu em relação às mulheres. Quero também cumprimentar o Governador do meu Estado, Marcelo Miranda, que, também numa homenagem às mulheres e com uma percepção clara da importância dela no contexto social, criou a Secretaria da Mulher na estrutura administrativa do Estado do Tocantins.

Sr. Presidente, eu pediria que esse texto produzido pela jornalista Cynthia Mara fosse transcrito, na íntegra, nos Anais desta Casa.

O comentário que gostaria de fazer hoje – vou procurar ser breve, porque sei do adiantado da hora – é a respeito de um assunto recorrente: a violência, que tem preocupado muitas pessoas. Os pais de família, principalmente os das maiores cidades, se preocupam com os filhos que saem à noite, ou para a escola, ou para o trabalho, ou para a diversão. Em casa, os pais se sentem angustiados pensando na integridade física do filho, sem saber se ela será preservada, sem saber como retornará o seu filho.

Nós, Senador Mão Santa, que já fomos jovens, sabemos como eles são intrépidos. Não acreditam que algo ruim possa acontecer com eles, vão para as ruas com desassombro e estão, a cada dia que passa, correndo riscos muito maiores.

O assassinato brutal do menino João Hélio Fernandes, no Rio de Janeiro, pendurado pelo cinto de segurança e arrastado por sete quilômetros, após um assalto, revelou a urgência da necessidade de tomarmos medidas efetivas para coibir a violência crescente em nosso País.

Uma comissão de Senadores está discutindo vários projetos para a área de segurança pública. O Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, e o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, pretendem criar uma comissão representativa do Congresso Nacional para sistematizar os trabalhos referentes à segurança pública. Os Governadores, por sua vez, querendo atenção prioritária para os projetos da área de segurança, apresentaram propostas para alterar a legislação federal.

Ora, nós sabemos que há um cipoal jurídico cuidando dessas questões de natureza penal. Inúmeras propostas tramitam nesta Casa e na Câmara

dos Deputados também procurando aprimorar a legislação.

Ouvi, recentemente, um advogado criminalista dizer que há uma frouxidão em nossas penas, porque a grande maioria dos criminosos que cometem crime e são condenados cumprem 1/6 da pena e vão para a rua. Ele fazia uma comparação com outros países onde o cidadão que cometeu um crime, infringiu a lei, vai para a cadeia e fica lá até cumprir a sua pena.

Nós comentávamos um pouco antes o fato de estarmos produzindo aqui leis em série, como se fôssemos uma fábrica de automóveis. Isso não é o adequado. Isso não é o correto. É importante que consigamos produzir uma legislação duradoura, eficaz e que atenda aos reclamos da população brasileira e às necessidades do País. Temos de mergulhar, sim, nesse arcabouço jurídico, legislativo, que temos aqui no que concerne à questão penal.

Discute-se à larga a redução da maioridade penal. E fico a me questionar, eu que tenho a honra de representar o valoroso povo tocantinense. Quero aprofundar o conhecimento de como pensa o cidadão. Movidado pela emoção, reagindo a um ato bárbaro, a um assassinato, a um crime, a um assalto que culmina com morte, muitas vezes o cidadão diz rapidamente que deveria ser reduzida a idade penal no Brasil. Não sei se, depois de passado esse momento da emoção, o sentimento do cidadão é equilibrado, se nele prevalece a razão e não a emoção.

Em razão disso, Senador José Maranhão, estou pretendendo fazer uma audiência pública no meu Estado. Pretendo ouvir os acadêmicos e também os profissionais da área jurídica, os advogados, a fim de colher subsídios para as discussões nesta Casa sobre a menoridade penal e sobre a eficácia da nossa legislação.

Ouçó, com muito prazer, o aparte de V. Ex^a.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Eu queria louvar a iniciativa de V. Ex^a de fazer essa análise crítica e também clínica dessa situação. Na verdade, os últimos fatos que ocorreram, sobretudo o crime bárbaro, com requintes de muita perversidade, que ocorreu no Rio de Janeiro com aquela criança que foi arrastada sete quilômetros, produziu verdadeira comoção no Brasil inteiro. V. Ex^a está sendo muito prudente quando diz que o legislador precisa agir com cautela para não se deixar envolver por emocionalismos e produzir leis que deixam de ser cumpridas por não terem conformidade com a realidade do dia-a-dia da sociedade. É importante que o Congresso Nacional – o Senado e a Câmara Federal – se debruce de forma rápida, equilibrada e sensata, como advoga V. Ex^a, sobre a impunidade. Não existe maior estímulo

ao criminoso do que a certeza da impunidade. Tenho absoluta convicção de que, se a lei fosse cumprida e fosse mais rigorosa em relação àqueles que praticam crimes hediondos, evidentemente eles seriam muito menos freqüentes. É evidente que há toda uma problemática sociológica envolvendo a questão do crime e do criminoso e que, mesmo nos países – como exemplo eu citaria os Estados Unidos – onde a lei é muito rigorosa, onde há inclusive a pena capital, onde as penitenciárias são muito bem organizadas e severas, o crime não deixou de existir. Evidentemente, o Congresso Nacional precisa, como advoga V. Ex^a, agir urgentemente, porque há uma frouxidão na legislação penal brasileira e no sistema penitenciário brasileiro, que é muito ultrapassado. Tive a honra de governar meu Estado e, na ocasião, convivi, com certa intimidade, com esse problema penitenciário. As penitenciárias são casas de tortura, onde os prisioneiros vivem em péssimas condições humanas, mas também são escolas de treinamento para crimes. Muitos dos criminosos que ali se formam têm a certeza da impunidade. O Congresso Nacional está dando um passo acertado, quando resolve assumir a tarefa de revisar, modernizar, atualizar e tornar mais severa a legislação penal.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – V. Ex^a tem razão e agradeço-lhe a contribuição que traz ao raciocínio que estamos desenvolvendo neste início de tarde no Senado. Compreendo, Senador Maranhão, que o tema precisa ser tratado de uma forma um pouco mais ampla.

Estamos verificando que, além da fragilidade da nossa estrutura jurídica e penitenciária, governos e cidades importantes do País estão ficando reféns do crime, que está afrontando o Estado brasileiro. Em consequência disso, a União, os Estados e os Municípios estão gastando uma fábula, uma montanha de dinheiro com a repressão.

Nossa preocupação em atacar as causas ainda é muito pequena. É preciso que cuidemos do cidadão na sua fase de formação. Até a planta, a natureza mostra-nos como é: uma árvore bem cuidada, desde seu período de semente, seguramente dará resultados positivos, ou com sombra, ou com frutos, ou com material utilizável. O ser humano não é diferente. Se abandonarmos nossas crianças, nossos adolescentes, nossos jovens, como estamos fazendo hoje, quase de forma generalizada, seguramente continuaremos gastando montanhas e montanhas de dinheiro para reprimir aquilo que não cuidamos de orientar.

Ouçó novamente o Senador José Maranhão, com muito prazer.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – V. Ex^a tem inteira razão: a verdadeira prevenção do crime não é a policial, mas a prevenção social, aquela que se faz junto ao cidadão, desde sua mais tenra idade. Mas há outro aspecto que muito nos impressiona, a reincidência dos crimes, a prática reiterada de crimes por criminosos após o cumprimento da pena. Cerca de 75% dos homicídios, assaltos e roubos são cometidos por ex-presidiários. O Estado brasileiro precisa se preocupar com a ressocialização do presidiário, sobretudo com sua profissionalização. Um desgraçado que nunca fez outra coisa senão roubar, assaltar ou perambular pelas ruas, vai para uma penitenciária, cumpre três, quatro, cinco anos de pena e não aprende uma profissão, quando voltar, certamente vai delinquir novamente. Ele cometerá crimes, possivelmente os mesmos, mas com aperfeiçoamento, porque conviveu na penitenciária com criminosos que detinham práticas muito mais sofisticadas e levará essa experiência para seu dia-a-dia. É importante a ressocialização do preso e, sobretudo, após o cumprimento da pena, seu acompanhamento social pelo Estado. Sabemos que isso é caro – não há dúvidas quanto a isso –, mas muito mais cara é a vida humana, é a segurança do cidadão. Então, é de todo justificável que o Estado invista nessa tarefa. V. Ex^a disse que nas penitenciárias se gasta muito, milhões e milhões de reais. É verdade, mas se gasta mal. E há também o micróbio da corrupção, que está em toda a parte do serviço público e é responsável por muitos desvios dos administradores das prisões. Há casos de vendas de alimentos ou de desvio de verbas, é todo um cipoal. Portanto, a solução que nos compete é fazer a reforma penitenciária e, sobretudo, a reforma penal. Evidentemente, a outra parte é a parte gerencial do Executivo. Ele é que fará um bom gerenciamento desses recursos, sobretudo com práticas modernas, adequadas, movidas por princípios científicos capazes de corrigir essas distorções que lamentavelmente levam ao agravamento da questão penal em todo o Brasil.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Falhamos na atenção adequada ao cidadão no período de formação do seu caráter. Falhamos na ressocialização do criminoso primário, que, na maioria das vezes, vai para uma faculdade do crime. Falhamos na punição adequada, porque o reincidente torna a delinquir pois não teme a pena, a pena não o intimida, a pena é leve e ele pode reduzi-la. Então, é preciso que repensemos toda essa estrutura, reexaminemos toda essa questão.

É por isso que vou começar, Senador Mão Santa, fazendo no meu Estado um amplo debate com a socie-

dade, ouvir sua opinião, pare que nos ofereça subsídios à discussão dos ilustres membros desta Casa.

Por fim, eminente Presidente Mão Santa, solicito que os apontamentos que fiz por escrito sejam registrados na íntegra, compondo a manifestação que fazemos nesta tarde nesta Casa.

Muito obrigado pela atenção de V. Ex^a.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assassinato brutal do menino João Hélio Fernandes, no Rio de Janeiro, arrastado pendurado pelo cinto de segurança por sete quilômetros, após um assalto, revelou a urgência da necessidade de tomar medidas efetivas para coibir a violência crescente em nosso País. Uma comissão de Senadores está discutindo um conjunto de projetos para a área da segurança pública e o Presidente do Senado, Renan Calheiros, e o Presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, pretendem criar uma Comissão Representativa do Congresso Nacional para sistematizar os trabalhos referentes à segurança pública. Os Governadores, por sua vez, querem atenção prioritária para os projetos da área de segurança e apresentaram propostas para alterar a legislação federal.

O conjunto de ações e medidas em discussão já demonstra a amplitude de abordagens possíveis. Debate-se a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos; a unificação das polícias Civil e Militar; a estadualização da legislação penal; a separação de presos por grau de periculosidade; o bloqueio do sinal de telefones celulares em presídios e tipificação legal do crime organizado; a penalização maior para atos contra a sociedade civil, para crimes hediondos, para homicídios de policiais, magistrados, membros do Ministério Público e agentes prisionais e para os casos de motim de presos; a reparação de prejuízos causados por facções criminosas; o aumento do tempo de internação de menores que cometerem atos com violência ou grave ameaça à pessoa, entre outros itens.

Devemos, sem dúvida, adotar legislação penal mais severa e sistemas prisionais mais punitivos. Cabe ao Estado ser rigoroso no fazer valer a Constituição e os códigos legais durante a condenação, prisão e ressocialização do infrator. De nada adiantará, porém, aperfeiçoar a legislação penal se não for garantida a sua aplicação. Desafogar os tribunais e agilizar os processo, retirando os criminosos do convívio social,

é uma necessidade urgente, bem como acabar com os recursos protelatórios à aplicação da sentença para crimes dolosos contra a vida.

Em decorrência, são necessárias unidades prisionais seguras e adequadas, acompanhadas do aparelhamento e integração das polícias e valorização profissional dos policiais. Dados governamentais apontam um déficit de 145 mil vagas no sistema prisional e 570 mil mandados de prisão expedidos pela Justiça e não cumpridos. Estarrecidos, percebemos a existência de um entrelaçamento entre a criminalidade e setores do próprio aparato encarregado de combatê-la, o que desmoraliza o sistema e dá alento aos marginais. É fundamental que a população – e os criminosos! – saiba que os crimes não ficarão impunes e os condenados cumprirão suas sentenças.

Mas não é suficiente afastar o infrator do convívio social. Devem ser adotadas políticas efetivas de recuperação e reintegração social dos condenados. Atualmente, apenas 15% dos presos são reintegrados à sociedade. Embora cada preso custe em média, ao Estado, R\$2 mil por mês, 85% reincidem na vida criminosa, após saírem dos presídios. Os presídios superlotados, vários sob comando paralelo, como o PCC, ao invés de coibir, potencializam a violência. O estudo “Mapa da violência dos municípios brasileiros”, da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura registrou: entre 2002 a 2004, morreram no Brasil 27,2 habitantes por grupo de cem mil. Jovens de 15 a 24 anos formam o maior contingente das vítimas. No Rio de Janeiro, Espírito Santo e Pernambuco, os homicídios são responsáveis por mais da metade do total de mortes de jovens.

Mas alterar e fazer cumprir a legislação não é suficiente. São necessárias políticas públicas de emprego, educação, cultura e esporte. A política econômica deve contemplar essas melhorias e não apenas ter por metas alcançar índices de produção e comercialização.

No ano passado, a economia brasileira cresceu apenas 2,9%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Um dos piores desempenhos América Latina, que cresceu a uma média de 4% ao ano, enquanto o crescimento mundial foi de 4,8% ao ano, no mesmo período. Há mais de dez anos, o crescimento da economia brasileira é menor do que o crescimento mundial. Desde 2003, o Brasil tem crescido menos do que a América Latina todos os anos. E desde 2004 o emprego está estagnado, segundo Pesquisa Industrial Mensal de Empregos e Salários feita pela Fiesp. No entanto, a economia da droga cresce. E assusta, dando vazão à crueldade, ao

descomedimento, à falta de limites. O Brasil é o terceiro país da América do Sul no consumo de cocaína entre estudantes do ensino médio, de acordo com a Organização das Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos. Levantamento dessas instituições indica que 1,7% dos brasileiros no ensino médio já consumiram a droga. Em um ranking com a presença de nove países sul-americanos, o Brasil aparece atrás apenas da Argentina e do Chile.

Sabemos que os criminosos, sob o efeito de drogas, multiplicam a violência e a selvageria de seus atos. As autoridades brasileiras estão empenhadas em controlar o tráfico, e as apreensões de cocaína no Brasil dobraram desde 2004, segundo a Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes, da ONU (menos de 7 toneladas em 2004, mais de 15 tn em 2005 e mais de 13 tn em 2006, segundo a Polícia Federal). Mas essas apreensões são bem menores que as realizadas na Venezuela, por exemplo (mais de 23 tn apenas nos primeiros nove meses do ano passado) ou no Equador (mais de 40 tn em 2005).

Constata-se que são difíceis as soluções em curto prazo para os problemas na área de segurança. Não por acaso, a Organização Pan-Americana de Saúde trata a violência como endemia, pelo número de vítimas e pelas conseqüências emocionais que produz. A solução mais de fundo para o problema é uma tarefa para gerações, mas a dimensão alcançada, de verdadeira barbárie, exige medidas urgentes e imediatas para garantir mais tranquilidade e segurança para a população.

O Senado não está omissivo. Ainda nesta semana, no dia 8, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), realizou audiência pública com o tema “Meio Ambiente, vida e direitos humanos”, tendo como expositora a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Mas o debate deve ser travado por toda a sociedade, e não apenas pelos seus representantes. No Tocantins, estamos preparando um ciclo de palestras e debates, envolvendo os centros acadêmicos de Direito, a Ordem dos Advogados do Brasil e as entidades de classe e os profissionais envolvidos mais diretamente com o assunto e a comunidade em geral. Traremos subsídios para o aprofundamento do tema e a busca de medidas eficazes para diminuir a violência na sociedade no mais breve tempo possível.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Mulheres tocan̄tinentes conquistam novo espaço

Cynthia Mara
é jornalista

Neste 8 de março, "Dia Internacional da Mulher", um dia em que se celebram os feitos econômic̄os, polí̄ticos e sociais alcançados pela mulher, as mulheres tocan̄tinentes têm um motivo particular para comemorar: acaba de ser criada a Secretaria Estadual das Mulheres. Atualmente no Brasil só existiam duas secretarias, situadas em Pernambuco e Alagoas e, com a iniciativa do estado tocan̄tinentes, o número aumenta para três.

O Tocantins com isso passa a ocupar lugar de destaque nacional por ser o primeiro estado da região norte e o terceiro do Brasil a criar uma Secretaria Estadual da Mulher. A criação desse órgão demonstra o compromisso do Governo em melhorar a condição feminina tocan̄tinentes ao delegar espaço no primeiro escalão para um órgão que irá atuar de igual para igual junto a outras Secretarias para que incorporem "o recorte de gênero" na elaboração e implementação de suas políticas.

A Secretaria é mais um espaço para cidadania da mulher que já assumi posições estratégicas antes só reservadas aos homens. As mulheres hoje já são maioria nas universidades, ocupam a chefia de estados brasileiros como o Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Pará, comandam ministérios como o do Meio Ambiente e Casa Civil além do Supremo Tribunal Federal, são policiais, engenheiras, motoristas; enfim estão participando cada vez mais da esfera pública e da arena política.

A constituição de espaços governamentais para promoção de gênero nas políticas públicas é cada vez mais necessária e urgente nas sociedades atuais, pois, mesmo com tantas conquistas, as mulheres continuam sendo discriminadas. No trabalho continuam recebendo os menores salários que os homens na mesma função, ocupam poucos cargos de chefia e ainda sofrem assédio sexual, na maioria das vezes não denunciando por medo de perder o emprego.

Em casa, são responsáveis pela administração do lar, educação dos filhos e continuam sendo as maiores vítimas da violência doméstica cometida pelos próprios companheiros. Na política partidária, as mulheres enfrentam muitas barreiras para conquistarem seus espaços porque o machismo ainda é presente nos partidos, o que dificulta a construção e o fortalecimento das candidaturas femininas em igualdade de condições.

Quando os espaços governamentais direcionados às políticas de valorização da mulher se concretizam, é sinal de que os gestores estão conscientes das situações discriminatórias vividas pelas mulheres e por isso se preocupam em elaborar políticas que possam combater essa discriminação e promover a cidadania feminina.

Ao garantir a criação da Secretaria Estadual das Mulheres, o Estado do Tocantins confere um novo lugar para o problema das desigualdades de gênero, um lugar estratégico inscrito na estrutura de governo. O lugar materializado das mulheres no governo tocan̄tinentes é a possibilidade concreta de se construir mecanismos de gestão em gênero para a prática de uma democracia inclusiva e menos sexista.

Não posso deixar de reconhecer que o novo espaço também traz um gostinho de conquista e vitória ao movimento de mulheres e feministas tocan̄tinentes que ardorosamente trabalham, lutam e se organizam por meio do Fórum de Articulação das Mulheres Tocantinentes para nautar

uma ação orientada pelo desejo de transformação social e eliminação da desigualdade, do racismo, das relações de exploração e pelo fim da opressão de todas as mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Leomar Quintanilha, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Pela ordem, tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, recebi, há pouco, da Liderança do Bloco, um requerimento nos seguintes termos:

Requeiro, nos termos dos art. 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do escritor Geraldo Mello Mourão, Presidente da Academia Brasileira de Filosofia, ocorrido nesta sexta-feira, 9 de março, no Rio de Janeiro, em torno de meio-dia.

Morreu, nesta sexta-feira, aos 90 anos de idade, no Rio de Janeiro, o escritor e poeta Geraldo Mello Mourão. Ele estava internado na UTI desde o dia 8 de janeiro de 2007.

Considerado por Carlos Drummond de Andrade “o grande poeta brasileiro” e por Hélio Pellegrino “o nosso Dante”, Geraldo Mello Mourão morreu com 90 anos e dedicou mais de seis décadas à literatura.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo isto: com 12 livros publicados, Mourão é reconhecido internacionalmente como grande poeta e teve duas de suas obras – “O Valete de Espadas” e “O País dos Mourões” – vertidas para diversos idiomas. O “Valet de Espadas” foi a obra mais traduzida, com versões para alemão, francês, espanhol e iugoslavo.

Ganhou também o Prêmio de Poeta do Século XX.

Sei que o ex-Presidente José Sarney, na segunda-feira, também fará um pronunciamento de homenagem a esse nosso grande homem ilustre.

Por isso, peço a V. Ex^a que encaminhe à família, filhos e irmãos essa manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Peço que o encaminhe à Mesa.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 184, DE 2007

Requeiro, nos termos dos arts. 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do escritor Gerardo Mello Mourão, Presidente da Academia Brasileira de Filosofia, ocorrido nesta sexta-feira, 9 de março, no Rio de Janeiro.

Justificação

Morreu nesta sexta-feira, aos 90 anos de idade, no Rio de Janeiro, o escritor e poeta Gerardo Mello Mourão. Ele estava internado na UTI desde o dia 8 de janeiro de 2007.

Considerado por Carlos Drummond de Andrade “o grande poeta brasileiro” e por Hélio Pellegrino “o nosso Dante”, Gerardo Mello Mourão morreu com 90 anos, e dedicou mais de seis décadas à literatura.

Com 12 livros publicados, Mourão é reconhecido internacionalmente como grande poeta e teve duas de suas obras – “O Valet de Espadas” e “O País dos Mourões” – vertidas para outros idiomas. “O Valet de Espadas” foi a obra mais traduzida, com versões para alemão, francês, espanhol e iugoslavo.

Ganhou o prêmio de Poeta do Século XX.

Nasceu em Ipueiras, Ceará, no pé da Serra de Ibiapaba. Viveu parte da infância em Crateús. Depois exilou-se em Ipiabas, município de Valença, Estado do Rio, onde, aos 11 anos, terminou sua infância, pois, nesta idade, já era um adolescente, quando se transferiu para o seminário São Clemente, em Minas Gerais. Ali permaneceu seis anos, quando os superiores lhe permitiram voltar ao Ceará, para despedir-se definitivamente da família. Porém, abandonou o convento em 1935, poucos meses antes de proferir os votos religiosos. Começou a estudar Direito, mas abandonou em tempo. Foi professor em vários colégios do Rio. Escreveu ainda em jornais. Sabia nove línguas, inclusive o grego e o latim. Fazia poesia desde menino e guardava sessenta e tantos cadernos de poesia escritas na meninice e adolescência.

Radicou-se há tempos no Rio de Janeiro, onde construiu sua obra. Nos anos 60, enveredou pela política e cumpria mandato de deputado pelo PTB até ser cassado em 1964.

Entre 1942 e 1948, anos de cárcere no presídio político, na Ilha Grande, escreve um diário (inédito), escreve o romance “O Valet de Espadas” e um livro

de dez elegias intitulado “Cabo das Tormentas”. Na mudança de um cárcere para outro, foram confiscadas essas obras. Lutou durante anos para reavê-las. Um dia, o poeta é chamado para receber, na prisão, os cumprimentos do seu velho professor, o então Ministro Nelson Hungria e foi graças a ele, ao Desembargador Narcélio Queiroz e ao General Aduino Esmeraldo que conseguiu de volta seus três livros. Assim como os nomes dos que destroem os livros devem ser esquecidos, os dos que os salvam, devem ser lembrados.

Tendo pisado o chão de quatro continentes, o país no qual viveu mais longamente, fora do Brasil, foi o Chile, onde deu aula na Universidade Católica de Valparaíso.

Em 1966: representa o Brasil no Congresso Interamericano de Escritores, reunido em Anca, Chile, e Tacna, Peru, onde foi um dos cinco conferencistas designados pela Assembléia, falando sobre o “Destino poético da cultura nas Américas”

Em 1972: recebe o prêmio nacional de poesia, conferido pela Associação dos Críticos de São Paulo (Prêmio Mário de Andrade). Em 1979: tem seu nome indicado para o Prêmio Nobel de Literatura pela Universidade do Estado de New York, cujo Departamento de Estudos Americanos fez a inscrição de seu nome na academia sueca. Diversas universidades brasileiras e estrangeiras subscreveram a indicação.

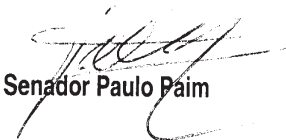
Tendo sempre rejeitado, por princípio, qualquer título acadêmico, aceitou com ternura o título de Membro Benemérito da Academia de Letras do Piauí.

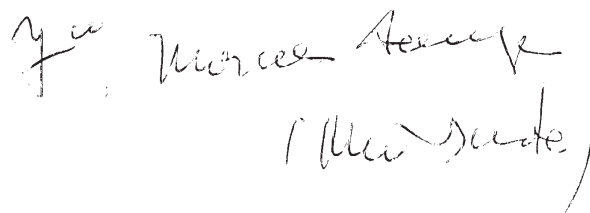
Prosseguiu fazendo viagens que originariam “Invenção do Mar”, seu último lançamento, em fevereiro de 1998. A parte final dessas viagens incluiu a Ásia, para onde Gerardo seguiu na condição de correspondente da **Folha de S.Paulo**. Em seu apartamento em Copacabana, possuía uma biblioteca com mais de 20 mil volumes.

Considerado por críticos e grandes nomes da literatura como um dos mais importantes poetas brasileiros, em “Invenção do Mar”, Mourão descreve, tal como uma epopéia, o Descobrimento do Brasil e pres-

ta homenagens aos portugueses, tendo referida obra recebido o Prêmio Jaboti.

Sala das Sessões, 9 de março de 2007.


Senador Paulo Paim


(Mão Santa)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que, ao proceder-se à preparação do texto do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2003, a ser encaminhado à Câmara dos Deputados, foi constatado que a Lei nº 6.368, de 1976, referida no art. 1º do mencionado Projeto, foi revogada pela Lei nº 11.343, de 2006.

Nessas condições, a Presidência determina o retorno da matéria à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 133, inciso V, alínea d, do Regimento Interno, para que oriente a Comissão Diretora na elaboração do texto a ser remetido àquela Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não havendo mais nada a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada esta sessão de sexta-feira, 9 de março de 2007.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 31 minutos.)

(OS:11027/2007)

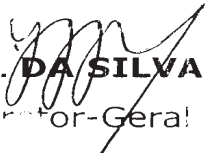
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2518 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004.099/86-9.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 36, de 1986, que aposentou o servidor **LUIZ VIEIRA DE CARVALHO**, Analista Legislativo, Área 5.1, Nível S 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para incluir as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1.994, combinado com o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, a partir de 1º de julho de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 09 de março de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2519 de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 104/07-8, resolve APOSENTAR, voluntariamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, **IZABEL PEREIRA MARQUES**, matrícula 22862, ocupante do cargo de Analista Legislativo, Classe Especial, Padrão 45, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com as vantagens das Resoluções-SF nºs. 59/91, 51/93, 74/94 e 07/2002.

Senado Federal, em 09 de março de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner*^S
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery*^S
PSDB – Flexa Ribeiro*^S
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^S
PFL – Eliseu Resende**

Goiás

PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

PFL – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí

PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto *^S
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^S
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^S
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^S
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana *^S
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins

PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – PFL

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Exedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. José Agripino - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya Gomes – PSB	1.Fátima Cleide – PT
Flávio Arns –PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. (vago)
Alfredo Nascimento – PR	7. (vago)
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. (vago)
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. (vago)

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
PFL ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - PFL
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Augusto Botelho - PT	2. Alfredo Nascimento - PR
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	8. (vago)
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Garibaldi Alves Filho	4. Valter Pereira
Valdir Raupp	5. Jarbas Vasconcelos
Paulo Duque	6. Joaquim Roriz
Geraldo Mesquita Júnior	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Sérgio Guerra - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Augusto Botelho - PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. (vago)
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Papaléo Paes – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Joaquim Roriz	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Exedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB	2. Expedito Júnior – PR
Alfredo Nascimento – PR	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Alfredo Nascimento – PR
Augusto Botelho – PT	5. (vago)
PMDB	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB
Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas
Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025
E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente:

Vice-Presidente:

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1.		
Sibá Machado (PT)	AC	2184	2.		
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3.		
Serys Slhessarenko (PT)	MT	2292	4.		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5.		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Valter Pereira	MS	2221	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
PFL					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio	AM	1413
Marisa Serrano	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1.		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 06.03.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PFL-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ² (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente:

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
PTB
PSB
PL
PPS

(Atualizada em 06.03.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PFL-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (PFL-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> LÚCIA VÂNIA PSDB-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 94 PÁGINAS